

Carmen Zink Bolognini

**O LUGAR DE INTERLOCUÇÃO DE BRASILEIROS E ALEMÃES
NA HISTÓRIA DE SUAS RELAÇÕES DE CONTATO**

Tese apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Inês Signorini.

Campinas
Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1996



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	B638L
V.	Ex.
TOMBO BC/	29502
PROC.	281197
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/03/97
N.º CPD	

CM-00099287-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B638L Bolognini, Carmen Zink
O lugar de interlocução de brasileiros e alemães na história de suas relações de contato / Carmen Zink Bolognini. -- Campinas, SP [s. n.], 1996

Orientador Inês Signorini
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

1. Linguística aplicada. 2. História. 3. Língua alemã - estudo e ensino - estudantes estrangeiros. 4. Língua portuguesa - estudo e ensino - estudantes estrangeiros. I Signorini, Inês II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem III. Título.



Profa. Dra. Inês Signorini - Orientadora



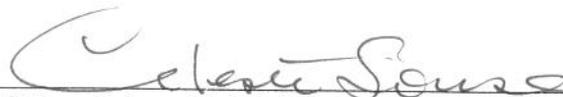
Profa. Dra. Angela Bustos Kleiman



Profa. Dra. Eni Pulcinelli Orlandi



Profa. Dra. Eloá Heise



Prof. Dra. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por CARMEN ZINK

BOLGONINI

e aprovada pela Comissão Julgadora em

25, 11, 96.

Profa. Dra. Inês Signorini

Ao Nelsinho, Sabine, Larissa e Telma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

a Angela Kleiman, pelas sugestões, contribuições e pela ajuda na definição de rumos em alguns momentos importantes da minha vida profissional.

a Eni Orlandi, pelas sugestões e contribuições feitas em exames de qualificação e durante a elaboração desse trabalho;

a Silvana Serrani, Paulo Franchetti, Wolfgang Lörcher, Konrad Ehlich e Heidrum Brückner, pelas muitas sugestões e contribuições feitas ao longo do período de elaboração desse trabalho;

a Rita Moraes, Ivani Ratto, Vanderci S. Castro, pelo apoio;

a todos os estudantes que concordaram em participar do projeto;

às instituições DAAD, Capes, CNPq, pelo suporte financeiro;

a Esmeraldo, pelo trabalho de edição;

à minha orientadora, Inês Signorini, pelo seu empenho, pelas leituras cuidadosas, pelas sugestões e contribuições;

e a meus pais, Egon Zink e Inge Zink, e a meu marido, Nelson Bolognini Jr, pelo carinho, apoio e paciência.

RESUMO

A necessidade de que questões sociais, históricas, culturais e ideológicas sejam contempladas por pesquisadores que atuam na área de ensino/aprendizagem de língua estrangeira vem sendo apontada nos trabalhos mais recentes da área. Esse trabalho situa-se dentro dessa perspectiva, e objetiva, a exemplo de relações de contato entre brasileiros e alemães, fornecer subsídios para profissionais empenhados em preparar sujeitos para manterem relações de contato com outros sujeitos, oriundos de outros países. Trabalhamos com a concepção de sujeito constituído pelo discurso, com a concepção de sujeito que fala a partir de um Lugar de Interlocução (LI). A descrição desse LI foi feita mediante a análise de dados de arquivo, que forneceram os atributos que compõem a memória histórica de brasileiros e alemães a respeito de si mesmos e a respeito do outro. Demonstramos as ressonâncias interdiscursivas de significação desses atributos nos diversos discursos que permearam a história das relações de contato entre brasileiros e alemães, e, por fim, a maneira pela qual essa memória histórica define os percursos de sentido de enunciados em relações de contato conversacionais. Considerando que o objetivo dos cursos de ensino de uma Língua Estrangeira é a formação do sujeito/aprendiz, e considerando que os dados apontam para uma estabilização dos LIs dos sujeitos, questionamos a sua real dimensão, já que, aparentemente, os cursos funcionam no sentido de estabilizar uma ideologia, e não no sentido de promover deslocamentos nos LIs dos sujeitos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O Problema de Pesquisa: suas origens na Linguística Aplicada	1
1.2. Uma História das Relações de Contato Brasil-Alemanha	7
1.3. Histórico da Pesquisa	11
1.4. Contexto de Análise de Relações de Contato	14
1.5. Resumo dos Capítulos	15
2. QUADRO TEÓRICO	18
2.1. Relações de Contato Conversacionais: o que está em jogo?	18
2.1.1. O lugar de Interlocução (LI) dos sujeitos constituído pela história e pela ideologia	20
2.1.2. Relações entre gestos de interpretação, efeitos de sentido, interdiscuso, história e ideologia	23
2.1.3. O silêncio como constitutivo dos efeitos de sentido	30
2.1.4. Discurso fundador e discurso colonialista	34
3. ANÁLISE DOS DADOS DE ARQUIVO	38
3.1. Sobre a constituição do corpus - o enunciado	38
4. AS RELAÇÕES DE CONTATO CONVERSACIONAIS	116
4.1. <i>Eles têm muito mais chances do que a gente</i>	121
4.2. <i>Então você foi caçadora de nazistas</i>	137
4.3. <i>A3 é alemão, apesar de ser simpático, e A4 é simpático, apesar de ser alemão</i>	150
4.4. <i>Sim... eu sou brasileira</i>	159
5. O MATERIAL DIDÁTICO	174
6. CONCLUSÕES FINAIS	182
7. SUMMARY	187
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

Abreviaturas de Nomes de Jornais e Revistas

CP - Correio Paulistano

LA - Revista Lateinamerika

MNN - Jornal Münchener Neueste Nachrichten

SDZ - Jornal Süddeutsch Zeitung

OESP - Jornal O Estado de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Problema da Pesquisa: suas origens na Linguística Aplicada.

Uma das questões que nos chamou a atenção no campo das pesquisas realizadas em Linguística Aplicada (LA) ao Ensino de Língua Estrangeira (LE) é a da concepção de sujeito com a qual se trabalha, porque, mesmo que não explicitamente, ao refletir-se sobre ensino-aprendizagem de uma LE, há sempre presente a figura do sujeito-aprendiz. Uma investigação superficial do arcabouço teórico predominante há 50 anos atrás, permite vislumbrar que, na época, a influência de teorias comportamentalistas que consideravam o sujeito-aprendiz um mero reprodutor de modelos era muito forte. A essa concepção de sujeito aliavam-se os trabalhos teóricos que prevaleciam dentro da linguística teórica, e que tinham em seu cerne predominantemente um enfoque estruturalista, uma vez que, na época, o que hoje é denominado de linguística aplicada, envolvia discussões que partiam predominantemente de um modelo teórico discutido na linguística. A aliança do comportamentalismo ao estruturalismo, teve reflexos nas propostas teóricas com as quais se trabalhava dentro da LA: considerava-se que o processo de ensino se efetivava mediante um ensino que promovesse a repetição exaustiva das estruturas da língua-alvo. Ou seja, o sujeito-aprendiz, o reprodutor de modelos, deveria repetir exaustivamente as estruturas da língua-alvo, já que a linguagem era vista a partir de sua esfera estrutural.

Durante a década de 70, ganharam força as teorias que trabalhavam com a concepção inatista de sujeito, que, dito de forma simplificada, atribuíam o ensino/aprendizagem de uma LE à ativação do "Dispositivo de Aquisição de Linguagem", localizado no cérebro do sujeito-aprendiz. Krashen, cuja proposta teórica se baseava em princípios inatistas, influenciou muitas pesquisas em LA realizadas principalmente durante a década de 70 e de 80. O autor levantou, em 1982,

uma discussão em torno de variáveis afetivas que poderiam interferir no processo de ensino/aprendizagem, afirmando que um filtro afetivo existente no cérebro do sujeito-aprendiz interviria no processo de aquisição/aprendizagem de uma LE. A tese de mestrado de M.R. Moraes Figueiredo (1989), por exemplo, defendida na Unicamp, investiga questões relacionadas ao filtro afetivo.

A contribuição teórica de Krashen, e os trabalhos realizados em torno das questões relativas ao filtro afetivo, foram importantes para o desenvolvimento da LA ao ensino de uma LE, porque deslocaram a atenção dos pesquisadores, que vinha se centrando primordialmente nas estruturas da linguagem a serem ensinadas, para o sujeito-aprendiz. Ao trazer o sujeito-aprendiz para o foco de atenção, ele também se tornou o foco de ação, pois propunha-se, tal qual M.R. Moraes Figueiredo (1989) o faz, um trabalho no qual o professor pudesse intervir no processo de ensino-aprendizagem a partir do momento em que tivesse conhecimento das variáveis afetivas que estariam interferindo nele. Para fins do presente trabalho, é importante ressaltar que, questões relacionadas ao filtro-afetivo não discutiam aspectos sociais, culturais e históricos envolvidos no processo, uma vez que se limitavam a questionar o sujeito-aprendiz, sem relacionar suas atitudes a esses aspectos mais amplos. Ou seja, o grupo sócio-cultural ao qual o sujeito pertencia, a história desse grupo, não eram focos de estudo.

Discussões sobre modelos teóricos que propunham, para professores e alunos, comportamentos que pudessem otimizar o processo de ensino/aprendizagem de uma LE, como os trabalhos que se alinharam à corrente krashiniana, passaram, a partir de meados da década de 80, a sofrer concorrência de pesquisas de cunho etnográfico, cujo objeto de análise seria a investigação daquilo que ocorre em sala de aula de LE. Os resultados dessas pesquisas forneceriam subsídios para a preparação de professores para a sua prática.

Estudos de cunho etnográfico apontavam para um rompimento com os preceitos teóricos de Krashen (1982), por tratarem a sala de aula como instituição, na qual os sujeitos envolvidos têm sua atuação delimitada pelas normas que regem a vida institucional. Questões sócio-culturais, não problematizadas dentro de uma perspectiva inatista, passaram a ser amplamente discutidas, trabalhadas e investigadas, principalmente dentro da proposta teórica de Gumperz.

Além disso, pesquisadores da área de LA passaram a interessar-se pelo que se convencionou denominar Interação Intercultural. Interessados principalmente em investigar em que medida questões sociais, culturais e históricas seriam determinantes de processos interativos, alocaram o foco de investigação na maneira pela qual sujeitos, oriundos de grupos distintos, atuam no momento em que entram em contato conversacional. A investigação daquilo que efetivamente ocorre quando um sujeito-aprendiz de uma LE estabelece uma relação de contato com um sujeito falante nativo dessa língua foi o objetivo a ser alcançado, e grandes contribuições para a área foram obtidos. Trabalhos como os de Jupp et alii (1982), Byrnes (1986), chamam a atenção para o fato de questões sócio-históricas e culturais atuarem no momento da interação entre sujeitos, e que, portanto, há necessidade de que elas sejam pensadas dentro da LA ao ensino de uma LE.

Foi essa necessidade que orientou teoricamente esse trabalho, e foi a premência por subsídios para as aulas de alemão para brasileiros, ou seja, por pesquisas que envolvessem a análise de dados conversacionais entre brasileiros e alemães, que esse trabalho adquiriu contornos. Considerando o interesse na análise de dados conversacionais, e considerando a concepção de sujeito com a qual trabalho, foram analisados dados obtidos a partir de duas fontes: o arquivo e a conversação. Os primeiros forneceram as condições históricas e ideológicas nas quais os sujeitos envolvidos no projeto, 4 estudantes brasileiros e 4 estudantes alemães, produziram seu texto conversacional, a segunda fonte de dados.

Para a análise dos dados, tanto de arquivo como conversacionais, partimos de uma concepção de sujeito segundo a qual, conforme veremos a seguir, será definido a partir de seu Lugar de Interlocução (LI), que é dado pela sua memória histórica. A memória histórica é constituída pelo discurso, ou seja, simbolicamente. Ela resulta de uma filiação, e não de reflexões racionais feitas pelos sujeitos. A memória histórica não é fruto de uma aprendizagem consciente, mas sim, de um processo de constituição ao qual o sujeito é submetido por meio de sua Língua Materna (cf. E. Orlandi, 1993). Sendo constituída pelo discurso, a memória histórica é ideologicamente determinada, porque é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia (cf. E. Orlandi, 1993: 36). A ideologia é entendida aqui como a direção dos processos de significação. O sujeito, dada a sua filiação a uma memória histórica, faz gestos de interpretação em apenas uma direção. E é essa a questão ideológica: a crença de que há apenas uma possibilidade para seus gestos de interpretação, de que os sentidos percorrem apenas uma direção.

Dado o processo de constituição da memória histórica dos sujeitos, investigo a maneira pela qual ela se constitui, e se manifesta, definindo LIs para sujeitos envolvidos em um contexto de ensino/aprendizagem de alemão e português como LE. Essa questão emergiu a partir da análise das relações de contato conversacionais entre os sujeitos. Sabemos que, ao aprender uma LE, o sujeito entra em contato com outra história por meio da sua língua-alvo. Nesse embate entre a LM e a LE, como ficaria o seu LI em uma relação de contato? Qual é o objetivo dos profissionais envolvidos no processo de ensino de uma LE, e dos profissionais elaboradores de materiais didáticos? Haveria influência da LE em um provável deslocamento do LI do sujeito aprendiz, considerando-se a questão da historicidade presente na LE? Ou o sujeito utiliza o código da LE, mas fala a partir do LI que lhe é dado por sua Língua Materna? Qual LI lhe é atribuído pelos gestos de interpretação feitos pelos sujeitos que falam aquela que lhe é sua LE?

Uma das maiores dificuldades metodológicas com as quais nos deparamos foi o fato de que não se trabalha, dentro da LA ao Ensino de uma LE, tradicionalmente com relações de contato

conversacionais de maneira a estabelecer o seu paralelo com dados de arquivo, testemunhos da história. Considerando o caráter transdisciplinar da LA e concordando com S. Serrani (1990), que afirma que devemos trazer de outras áreas questões que já foram problematizadas, procuramos, dentro do arcabouço teórico da Análise do Discurso (AD) na linha inaugurada por M. Pêcheux, que trabalha com a noção de sujeito histórico, constituído pelo discurso, fundamentos teóricos básicos para o desenvolvimento desta pesquisa. Procuramos, assim, dentro da AD, contribuições para analisar os dados que serão apresentados e para (re)discutir questões para o ensino de uma LE.

Há dois pressupostos da AD básicos para esta pesquisa. O primeiro é o de que a linguagem não é transparente; e o segundo, consequência do primeiro, é o de que há efeitos de sentido constituídos no discurso e estabilizados por ele. Os efeitos de sentido são dados pela história, e estabilizados nela, conforme pode ser observado através das definições de Formação Discursiva (FD) apresentadas a seguir e que colocam a questão do discurso e de sua relação com a história e com a ideologia. Segundo M. Pêcheux (1975:160): "*chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)*". E. Orlandi (1990:39), por sua vez, afirma que "*cada FD define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura*".

Ao definir o *dizível*, a FD se insere no campo dos estudos da linguagem, a partir de uma *posição do sujeito*, o que faz parte da ideologia e da história. Estudar relações de contato entre brasileiros e alemães implica, assim, dentro do quadro teórico da AD, analisar os dados sob uma perspectiva que leve em consideração o LI (*posição*) dos sujeitos envolvidos no processo, considerando que esses lugares têm uma dimensão ideológica definida historicamente. Dentro do escopo teórico da AD, o discurso é o lugar de contato entre a ideologia e a língua, e,

conseqüentemente, os efeitos de sentido constituídos nas relações de contato conversacionais provêm da relação língua/história (cf. E. Guimarães, 1995). A produção de efeitos de sentido está relacionada conforme discutiremos detalhadamente nos itens 2 e 3 deste capítulo, com a definição do LI dos sujeitos. A discussão em torno da constituição histórica dos efeitos de sentido na materialidade do discurso, considerando que é no discurso que se materializa a ideologia, está ligada ao sujeito, definido segundo um LI, concepção com a qual a AD irá trabalhar.

A produção de efeitos de sentido se dá porque o sujeito está constantemente fazendo gestos de interpretação. É em torno de gestos de interpretação que giram as relações de contato entre sujeitos, entre povos. É fazendo gestos de interpretação que efeitos de sentido são produzidos. É fazendo gestos de interpretação que um sujeito, um povo, elaboram discursivamente o que o outro é, a partir de qual LI ele falará, constituindo uma realidade em torno da qual as relações de contato se orientarão. Nesse sentido, a análise que faremos aqui da relação conversacional entre sujeitos, brasileiros e alemães, será norteada pela investigação das condições históricas nas quais seus gestos de interpretação estão sedimentados.

Na condição de autores do trabalho, a procura pelas condições de produção dos enunciados obtidos nas relações de contato conversacionais é a procura pela base de sustentação para os nossos gestos de interpretação. Os enunciados das relações de contato conversacionais têm suas raízes históricas, e ideológicas. A historicidade e a ideologia são estabilizadas pelo discurso, de tal maneira que suas marcas estão presentes em outros discursos, anteriores, e estarão presentes em outros discursos, posteriores. Para compreender os processos de produção de efeitos de sentido, a maneira pela qual eles são constituídos pelo discurso, e estabilizados nele, recorreremos a dados de arquivo. Procuraremos demonstrar a forma pela qual os enunciados analisados, tanto aqueles selecionados nas relações de contato conversacionais, como aqueles

selecionados dos dados de arquivo, produzem efeitos de sentido, e explicitá-los (cf. E. Orlandi, 1995b).

Procuramos tanto nos dados de arquivo, como nos dados obtidos em relações de contato conversacionais os enunciados que davam indícios dos atributos (orações adjetivas, ou adjetivos) que definiam brasileiros e alemães. Observamos que esses atributos ressoavam interdiscursivamente (S. Serrani, 1993) nos mais diversos enunciados ao longo da história das relações de contato entre os dois países, definindo os LIs a partir dos quais brasileiros e alemães falariam. A ressonância interdiscursiva de significação desses atributos, resultantes de gestos de interpretação feitos durante os primórdios da história das relações de contato entre brasileiros e europeus, merece atenção nas discussões em torno da tarefa de ensinar uma LE, porque ela aponta para a estabilização de uma ideologia. Essa ideologia define os LIs dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e define as assimetrias das relações de contato conversacionais entre brasileiros e alemães.

2. Uma história das relações de contato Brasil-Alemanha

Segundo F. Krampikowski (1990:317), o ensino/aprendizagem de uma LE é a matéria escolar que permite que o sujeito entre em contato mais direto com a maneira de pensar e falar de sujeitos estrangeiros. A afirmativa desse linguista suscita questões que merecem reflexão. É verdade que o contexto de ensino/aprendizagem de uma LE permite o estabelecimento de relações de contato entre os sujeitos-aprendizes e os falantes nativos: relações mediadas não apenas pelo professor, que pode ou não ser falante nativo da LE, mas também pelos materiais didáticos selecionados, como livros, músicas, textos, filmes. Mas também é verdade que durante o processo de ensino ocorre, simultaneamente, a preparação dos sujeitos-aprendizes para relações de contato, o que implica a formação de sujeitos-aprendizes. Como todas as relações de contato,

a formação de sujeitos em sala de aula é marcada por uma ideologia, e é no aspecto ideológico envolvendo o processo em sala de aula de LE que se situam os nossos questionamentos.

A importância do contexto de sala de aula é incontestável, e, nesse sentido, algumas reflexões a respeito dos LIs sujeitos-aprendizes merecem ser traçadas. Todo sujeito, ao iniciar um processo de aprendizagem de uma LE, já tem uma memória histórica a respeito do país-alvo e de seus falantes constituída por meio das mais diversas relações de contato estabelecidas entre sujeitos de seu país e sujeitos do país-alvo. São diversos os contextos, tanto institucionais quanto informais, nos quais os discursos constituidores dessa memória histórica ocorrem: família, escola, meios de comunicação, entre outros. Mas não é apenas a memória histórica do sujeito-aprendiz que entra em jogo na relação de contato estabelecida em sala de aula: também a sua memória histórica a respeito do seu próprio país e dos sujeitos do seu próprio país influi no contexto. Ou seja, a relação estabelecida em sala de aula entre o sujeito-aprendiz e sujeitos falantes nativos, mediada por materiais didáticos/professores, é uma relação de contato entre memórias históricas diferentes. Da mesma forma, uma relação de contato conversacional entre sujeitos falantes nativos de línguas maternas diferentes é uma relação de contato conversacional entre sujeitos que têm memórias históricas diferentes. O que se pretende, em sala de aula, é preparar os sujeitos-aprendizes para essas relações de contato, sejam elas conversacionais, sejam elas mediadas ou não por um texto. Com o estabelecimento de uma relação de contato conversacional, a memória histórica de cada sujeito irá definir o LI de cada um. Esse aspecto é crucial para esse trabalho, porque o reconhecimento e a investigação da maneira pela qual os sujeitos atuam no momento das relações de contato conversacionais fornecerá subsídios para o trabalho em sala de aula.

Tomemos, como exemplo, uma relação de contato entre brasileiros e alemães. Considerando a tese de F. Krampikowski (op. cit.) de que a sala de aula de LE é um local que permite o contato direto entre alunos-aprendizes e falantes nativos, é necessário que se reflita a respeito do

seu papel na formação de brasileiros, aprendizes de alemão , que se depararam, em outros contextos, com histórias a respeito da Alemanha e dos alemães, da mesma forma que alemães têm informações a respeito do Brasil e dos brasileiros. E essas histórias se encontram no momento em que relações de contato são estabelecidas. É a memória histórica de um e a de outro.

Para que o trabalho com ensino/aprendizagem de uma LE leve em consideração a constituição histórica do sujeito, é necessário investigar a maneira pela qual ela se materializa no discurso dos sujeitos, definindo os LIs a partir dos quais os sujeitos irão falar. Trata-se, portanto, de um trabalho de compreensão de processos discursivos, de compreensão da maneira pela qual eles são estabilizados e de compreensão da maneira pela qual constituem sujeitos e seus LIs.

Uma das primeiras questões a serem levantadas para possibilitar a compreensão da maneira pela qual brasileiros e alemães têm seu LI definido é a da investigação da história das relações de contato entre os dois países. Considerando E. Orlandi (1990), todo sujeito faz gestos de interpretação sobre os acontecimentos com os quais se depara, e o resultado desse processo é a produção de efeitos de sentido. Em se tratando da história das relações de contato entre Brasil e Alemanha, um retorno para a época dos descobrimentos se faz necessário, porque foi naquele período histórico que os habitantes nativos do Brasil tiveram o percurso de sua história interrompido (cf. D. Ribeiro, 1995), além de terem sofrido um silenciamento, já que o discurso que prevaleceu, foi o do europeu (cf. E. Orlandi, 1990).

O resultado desse silenciamento e da preponderância do discurso do outro no caso o europeu, é que aquilo que foi encontrado no Brasil foi submetido a seus gestos de interpretação. Ou seja, o europeu fez gestos de interpretação sobre o que lhe era diferente. Considerar algo como diferente pressupõe o fato de que o LI daquele que faz os gestos de interpretação é outro. O contorno

ideológico desse LI determina a maneira pela qual essa história foi escrita e determina os efeitos de sentido produzidos pelos gestos de interpretação dos quais ela resulta.

Ao definir efeitos de sentido sobre o Brasil, definiu-se também o LI a partir do qual os habitantes desse território falariam. Tanto a constituição desse LI, como a sua estabilização se deram discursivamente, e a investigação de documentos de diversas épocas aponta para a maneira pela qual esses processos decorreram. A história das relações de contato entre brasileiros e alemães é atravessada por diversos períodos, e os discursos que relatam esses períodos, ou que os constituíram, apontam, por vezes, para LIs caracterizados por atributos diferentes, ou seja, a época em que os primeiros alemães vieram ao país, por exemplo, caracteriza-se por apresentar atributos diferentes daqueles relativos à época do denominado “Milagre Brasileiro”. No entanto, essas diferenças, dado o questionamento que nos fazemos, que gira em torno do LI de brasileiros e alemães, apontam para LIs diferentes? Em épocas diferentes, quando questões diferentes são postas em jogo, quando os atributos são outros, há realmente deslocamentos nos LIs dos sujeitos em suas relações de contato? A questão ideológica que envolve essa discussão é determinante para as relações de contato entre brasileiros e alemães.

O Brasil é um país que foi colônia, o que implica dizer que o brasileiros tem a memória histórica do colonizado. A Alemanha, por outro lado, segundo N. Elias (1939), apesar de ter participado também do processo de expansão de suas fronteiras, tendo tido suas colônias na África, distingue-se dos demais países europeus colonizadores no conceito de *Kultur*. N. Elias (1939) afirma que na Alemanha, principalmente pelo fato de ter consolidado politicamente suas fronteiras tardiamente, em comparação com outros povos da Europa, o conceito de *Kultur* é muito importante, porque é através dele que se marca a diferença do alemão em relação a outros grupos. Os alemães estavam preocupados em perguntar-se continuamente no que consistia a sua especificidade em relação às outras nações, principalmente as européias, e essa preocupação com uma especificidade, com uma diferença é marcante, e diríamos até, decisiva.

Seriam, portanto, dois aspectos básicos a serem levados em consideração no momento da análise dos dados: o primeiro diz respeito ao LI do brasileiro, caracterizado por uma marca de nascença, como o diz E. Orlandi (1990), que é a de ter sido colônia. O segundo diz respeito aos alemães, que, apesar de fazerem parte das nações européias que procuraram, apesar de em menor escala, expandir suas fronteiras na procura por colônias, mantiveram presente em seu discurso maneiras de se distinguirem dessas mesmas nações européias. Esses dois elementos levam, conforme veremos nos dados, ao estabelecimento de relações de contato entre brasileiros e alemães nas quais os últimos se advogam um LI marcado também pela diferença e pela especificidade.

Marcar diferenças em um período, estabilizá-las no discurso, e, por outro lado, ser um país que tem a marca de ter sido colonizado, tem vários desdobramentos, que se projetam nas relações de contato conversacionais entre sujeitos oriundos da Alemanha e do Brasil. A relevância de tal aspecto para a preparação de sujeitos para estabelecerem relações de contato, é que não se pode considerar que elas iniciem no momento em que os sujeitos começaram a conversar. Brasileiros e alemães, ao estabelecerem uma relação de contato conversacional, têm suas memórias históricas já constituídas, e elas estão presentes na materialidade de seus discursos, definindo seus gestos de interpretação, e as direções dos efeitos de sentido.

1.3 Histórico da Pesquisa

Para chegar à versão atual deste trabalho, passamos por diversos percursos, que relataremos brevemente. Como professor de alemão para brasileiros e de português para alemães, vínhamos observando que o LI desses alunos era definido por um feixe de atributos. A primeira pergunta que nos colocamos foi sobre a possibilidade de investigar quais seriam esses atributos. Através de pesquisas feitas com estudantes brasileiros, aprendizes de alemão como LE, constatamos que havia grandes regularidades quanto aos atributos presentes nos seus enunciados, ao se referirem,

por exemplo, à Alemanha e aos alemães. Dado que esses alunos nunca tinham conversado com alemães, e, portanto, não estavam falando de uma experiência prévia obtida por meio de uma relação de contato conversacional, tornou-se evidente que os estudantes brasileiros estavam parafraseando outros enunciados, que haviam surgido em outros contextos. Ou seja, dentro da perspectiva teórica abordada por este trabalho, os enunciados dos estudantes brasileiros, sujeitos do discurso, estavam ressoando interdiscursivamente outros enunciados. Isto é, "*a relação de um discurso com outros discursos*" (E. Guimarães, 1995:66), que determina "*o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido*" (E. Orlandi, 1995: 89).

Outra pergunta que nos colocamos relacionou-se com a procura pelas condições de produção dos enunciados dos brasileiros. Passamos a investigar quais seriam os enunciados que ressoavam interdiscursivamente nas enunciações dos brasileiros, que formam seu domínio da memória histórica. Essa procura foi feita através de um levantamento de notícias publicadas a respeito da Alemanha em jornais brasileiros a partir de janeiro de 1855, período que se caracterizou pelas discussões, já que a libertação dos escravos de origem africana era iminente, em torno da procura por mão de obra que viesse a substituí-la. No entanto, o cerne da questão era, na realidade, a definição do perfil daqueles que viriam colonizar o país, e ser seus futuros habitantes.

Acessamos, assim, um conjunto de dados de arquivo que permitiriam identificar, nos enunciados dos brasileiros, os intertextos nos quais eles se sustentavam em um dizer historicamente constituído e base das condições de produção de seus enunciados. A pesquisa teve a sua continuidade orientada principalmente a partir da leitura de **Terra à Vista** (E. Orlandi, 1990). Ela adquiriu os contornos que tem atualmente a partir de outra pesquisa, feita dessa vez na Alemanha, em jornais e documentos redigidos por alemães a respeito do Brasil. E. Orlandi (p.48) demonstra que a constituição do LI a partir do qual fala o brasileiro é feita pelo discurso europeu. É a questão da constituição do sujeito discursivamente pelo outro. No Brasil, o

discurso que se impõe e que define o LI dos brasileiros , é o discurso do europeu. *"Não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, é o discurso sobre o Brasil."*

O discurso dos europeus, ao definir o LI do brasileiro, também delineava o seu próprio LI na relação de contato entre eles. Não só o LI do brasileiro mas também o LI do alemão se estabelecem pelo discurso do alemão, e esse estabelecimento é ideologicamente determinado. A ideologia é estabilizada no discurso de tal maneira que outros sujeitos serão constituídos a partir dessa ideologia. E é nesse processo de estabilização de uma ideologia que se dá a constituição da memória histórica dos sujeitos, que lhes define os LIs.

A questão ideológica baseia-se no fato de que relações de contato são permeadas por produção de efeitos de sentido feitos por gestos de interpretação. No caso do Brasil, os gestos de interpretação foram feitos pelos europeus que aqui chegaram, gestos de interpretação feitos a partir de sua concepção de mundo, a partir dos efeitos de verdade que orientavam a sua vida, o seu mundo, a sua realidade. A sua ideologia. O LI a partir do qual o europeu fez seus gestos de interpretação a respeito do Brasil foi marcado pelo discurso do colonizador, daquele que "descobre" outras terras, que virão a ser suas. É o discurso daquele que toma posse, daquele que subjuga, daquele que intervem em discursos, no caso do Brasil, no discurso dos índios, desestabiliza-o, e instaura outros efeitos de sentido. A instauração de efeitos de sentido está relacionada aos gestos de interpretação feitos pelo europeu ao se deparar com o diferente.

O processo de fazer gestos de interpretação é inevitável. De acordo com E. Orlandi (1992:2), o sujeito está condenado a atribuir sentidos a objetos simbólicos, ou seja, a tornar possíveis gestos de interpretação, já que atribuir sentidos é interpretar. O sujeito, dentro do quadro teórico da AD, é descrito pelo LI que ele ocupa no discurso (cf. J. Guilhaumou & D. Malidier 1989), lugar definido pela FD na qual ele está inserido. O brasileiro faz gestos de interpretação a partir de um LI diferente do LI do alemão. Essa diferença pode levar a situações de confronto armado, como

foi o caso ocorrido durante as duas grandes guerras mundiais, como também a situações de confronto camufladas, como durante o período de colonização ou de industrialização do país, nas quais os diferentes LIs perpetuaram relações de poder estabelecidas durante o período mercantilista da história da humanidade. Como esses LIs estão atrelados a uma memória histórica constituída ideologicamente, os enunciados que os marcam, ressoam nas atuais relações de contato entre brasileiros e alemães.

1.4 O contexto de análise de relações de contato

Os dados principais deste trabalho foram obtidos em relações de contato conversacionais entre estudantes brasileiros e estudantes alemães. Dentro de um universo amplo de aspectos que poderiam ser focalizados neste trabalho, optamos por seguir, para a análise, o percurso indicado pelos próprios alunos envolvidos no projeto: foram feitas gravações, escutadas em seguida pelos participantes do diálogo. Os gestos de interpretação feitos pelos brasileiros e pelos alemães sobre os diálogos, durante o processo de sua reescuta, apresentavam diferenças consideráveis, que esta pesquisa buscou mapear em sua matriz histórica e ideológica. Além disso, enunciados emitidos pelos brasileiros em contextos informais, na ausência de gravadores e fora das salas de trabalho, nos chamaram a atenção por, aparentemente, não estarem baseados no que havia ocorrido na relação de contato conversacional, mas sim, em aspectos ideológicos e históricos que ultrapassavam as fronteiras da relação de contato conversacional. Esses foram os enunciados que definiram o perfil do presente trabalho.

Os dados conversacionais foram obtidos em gravações realizadas com 4 estudantes brasileiros, aprendizes de alemão como LE, e 4 estudantes alemães, aprendizes de português como LE, que não se conheciam. Os dados de arquivo foram obtidos, conforme comentado acima, em jornais, revistas, documentos, livros e discursos, encontrados tanto na Alemanha, como no Brasil.

1.5 Resumo dos Capítulos

No segundo capítulo apresentaremos o arcabouço teórico com o qual trabalhamos para analisar os dados, e será definida a importância do reconhecimento de que é por meio de gestos de interpretação que efeitos de sentido são produzidos, e que esses efeitos de sentido constituem LIs, que se perpetuam no discurso, constituindo sujeitos e sentidos para os dois países envolvidos nessa pesquisa.

Nesse capítulo também será discutido o fato de que os primeiros gestos de interpretação sobre o Brasil se deram durante o período mercantilista, época em que o discurso dos países europeus, os colonizadores, deu a sua marca aos países que foram suas colônias. Desse encontro, e dos estranhamentos causados pelas suas diferenças, foram feitos os gestos de interpretação que produziram os efeitos de sentido que caracterizam o Brasil e a Alemanha.

No terceiro capítulo faremos a análise dos dados. A partir dos enunciados dos brasileiros e alemães procuraremos compreender a maneira pela qual a história do Brasil foi escrita, e definido o seu LI. É nesse passeio pela história que analisaremos a utilização das palavras colônia e colonizador, durante muito tempo após a independência do Brasil, tão frequentes e tão definidoras de LIs. Mostraremos também que o conceito de colônia sofreu um deslocamento quando utilizada por alemães no Brasil, fato que permitirá traçar um paralelo entre o LI de alemães e da Alemanha e a proposta teórica de N. Elias (1939). Os confrontos ocorridos durante as duas guerras mundiais, que resultaram em diferenças quanto à produção de efeitos de sentido para os mesmos atos, já que os gestos de interpretação feitos foram outros também, dão indícios a respeito de deslocamentos no LI dos dois países durante esses períodos. No entanto, mostraremos que, logo após o término das guerras, foi imediata a retomada das relações de contato entre os dois países, sendo que os LIs de cada um, adaptados aos períodos pós-guerra, continuaram a ser definidos por uma mesma ideologia, por uma mesma história.

No quarto capítulo analisaremos os materiais didáticos utilizados nos cursos de português para estrangeiros e de alemão para estrangeiros, tendo em vista a maneira pela qual os LIs dos falantes nativos e dos estrangeiros são apresentados. No quinto capítulo apresentaremos as conclusões finais e sugestões para a continuidade da pesquisa.

2. QUADRO TEÓRICO

2.1. Relações de contato conversacionais: o que está em jogo?

Durante apresentação de comunicação no Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Germanísticos, na Cidade do México, um dos ouvintes se posicionou contra o nosso trabalho, afirmando que o que ele ensinava era a língua alemã, e não ideologia ou história. Seu comentário foi instigante, porque desencadeou uma discussão acirrada em torno dos objetivos do ensino de alemão como LE. Na verdade, a questão toda é essa: o que nós, profissionais da área, estamos proporcionando aos nossos alunos? Quais as nossas responsabilidades, e o que estamos silenciando?

Analisando o comentário do meu colega de trabalho dentro do quadro teórico da AD, há a confirmação da colocação de M. Pêcheux (1983:55) de que o relacionamento linguagem, discurso, ideologia e história não é evidente para os sujeitos, e que, quanto menor a percepção por parte do sujeito desse relacionamento, tanto mais comprometido ideologicamente ele está. Afirmar, tal qual o meu colega de trabalho o fez, que o objetivo do professor é ensinar alemão, e não história, ou ideologia, aponta para um comprometimento muito forte com uma ideologia, que não lhe é evidente.

A importância dessa questão ideológica para esse nosso trabalho deve-se ao fato de que o comprometimento ideológico do professor de alemão como LE irá definir a maneira pela qual ele irá estabilizar essa ideologia. Da mesma maneira, o comprometimento ideológico dos autores de materiais didáticos também definirão a maneira pela qual estabilizarão uma ideologia. Havendo coerência entre esses dois elementos da cadeia, isto é, do professor e dos elaboradores dos

materiais didáticos, e a ideologia que constituiu os sujeitos aprendizes de alemão como LE, as relações de contato entre estes e os falantes nativos de alemão provavelmente reproduzirão aquilo que sempre houve, sem que grandes reflexões ocorram, reflexões que poderiam vir a promover um deslocamento no LI dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem.

Para M. Pêcheux, a não-percepção de questões ideológicas presentes na linguagem é explicada por meio da relação que o sujeito estabelece entre mundo e linguagem. Para ele, há uma relação direta entre eles, de tal maneira que o sujeito nega o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece (M. Pêcheux, 1983: 55), e esse é um dos efeitos ideológicos dos gestos de interpretação (E. Orlandi, 1995; 1995b). A crença na literalidade é uma crença ideologicamente determinada, porque *"há mecanismos de controle dos sentidos"*. (E.Orlandi, 1995 b:11) A não percepção por parte do sujeito de que há várias possibilidades de sentido nas palavras e várias possibilidades de interpretação para os símbolos é uma das grandes questões da atividade de ensino/aprendizagem de uma LE. A problematização desse aspecto não se limita ao ato de aprender novos itens lexicais, mas se estende para o fato de que outros itens lexicais implicam outra história, outra ideologia, aspecto também trazido para discussão dentro da LA por S. Serrani (1989).

O processo de aprendizagem de uma LE estabelece, assim, para o sujeito-aprendiz, uma relação de contato com uma outra história, uma outra ideologia, via língua-alvo. Mas o sujeito-aprendiz, por sua vez, está comprometido com uma história e uma ideologia, introduzidas pela sua LM. A complexidade dessa situação requer a retomada de uma discussão básica dentro da LA ao ensino de uma LE: a concepção de sujeito.

2. 1.1 O lugar de interlocução (LI) dos sujeitos constituído pela história e pela ideologia

P. Henry (1990) afirma que M. Pêcheux, ao formular a concepção de sujeito em suas obras, colocou-se entre o sujeito da linguagem (o sujeito de Lacan, cujo inconsciente é estruturado como uma linguagem), e o sujeito da ideologia (o sujeito de Althusser, que ocupa uma posição ideológica), no sentido de estabelecer uma ligação entre eles. O início das reflexões de M. Pêcheux a respeito da concepção de sujeito (T. Herbert, 1967) se deu em um contexto no qual estava em franca ascensão a teoria gerativista, de N. Chomsky, na qual se postulava a existência de um dispositivo (LAD), que bastaria ser ativado para que o processo de aprendizagem de uma língua fosse desencadeado. Essa concepção de sujeito foi discutida e debatida por M. Pêcheux (1969) e pelos teóricos que se filiaram à AD, tal qual E.Orlandi (1992) aponta, pois eles rejeitam totalmente as definições de sujeito detentor de controle sobre o sistema, sujeito origem do seu dizer, sujeito biológico, sem história. *"Não há sujeito psicológico universal que sustente o processo de produção de todos os discursos possíveis, no sentido de que o sujeito representado por uma gramática gerativa é apto a engendrar todas as frases gramaticalmente corretas de uma língua"*, afirma M. Pêcheux (1969: 93), estabelecendo, assim, claramente o distanciamento de sua concepção de sujeito com aquela presente na teoria gerativista.

No mesmo ano em que M. Pêcheux publicou a AAD (1969), M.Foucault (1969) publicou a *Arqueologia do Saber*. Como os dois autores se filiaram ao materialismo histórico e desenvolveram questões relativas ao discurso, embora M. Foucault o fizesse a partir da filosofia, e não da linguística, há discussões convergentes nas duas obras. Entre esses pontos de contato, há também a crítica feita por M.Foucault à gramática gerativa, apoiada na concepção de sujeito que ela encerra. M.Foucault reitera a questão básica que permeia a concepção de sujeito dentro do quadro teórico do materialismo histórico, que é a sua não-intencionalidade, que é considerá-lo o lugar de dispersão de uma exterioridade, já que não é a origem dos seus enunciados, mas o lugar de acúmulo de outros enunciados (cf. p. 144).

A implicação dos trabalhos dos dois autores no que diz respeito à sua concepção de sujeito situa-se no fato de ele não ser considerado livre e responsável por tudo o que diz. Em M. Pêcheux e M. Foucault, o sujeito está preso a uma rede de significados, constituindo-se a partir desse ponto. É esse o postulado que promove um deslocamento da concepção de sujeito, e, portanto, um deslocamento no foco de pesquisa, segundo o qual trabalha a AD. A proposta de M. Pêcheux, segundo P. Henry (1990), é passar da concepção de sujeito da língua para a concepção de sujeito do discurso, passagem que requer uma articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a AD.

M. Pêcheux & C.Fuchs (1975) afirmam que, no que diz respeito ao campo de estudos da AD quanto ao materialismo histórico, há uma modalidade particular a ser estudada com atenção, que é a interpelação, "*ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico*" (p. 166). A contribuição da AD para a compreensão do processo de interpelação e para a conseqüente concepção de sujeito, dá-se por meio das reflexões desenvolvidas a cerca da relação discurso/ideologia. A ideologia tem uma materialidade que é o discurso. Essa questão mostra a insuficiência de considerar-se que a ideologia existiria em um mundo de idéias, afirmam M.Pêcheux & C.Fuchs, pois as idéias inexistem fora da linguagem.

O sujeito é interpelado em sujeito ideológico pelo discurso, já que neste está a materialidade da ideologia. Sendo interpelado, o sujeito da AD é o sujeito des-centrado (cf. E. Orlandi, 1990:29), que não é fonte nem responsável pelos efeitos de sentido que produz, mas é parte dos processos de produção de efeitos de sentido, porque eles se realizam no sujeito.

O sujeito é constituído pelo discurso, mas, da mesma maneira em que há aqui, aparentemente, uma relação de causa e efeito, essa relação se firma também em outra direção, uma vez que é o próprio sujeito que coloca a língua em movimento, afetando-a pelo interdiscurso (cf. E.

Guimarães, 1995). Ao colocar o discurso em movimento, o sujeito é o estabilizador da ideologia .

A inclusão do sujeito des-centrado na AD, trouxe conseqüências para o desenvolvimento de suas análises. Colocava-se a questão em torno da maneira de situar o sujeito dentro de uma teoria não-subjetiva, de uma teoria materialista de processos discursivos. Já em 1969, M.Pêcheux fazia referência aos LIs, definindo-os a pela relação com as condições de produção, representadas nos processos discursivos. Em M.Pêcheux (1975:171), a discussão em torno da concepção de sujeito é levada no bojo de uma teoria althusseriana; o termo empregado pelo autor é "*tomada de posição* ", definido como sendo um ato no qual o sujeito enuncia sob efeito do interdiscurso, que "*é a relação de um discurso com outros discursos*" (E. Guimarães, 1995:66).

Como o sujeito, em seu discurso, relaciona-se com outros discursos, ele não é a origem do seu dizer. Ele reinscreve os traços de outros: o seu discurso "*se produz como trabalho sobre outros discursos*" (E.Guimarães, 1995:66). O sujeito é o efeito do pré-construído, do já-dito, daquilo que já está lá, que efetuam a sua identificação com a FD que o domina. Foi por meio da análise de paráfrases que se procurou descrever o processo de re-inscrição dos traços de um discurso em outro, processo que dava evidências da constituição histórica do sujeito. E foi a partir de 1980, de acordo com J. Guilhaumou & D. Maldidier (1989:66), que M.Pêcheux enfatizou que, para objetivos analíticos, a descrição do sujeito do discurso estaria ligada à descrição do LI por ele ocupado. Esse lugar estaria ancorado na língua e na história.

Descrever esse LI é descrever o processo de sua constituição na história e na ideologia. Em se tratando de relações de contato entre brasileiros e alemães, a descrição está ancorada à da história dessas relações entre os dois países. Há pressupostos teóricos básicos da AD que permitem a compreensão da maneira pela qual o LI do sujeito é constituído pelo discurso e a compreensão da maneira pela qual esse LI é estabilizado no discurso, como apontaremos a

seguir. O conhecimento da constituição de LIs para brasileiros e alemães, fornece subsídios para a compreensão da maneira pela qual os movimentos de ambos se projetam na sua relação de contato conversacional de maneira a estabilizar esses LIs, e, o mais importante, fornece subsídios para a preparação de ambos para o estabelecimentos dessas relações.

2. 1.2. Relações entre gestos de interpretação, efeitos de sentido, interdiscurso, história e ideologia.

Gestos de interpretação, segundo E.Orlandi (1995b:6) são *"um ato simbólico de intervenção no mundo. Uma prática discursiva. Linguístico-histórica. Ideológica. Com suas consequências. Com efeito, pode-se considerar que a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido."* A *"intervenção no real do sentido"* se dá no discurso (M.Pêcheux, & C.Fuchs, 1975:172), produz efeitos de sentido (M.Pêcheux, 1981), estabilizados também no discurso, o que lhes dá seu caráter histórico. O trabalho com a produção de efeitos de sentido pressupõe o reconhecimento da não-transparência da linguagem. As palavras não têm sentido próprio, não há uma relação direta entre mundo e linguagem: os símbolos linguísticos produzem *"efeitos de sentido"* (E. Orlandi, 1990:36) em sua relação com a história.

Como não existe relação direta entre linguagem e mundo, como as palavras não têm sentido próprio, o sujeito, inserido no campo do simbólico por meio de sua língua materna, está *"condenado a significar"* (E.Orlandi, 1990: 36), ou seja, o sujeito é compelido a fazer gestos de interpretação sobre o universo simbólico que o rodeia. Esses gestos de interpretação intervêm, assim, no mundo. E a dimensão ideológica dessa intervenção se dá na medida que os efeitos de sentido produzidos a partir dos gestos de interpretação tomam uma direção. Considerando-se que o sujeito é definido a partir do LI que ele ocupa, para que seus gestos de interpretação sejam compreendidos, é necessário que seja feita a análise do LI a partir do qual eles são feitos.

Pressuposto importante a ser considerado para essa discussão, devido ao fato de que estaremos analisando também relações de contato conversacionais, é que o gesto de interpretação se dá no momento em que o sujeito fala e no momento em que escuta. Nos dois processos ele produz efeitos de sentido, porque ambos requerem dele "*uma inscrição no interdiscurso, uma filiação a um saber discursivo (uma memória).*" (E.Orlandi, 1995b:10). Portanto, o sujeito, inserido em um sistema simbólico, está constantemente fazendo gestos de interpretação, e em processo de produção de efeitos de sentido.

Para a análise das relações de contato entre brasileiros e alemães, há fatores históricos e ideológicos a serem considerados, que envolvem a prática discursiva e apontam para o LI ocupado pelos sujeitos ao fazerem seus gestos de interpretação, produzindo efeitos de sentido. O Tratado de Tordesilhas, por exemplo, reconhecido por duas das mais poderosas instituições da época na Europa, a Igreja e os governos da Espanha e de Portugal, determinava que as terras que viessem a ser descobertas seriam colônias espanholas ou portuguesas, dependendo de sua localização, isto é, antes ou depois de um limite por ele estabelecido. Esse documento, redigido na Europa e assinado por europeus, lançou o primeiro gesto de interpretação institucionalmente reconhecido sobre as terras que iriam constituir o território brasileiro. Esses gestos de interpretação produziram efeitos de sentido segundo os quais seus habitantes fariam a partir do LI daqueles que seriam "colônia" de um país europeu, no caso a Espanha e Portugal. Além de intervir na história do Brasil, esse gesto de interpretação interveio também na história daquele que o fez, ou seja, do europeu, já que o efeito de sentido resultante é de que este país seria colônia e as nações européias, "colonizadoras". Ocupar o LI de colonizador foi, como se sabe, de inquestionável importância para Portugal e Espanha.

Ocupando o LI de colonizador, outros gestos de interpretação foram feitos sobre o Brasil pelo europeu, com a sua chegada às terras, produzindo outros efeitos de sentido. A relação de contato colonizador-colonizado, que se dera em primeira instância apenas no papel, por meio do Tratado

de Tordesilhas, adquiriu outros contornos com a presença física do europeu no país. Os efeitos de sentido produzidos então, que ficaram na história e que contam a história do Brasil, foram aqueles produzidos pelo europeu. Um dos exemplos mais conhecidos é a carta de Pero Vaz de Caminha.

Nos primeiros anos após o descobrimento, a presença de alemães no país foi muito tímida, em comparação aos portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, por exemplo. Mas a importância em termos desse trabalho para as relações de contato entre o Brasil e a Alemanha não se deve tanto a um fator quantitativo, mas sim, como apresentamos anteriormente, ao LI a partir do qual o alemão falava. Esse LI foi discutido por N. Elias (1939), no que diz respeito à relação dos alemães com as demais nações européias. O discurso do alemão, de acordo com o autor, teve a forte tendência de se diferenciar do discurso das demais nações européias principalmente a partir da Guerra dos Trinta anos, ou seja, por volta de 1648. Essa diferenciação, de acordo com o autor, caracterizou-se por promover um isolamento do alemão em sua relação com a Europa. O alemão preocupava-se em discutir sua especificidade, preocupava-se em diferenciar-se das demais nações européias, marcar aquilo que definia por *Kultur*, como sendo algo próprio, seu. Essa especificidade característica do discurso alemão foi constituindo outros sujeitos cujos discursos traziam marcas cujos efeitos de sentido apontavam para um LI que eles acreditavam ser diferenciado. Esse é um dos grandes efeitos ideológicos do discurso: o efeito de verdade (M. Foucault, 1979), que sustenta os gestos de interpretação e os efeitos de sentido produzidos, é inquestionável.

Com a chegada dos primeiros europeus/alemães ao Brasil, foram produzidos gestos de interpretação a partir do LI ocupado por eles na época. O que existia no Brasil era diferente do que era considerado padrão pelos europeus/alemães, e essa diferença causou estranhamento. Os gestos de interpretação feitos pelos europeus/alemães intervieram ideologicamente no sentido do que vem a ser brasileiro, já que constituíram efeitos de sentido para o Brasil. Esses efeitos foram

ideologicamente determinados, de tal maneira que o gesto de interpretação possível, dado o contexto histórico no qual ele se processou, constituiu LIs em que o europeu/alemão figurava como "centro" (cf. E. Orlandi, 1990), ou como padrão, dados os efeitos de verdade que sustentam esses gestos.

O efeito de verdade é um dos mecanismos relacionados à ideologia que interfere nos gestos de interpretação. Devido à ideologia, o único gesto de interpretação possível feito pelo sujeito está relacionado à crença em um sentido literal. Esse sentido existe devido à filiação do sujeito a uma memória histórica, que tem, como um de seus traços, um efeito de verdade constituído ideologicamente por meio do discurso (M.Foucault, 1979). M. Foucault (1979:14) definiu efeito de verdade como sendo "*um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados*". Gestos de interpretação diferentes indicam efeitos de verdade diferentes que atuam sobre os sujeitos interpretantes. O efeito de verdade pré-existe ao sujeito, que é constituído por ele e seu estabilizador. "*Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros...*" (M. Foucault, 1979:12). Os efeitos de verdade estão relacionados ao poder, são estabelecidos discursivamente por ele e inexistem fora dele (M.Foucault, *ibid*). Orientam ideologicamente os gestos de interpretação.

Fazer alguns tipos de discurso funcionarem como verdadeiros implica a existência de duas partes. M. Pêcheux (1981) as define pela divisão social da leitura (interpretação) (E. Orlandi, 1995:35). "*A alguns o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local) ; a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"*". As duas tarefas são resultado de um movimento de filiação a uma memória histórica, e é a partir dos dois processos, ou seja, tanto da produção de

leituras originais (gestos de interpretação) como da sustentação dessas interpretações, que ocorre a estabilização de uma ideologia.

Aqui entra o aspecto histórico ligado à prática, já que o pressuposto é o de que, devido à relação de um discurso com outros, devido à sua relação com o interdiscurso, esse gesto de interpretação é estabilizado. Porque todo discurso é o resultado de um já-dito, todo discurso emerge da relação de um sujeito com outros sujeitos, que o constituíram como tal. A produção de um efeito de sentido é a (re)produção de outros efeitos de sentido já presentes em outro lugar.

A maneira de se estudar a estabilização dos efeitos de sentido no interdiscurso é perfazendo uma análise das paráfrases. A relação língua/interdiscurso/história/ideologia leva ao estudo das paráfrases (M.Pêcheux, 1975), na procura pelas diversas maneiras de dizer o que já está presente, dizer o que não foi silenciado. O dispositivo analítico que utilizamos para investigar as maneiras de dizer aquilo que não foi silenciado, aquilo que ficou da história, e, portanto, na história, e que autoriza gestos de interpretação foi o estudo das ressonâncias interdiscursivas de significação, tal qual apresentadas por S. Serrani (1993:47): *"entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades (linguísticas) envolvidas uma ressonância - interdiscursiva - de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido"*

Considerando-se que gestos de interpretação produzem efeitos de sentido provenientes do LI do sujeito e que esse LI está relacionado à FD que o domina, pode-se dizer que, em todo discurso, há sempre o interdiscurso. A análise das ressonâncias interdiscursivas de significação de enunciados permite que os diversos discursos presentes no discurso dos sujeitos sejam detectados. É o trabalho com o interdiscurso, que constitui sujeitos, e que indica o LI que eles ocupam nas relações de contato conversacionais. E esse LI tem relação com a história.

A história foi trazida para a discussão de questões relativas à linguagem pela AD (cf. E.Guimarães, 1995:66). "*Sem história, a palavra é imagem pura*" (E.Orlandi, 1995 b). Considerando-se a não-transparência da linguagem, um discurso só produz efeito de sentido pela sua relação com outros discursos. Se o interdiscurso é o conjunto de relações de um discurso com outros, pode-se dizer que os efeitos de sentido produzidos são resultado das ressonâncias interdiscursivas de significação dos elementos de um discurso com os elementos de outros discursos anteriores. Essa anterioridade, o fato de um discurso ter sempre enunciados que são ressonâncias interdiscursivas de significação de outros enunciados, encontrados em outros discursos, é que define o seu caráter histórico. Ou seja, não há sentido para um discurso a não ser na sua relação com a história.

O estabelecimento da relação discurso/história desloca a maneira de abordar os documentos, os dados conversacionais, porque um discurso não tem um sentido que o ligue ao real, ele já é resultado de um gesto de interpretação, que é historicamente definido. Dentro dessa perspectiva, os gestos de interpretação produzem efeitos de sentido, resgatados a partir da análise das condições de produção dos enunciados. Esses efeitos de sentido são comprometidos com uma história, já que se originam de outros discursos, de outros gestos de interpretação, que neles ressoam interdiscursivamente. O interdiscurso é, em outras palavras, "*a memória do dizer*" (Guimarães, 1995:67). O interdiscurso define o sentido de um enunciado¹, porque "*a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação. E é isto que dá a historicidade da língua*" (E.Guimarães, 1995: 69).

Um gesto de interpretação é sustentado pela história, constituída pelo interdiscurso. E. Guimarães (1993) afirma que a língua só funciona por ser afetada pelo interdiscurso, que produz os efeitos de sentido. Os efeitos de sentido, produzidos a partir dos gestos de interpretação,

¹M. Foucault (1969) define o enunciado da seguinte maneira: "*o enunciado faz de um sintagma ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade.*" (p.105)

apenas ocorrem devido à historicidade presente na língua: os gestos de interpretação, na medida em que são afetados pelo interdiscurso, estabilizam e constituem efeitos de sentido históricos.

Os efeitos de sentido produzidos em um dado contexto histórico continuam ressoando interdiscursivamente nos discursos de outros sujeitos. E.Orlandi (1990:35) ressalta esse aspecto dentro da AD: *"O discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no "futuro", mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é, assim, mera percepção do mundo ou representação do real."* .

Considerando a perspectiva teórica apresentada acima, a análise das relações de contato entre brasileiros e alemães abaixo será feita a partir do reconhecimento de que seus enunciados são ressonâncias interdiscursivas de significação de outros, presentes em outros discursos, anteriores. Esses enunciados, ao ressoarem interdiscursivamente, constituíram e constituem brasileiros e alemães, e seus LIs, promovendo assim, a estabilização da ideologia que norteou relações de contato anteriores entre brasileiros e alemães ocorridas em outros contextos. Ao falarem, o brasileiro e o alemão fazem falar esses outros discursos. Fazem aflorar efeitos de sentido já existentes, que definiram e definem o seu LI nessas relações de contato. Sob o efeito do interdiscurso, estão enunciando de um LI que lhes é dado pela história e pela ideologia que atravessou as suas relações de contato. Por esse motivo, brasileiros e alemães podem estar utilizando a mesma língua, podem estar falando em alemão ou em português, nas relações de contato conversacionais, mas estarão falando diferente, porque os gestos de interpretação que fazem, e os efeitos de sentido que produzem são outros.

Ao analisar as relações de contato entre brasileiros e alemães, investigamos documentos antigos, mas extremamente atuais. Sua atualidade, que foi uma surpresa no início da pesquisa e acabou por tornar-se óbvia no seu final, deve-se ao fato de que os LIs destinados a cada um dos

envolvidos haviam mudado muito pouco nesses séculos. Houve alguns períodos durante os quais essas relações de contato se caracterizaram por rupturas que causaram modificações nos LIs de brasileiros e alemães nas suas relações de contato, como a II Guerra Mundial, ou o início da década de 70, época do chamado Milagre Econômico Brasileiro. Mas, na sua grande maioria os documentos representavam variações sobre o mesmo tema, mudando apenas o cenário. E. Orlandi (1990:47) observa que "*...pela determinação histórica dos processos de produção de sentidos sobre o brasileiro, se constitui (se fixa) a relação colonizador-colonizado. De tal forma que, mesmo depois do período colonial, a marca de nascença do brasileiro se reproduz toda vez que se instalam, nas relações, as condições para que esse mesmo discurso colonialista se realize (retorne)*".

Se, por um lado, o discurso que constitui o LI do brasileiro traz as marcas do período de colonização, o discurso do alemão traz as marcas do discurso do europeu, daquele que, na condição de colonizador, definiu os atributos (*a marca de nascença*) que acompanhariam o brasileiro. Mas não só. O alemão, além de fazer parte do grupo composto pelas nações européias, também tinha presente em seu discurso as marcas daquele que se destaca pela diferença, conforme N. Elias (1939). Esse processo de fazer parte do grupo, e ao mesmo tempo se destacar do grupo, tem consequências em termos de definição de LIs de alemães e brasileiros em suas relações de contato, conforme veremos na análise dos dados.

2. 1.3 O silêncio como constitutivo dos efeitos de sentido

"Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo" (E.Orlandi, 1992:29).

Todo gesto de interpretação é sempre um gesto de interpretação, porque eles são feitos a partir de um LI, marcado por uma história, por uma ideologia. Um gesto de interpretação feito a partir de

outro LI será outro também. A possibilidade de que vários gestos de interpretação para o mesmo fato sejam feitos remete a considerações a respeito do silêncio. Considerá-los produtores de efeitos de sentido, sustentados por um efeito de verdade, implica, necessariamente, o silenciamento de outros gestos de interpretação, o silenciamento de outros efeitos de sentido, sustentados por outros efeitos de verdade. O LI do brasileiro foi definido por gestos de interpretação, feitos pelo europeu, que prevaleceram sobre aqueles que eram feitos até então pelos habitantes nativos. Ou seja, os gestos de interpretação feitos pelos habitantes nativos foram silenciados, os efeitos de sentido que eles produziam foram silenciados, a estabilização desses efeitos de sentido foi interrompida. Nesse sentido, segundo E. Orlandi (1993), o LI do brasileiro é resultado de uma política do silêncio. A autora afirma que o silêncio é significativo e tem diversas formas: o silêncio fundador e a política do silêncio, também denominada de silenciamento, que, por sua vez, pode ser subdividida em silêncio constitutivo e silêncio local.

O silêncio fundador é o que existe nas palavras; ele dá espaço de recuo significativo e as condições para que efeitos de sentido sejam produzidos. Ele é o não-dito histórico. O silêncio fundador atravessa as palavras, resultando a incompletude constitutiva da linguagem quanto a seus efeitos de sentido. Sempre há algo mais a ser dito, sempre há outro efeito de sentido a ser colocado, não alcançado pela linguagem. O silêncio não é vazio, ele é um constante efeito de sentidos não-captáveis pelos dizeres. A linguagem, nesse sentido, é uma categorização do silêncio, é a sua segmentação (cf. E. Orlandi, 1993).

Para E. Orlandi (1993), o silêncio constitutivo faz parte do silenciamento, ou seja, de uma política de produção de efeitos de sentido; é aquele que se dá em um determinado contexto histórico: ao estabelecer um gesto de interpretação é produzido um recorte no dizível, indicando que, para dizer algo, é preciso não dizer outras coisas. Um efeito de sentido se dá quando outros possíveis efeitos de sentido (indesejáveis), que se situam além dos limites de uma FD dominante,

são excluídos do campo do dizer. O "*silêncio trabalha, assim, os limites das formações discursivas, determinando, conseqüentemente, os limites do dizer*" (Id., p. 76).

Faz parte da política do silêncio o silêncio local que, segundo E.Orlandi (1993), é o que se refere à censura, que proíbe alguns dizeres. Essa proibição interdita a ocupação de alguns LIs, que poderiam ser ocupados dentro da FD na qual ele se insere. O silêncio local atua dentro dos limites de uma FD, impedindo que o dizível seja dito, que aquilo que deve ou pode ser dito dentro de uma história seja efetivamente dito. No caso do silêncio local, há limites estabelecidos para os efeitos de sentido que ocorrem em uma sociedade. Esses limites são frutos do autoritarismo que, promovendo o silenciamento de alguns efeitos de sentido, impede que os LIs, que pudessem constituir uma ameaça ao poder, sejam ocupados, afirma a autora.

O significado do que vem a ser brasileiro está inscrito em um discurso europeu que remonta à época das colonizações. Esse discurso instaurou efeitos de sentido a respeito de um país, cuja história foi silenciada, dando lugar à história tal qual interpretada pelo europeu. Foram apagados do discurso os efeitos de sentido que definiam o que vinha a ser o habitante nativo, efeitos de sentido produzidos pelos seus próprios gestos de interpretação. Esse fato implica que LIs dos sujeitos (europeus e brasileiros) foram definidos a partir do LI do europeu. "*No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador.*" (E.Orlandi, 1990:52).

Há, assim, um silêncio constitutivo, definido por E.Orlandi (1990:49) como sendo "*a parte do sentido que necessariamente se sacrifica*". Sendo sacrificada, ela desaparece, dando lugar aos efeitos de sentido produzidos a partir dos gestos de interpretação feitos pelo europeu, no caso do

brasileiro. Esses gestos de interpretação silenciaram o discurso do habitante nativo, e, portanto, sua história e sua ideologia.

A presença da ideologia e da história no discurso do europeu a respeito do brasileiro já se dá no momento em que ocorre a identificação do habitante nativo, pois o próprio ato de nomear é instaurar um efeito de sentido (cf. E.Orlandi, 1990), silenciando outros. O habitante nativo brasileiro, ao ser nomeado índio, teve a si atribuído um LI que, ao estabelecer paralelo com outros habitantes nativos (os da Índia), tem seus limites estabelecidos pela característica das relações de contato entre Portugal e Índia, que se processam também no início do período mercantilista². Segundo A. Mendes Junior, L. Roncari & R. Maranhão (1976), Portugal tinha interesses comerciais pela Índia, e a descoberta da rota de navegação para a região era fundamental para garantir sua supremacia nas rotas do Oriente. Os autores afirmam que a primeira expedição comercial para a Índia rendeu lucros de 6.000% (Ibid. p. 56), fato que explica o empenho português para consolidar o seu domínio na região. O deslocamento do eixo do comércio europeu, em uma época de transição entre o feudalismo e o mercantilismo, situado até então, principalmente nas cidades italianas de Gênova e Veneza, consolidou-se, e Portugal conquistou praticamente o monopólio das especiarias, do ouro e de pedras preciosas da Índia (cf. S.B.de Holanda, 1963). A Índia caracterizou-se, assim, na época, como um lugar para o qual os portugueses iam em busca de mercadorias para serem revendidas nos seus mercados. A Índia era uma fonte de lucros.

Ao denominar-se o habitante nativo do Novo Mundo como índio, seu LI não se sobrepôs ao LI do europeu, mas sim ao do habitante nativo da Índia. Isso implica, além de um silenciamento do LI que os habitantes nativos se davam em seus discursos, a atribuição de outro LI, ou seja,

²O final do séc. XIV foi palco da formação de uma burguesia mercantil em Portugal, provocando transformações na ordem social típica do feudalismo, que se caracterizava pela existência de duas classes sociais: os senhores e os servos. As grandes navegações decorrentes de um interesse na expansão territorial de Portugal, o que acentua o seu caráter colonialista, estão, portanto, incluídas em um período mercantilista. (cf. A.Mendes Junior, L. Roncari & R. Maranhão (1976).

daquele que não falava como o europeu, mas como o habitante de um lugar cujas terras haviam sido conquistadas em um período mercantilista, em que a intenção das nações conquistadoras era a de exploração para fins lucrativos. Em um segundo momento, esse LI atribuído ao brasileiro nativo passou a ser atribuído também àqueles que "*vão se formando ao longo de nossa história*" (E.Orlandi, 1990: 50).

2. 1.4. Discurso fundador e discurso colonialista

O discurso fundador é o que "*instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade*" (E.Orlandi,1992:24). Ele não tem a característica de ser punctual, mas se caracteriza por estabelecer novos sítios de significância (cf. E.Orlandi, 1992:24).

No Brasil esses sítios foram instaurados antes de 22 de abril de 1500. Já havia um discurso sobre o Brasil antes do descobrimento, um discurso sobre um lugar ainda sem nome, sem contornos físicos, mas que já encontrava sua materialidade no discurso europeu, como o comprova, por exemplo, o fato de que terras ainda desconhecidas tenham sido divididas pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494 e ratificado por D. João II em fevereiro de 1495 (cf. S.B.de Holanda, 1963:33). Não há, portanto, um momento punctual que marca o discurso fundador, não é o momento do descobrimento, nem é o momento da assinatura do Tratado de Tordesilhas. A questão que deve ser colocada quando se faz uma análise dentro da perspectiva da AD, segundo E.Orlandi (1990), não diz respeito à procura pelo início, pela origem dos discursos, mas à verificação dos processos de constituição e estabilização de efeitos de sentido.

O discurso fundador sobre o Brasil instaura sítios de significância a respeito do país dentro de condições de produção específicas, que merecem atenção. Para que a identificação dessas condições de produção seja feita, é necessário que consideremos que o discurso fundador tenha suas FDs interligadas com o discurso colonialista.

O discurso colonialista ocorreu durante o período denominado mercantilista pelos historiadores, quando a Europa vivia momentos em que os estados-nações estavam em movimentos expansionistas. Esse discurso, que definiu os LIs de europeus e brasileiros, traduziu os LIs já existentes nos países colonizadores para as novas situações de contato. Eles se caracterizam pela desigualdade, pelas relações notadamente assimétricas de domínio e subordinação, ou seja, o aspecto ideológico presente no discurso colonialista fica evidente no estabelecimento dos LIs de colonizador e colonizado. Retornando ao enunciado de Althusser, "A ideologia é eterna", a assimetria nas relações de contato instauradas durante o período em que o discurso colonialista prevaleceu, deve-se à estabilização de sua ideologia.

Sendo ideologicamente determinados, a estabilização de um discurso por meio de ressonâncias interdiscursivas de significação também estabiliza a sua ideologia. M. Pêcheux (1982:10) discute esse aspecto ao fazer referência ao período feudal, descrevendo as relações ali estabelecidas entre soberano e povo da seguinte maneira: "*o soberano somente podia representar seu povo na condição de ser, em seus atos e palavras, a fonte única da história, da qual o povo se mantinha como o espectador mudo*". Trazendo essa definição para o discurso colonialista, pode-se dizer que ele tem a característica de deter nas mãos dos colonizadores o poder de também ser a fonte da história do território colonizado. Ser a fonte da história é o que E.Orlandi (1990:37) discute como sendo o discurso histórico sobre o Brasil, que disciplina e reduz a memória.

A história do Brasil é contada a partir de um período em que a Europa procurava outras regiões do mundo que pudessem servir de fonte de riquezas (séculos XIV a XVII), provedoras de

matéria-prima e consumidoras de produtos industrializados (século XIX). O período mercantilista, durante o qual os países europeus investiram na procura de novas terras que pudessem ser incorporadas a seus domínios, marca-se, em termos discursivos, pela constituição de LIs para os habitantes dessas novas terras. Esse momento foi muito importante, porque os novos países apenas poderiam ser provedores de riquezas, se o LI que eles ocupavam no discurso tinha atributos que os definissem como tal. O Novo Mundo apenas poderia ter suas riquezas exploradas se, discursivamente, fossem instaurados efeitos de sentido a seu respeito que possibilitassem essa exploração. Esse é o aspecto ideológico que orienta os gestos de interpretação feitos a respeito do Brasil.

O discurso do colonizador europeu, que definiu os limites do dizível a respeito dessa nova terra, era composto por atributos que destinavam aos brasileiros um LI diferente dos LIs que eles ocupavam. Mas, além de ser diferente, os atributos destinados aos brasileiros também tinha que marcar uma relação de contato definida por uma assimetria tal, que permitisse e justificasse uma exploração comercial. Aquele que chegava, o europeu/colonizador, garantia que o seu discurso prevalecesse sobre o daquele que o recebia, o nativo/brasileiro/colonizado. A preponderância do discurso colonialista europeu sobre o discurso do habitante nativo na época garantiu a instauração, em uma primeira instância, de LIs para ambos em suas relações de contato, e as ressonâncias interdiscursivas de significação de determinados atributos garantiram a estabilização desses LIs.

Esses LIs foram estabelecidos ideologicamente de forma a estabelecer relações nas quais o poder do colonizador sobre o colonizado ficasse instaurado. Essas relações de poder foram as primeiras manifestações do imperialismo, segundo H. Arendt (1951), e permearam os primórdios dessas relações de contato, relações que se estabilizaram na memória histórica de brasileiros e europeus.

A Alemanha teve suas colônias na África, e o Brasil foi colônia de Portugal. No entanto, a ausência do aspecto institucional, marcado pelo poder administrativo que as denominadas nações européias tinham sobre suas colônias, não impediu que o discurso colonialista prevalecesse no momento em que relações de contato entre a Alemanha e o Brasil se instaurassem. O discurso colonialista estabeleceu gestos de interpretação que produziram efeitos de sentido, que constituíram uma história: a história oficial. Nas relações de contato entre brasileiros e alemães, o LI daqueles fica definido pelos gestos de interpretação destes, cujo LI, em um primeiro momento está inserido em um discurso europeu, e em um segundo momento, se destaca deste, conforme veremos a seguir, na análise dos dados.

O que é importante notar é que, estando inserido em um discurso europeu, e mesmo considerando a questão observada por N. Elias (1939) de que os alemães traziam marcas em seu discurso que os diferenciavam das demais nações européias, estes ocupavam, e ainda ocupam, um LI privilegiado nas suas relações de contato com o brasileiro. Esse LI privilegiado deve-se a duas questões distintas, pois deve-se considerar tanto o discurso colonialista, que definiu o LI do brasileiro como sendo de submissão em suas relações de contato com europeus, como o discurso do alemão, em sua procura por um LI de destaque dentro do quadro europeu. Esse LI privilegiado foi instaurado em um período, e estabilizado no discurso por meio de ressonâncias interdiscursivas de significação dos atributos que o definiram e definem.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Sobre a constituição do corpus - o enunciado

Conforme discutido no capítulo anterior, tanto para a análise dos dados de arquivo, como dos dados conversacionais, partiremos do pressuposto de que o sujeito enuncia a partir de um LI. Analisar relações de contato entre brasileiros e alemães a partir desse pressuposto implica descrever a maneira pela qual esse LI foi constituído discursivamente ao longo da história. Essa descrição envolve, em um primeiro momento, a investigação, feita em dados de arquivo, de como se processou, na verticalidade da cadeia discursiva, a constituição do sentido a respeito do que significa ser alemão e do que significa ser brasileiro. Em seguida, analisaremos os enunciados dos sujeitos envolvidos nas relações de contato conversacionais, observando a maneira pela qual a memória histórica que constituiu os LIs de brasileiros e de alemães ressoa em seus enunciados. Esse procedimento metodológico permitiu o reconhecimento, nas relações de contato conversacionais, de ressonâncias interdiscursivas de significação de enunciados que atravessaram a história das relações de contato Brasil-Alemanha, na medida em que enunciados encontrados nos dados de arquivo ressoam interdiscursivamente em relações de contato conversacionais, estabilizando os LIs dos sujeitos. Tal reconhecimento implica, para o ensino de uma LE, no redimensionamento da concepção de sujeito em função de sua constituição histórica e ideológica, de maneira a que o seu LI seja considerado com maior intensidade durante o processo de sua preparação para se deparar com relações de contato (conversacionais ou não).

A unidade básica de análise para esse trabalho é, portanto, o enunciado, tanto para a análise dos dados de arquivo, que revelam o processo de constituição da memória histórica de brasileiros e alemães, na verticalidade da cadeia discursiva, como para a análise das relações de contato

conversacionais. M. Foucault (1969) trabalha com enunciado considerando-o uma função de existência pertencente aos signos, por meio da qual se pode decidir se estes signos fazem sentido, e segundo quais regras eles se justapõem. *O enunciado faz de um sintagma ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade* (M. Foucault 1969:105).

J.J.Courtine (1981) retoma a discussão de Foucault e diz que a atribuição de sentidos aos enunciados está ligada às suas relações com o sujeito que enuncia, pois é no enunciado que se constrói a estabilidade referencial dos elementos do saber (J.J. Courtine 1981:42). Esses elementos aos quais Foucault e Courtine fazem referência serão tratados em termos de memória histórica. Esta é constituída pelo interdiscurso que *representa o domínio do saber da memória da FD*. (E.Orlandi, 1990:39). São os enunciados que representam a materialidade discursiva na qual a relação sentido/sujeito se dá.

A essa relação sentido/sujeito, E. Orlandi, conforme visto no capítulo anterior, introduz a discussão em torno de gestos de interpretação e efeitos de sentido. O que ocorre, segundo a autora, é a produção de efeitos de sentido a partir de gestos de interpretação feitos pelo sujeito. O fato de a produção de efeitos de sentido estar relacionada ao sujeito tanto no ato de enunciar, como no de escutar, foi um dos elementos que recebeu atenção especial no momento da análise dos enunciados de brasileiros e alemães em relações de contato conversacionais. Considerando que o sujeito é definido pelo LI que ocupa e que esse lugar é dado pela história, o gesto de interpretação que produz o efeito de sentido dos enunciados de brasileiros e alemães também é dado pela história. Como essa história é diferente, as condições de produção dos enunciados dos sujeitos são diferentes, o que implica necessariamente em gestos de interpretação e efeitos de sentido diferentes.

Dentro desse contexto de discussão, vale retomar a colocação de Foucault (1969:114), segundo a qual os enunciados não são livres, neutros ou independentes. Eles fazem parte de um conjunto, desempenham um papel no meio dos outros, eles sempre pressupõem outros. Ao enunciarem, brasileiros e alemães estarão pressupondo outros enunciados, inscritos na verticalidade da cadeia discursiva, que dão as condições de produção dos seus enunciados segundo a seqüência horizontal, ou intradiscursiva. Para o ensino de alemão ou português como LE, é interessante ressaltar que esses enunciados pressupostos pelos alemães e brasileiros não são os mesmos. A constituição de um e outro pelo discurso é outra, é diferente, e por isso brasileiros e alemães ocupam LIs diferentes nas suas relações de contato conversacionais. O brasileiro, aprendiz de alemão como LE enuncia a partir do LI que lhe é dado pela sua história como sujeito envolvido em um ambiente sócio-cultural com especificidades diferentes daquelas que constituíram os alemães. Essas especificidades são definitivas, conforme veremos a seguir. E, em sendo definitivas, merecem ser discutidas no campo de ensino/aprendizagem de uma LE.

Os dados

Os enunciados trabalhados aqui fazem parte de dois grupos distintos de seqüências discursivas: os dados de arquivo e os dados obtidos em relações de contato conversacionais. Para a constituição do corpus desta pesquisa, partimos do pressuposto de que o sujeito está preso em uma rede de filiações discursivas, e de que estabiliza outros discursos.

J.J. Courtine (1981:53-54) definiu um corpus como aquele que possibilita *(1) a determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva de referência; (2) a determinação das condições de formação de um processo discursivo no interior de uma FD de referência; (3) a articulação do elemento (1) e do elemento (2)*. Ele denomina seqüência discursiva de referência (SDR) aquela em torno da qual os outros elementos do corpus receberão sua organização¹. A

¹ A tradução de SDR de J.J. Courtine (1981) foi extraída de S.Serrani (1993).

SDR se realiza dependentemente dos processos discursivos da FD que a domina, que é a formação discursiva de referência.

A SDR que vai servir de base para a análise dos dados será composta por um SN constituído pelos nomes Brasil ou Alemanha, e seus atributos, na forma de adjetivos ou orações adjetivas, ou por SNs compostos pelos atributos brasileiros e alemães acompanhados por um nome. Investigaremos a maneira pela qual esses SNs indicam o LI ocupado por brasileiros e alemães em suas relações de contato, e como as relações de contato conversacionais são construídas em função da estabilização desses LIs, por meio da análise das ressonâncias interdiscursivas de significação da SDR selecionada.

Brasileiros e alemães, em suas relações de contato, fazem gestos de interpretação e produzem efeitos de sentido a partir de uma FD de referência. A FD de referência de brasileiros e alemães é diferente. A questão histórica intrínseca ao discurso faz com que diferentes sujeitos falem diferentemente, embora a língua seja a mesma (J.J.Courtine, 1981:12), ou seja, produzem diferentes gestos de interpretação para os mesmos discursos. Os gestos de interpretação têm suas condições de produção definidas pela história, e diferentes histórias resultam em diferentes gestos de interpretação, em diferentes conclusões, em diferentes efeitos de sentido. Os efeitos de sentido dos enunciados estão definidos pelo LI que o sujeito enunciante ocupa na rede de filiações discursivas. Em termos de relações de contato entre brasileiros e alemães, e as suas conseqüências para o ensino de LEs em geral, essa questão é fundamental, porque os sujeitos estão circunstancialmente falando a mesma língua, mas a sua filiação histórica é feita em línguas diferentes: a LM dos sujeitos não é a mesma. Não sendo a mesma LM, a FD de referência também não é a mesma.

Para determinar o processo de formação das FDs de referência a partir da qual brasileiros e alemães falam, foi escolhido um texto, por meio do qual foi possível selecionar a SDR para este

trabalho. Houve dois requisitos básicos para a escolha do texto: o primeiro, foi que ele tivesse sido escrito por um alemão. Esse critério foi definido por meio do quadro teórico que sustenta este trabalho, que pressupõe terem sido os alemães a fazerem gestos de interpretação a respeito do Brasil, o que produziu os efeitos de sentido que definem o LI de cada um em suas relações de contato, já que a vinda de alemães ao Brasil é anterior à ida de brasileiros à Alemanha. O segundo requisito é o de que o texto deveria ter sido produzido no Brasil, para garantir que os gestos de interpretação feitos fossem sustentados por efeitos de verdade nos quais se apoiava um sujeito que conhecesse o país, e não por um sujeito que escrevesse a partir de gestos de interpretação feitos por outros.

Os enunciados presentes nesse texto são formados por atributos, que apontam para o LI constituído no texto para o brasileiro, e pela alteridade, para o alemão também. A análise do SN *o brasileiro* e dos atributos que o acompanham irá demonstrar a maneira pela qual esse LI é constituído, e análise dos textos subsequentes irá demonstrar a maneira pela qual esse LI é estabilizado.

Salientamos aqui o fato de que todos os textos apresentados neste trabalho serão tratados como documentos que constituíram os sentidos, ou que são representativos dos processos de constituição dos sentidos que definiram LIs de brasileiros e alemães. Para E. Orlandi (1990:124), a discussão em torno da relação texto/documento remete à discussão em torno do discurso histórico e do discurso da história. O discurso da história é um subproduto institucionalmente reconhecido do discurso histórico, porque é nele que alguns textos ganham lugar privilegiado enquanto outros deixam de ser considerados documentos. O discurso histórico, por outro lado, constitui a memória histórica dos sujeitos, delimitando o dizível, estabelecendo as fronteiras das FD de referência por meio de silenciamentos.

Há documentos, como o Tratado de Cooperação Nuclear entre Brasil e Alemanha, que, embora sejam institucionalmente reconhecidos, terão o mesmo tratamento dado a cartas pessoais, pois julgamos que não é a oficialidade de um documento que faz com que ele aponte com maior ou menor precisão os LIs dos sujeitos. Todos os textos, sejam eles particulares, oficiais, ou conversas informais, são estabilizadores de ideologias, bem como seus constituidores, ou seja, todo discurso produzido tem como ponto de partida um LI definido pela história, estabilizando, assim, aquilo que é dizível a partir da Formação Discursiva de referência a partir do qual ele foi emitido.

Um gesto de interpretação e um efeito de sentido: o padrão a ser alcançado

A definição do papel de alemães na história do Brasil é apresentada por historiadores alemães e brasileiros com gestos de interpretação diferentes, que produzem efeitos de sentido também diferentes. K. Oberacker (1979:170), por exemplo, destaca que já na expedição de Pedro Álvares Cabral havia alemães, e que, portanto, *eles pisaram no solo brasileiro junto com o descobridor Pedro Álvares Cabral*. Esse enunciado coloca o SN *eles*, substituindo o nome alemães, como sujeito do ato de *pisar em solo brasileiro* em destaque. A palavra *descobridor* aparece em segundo plano, como atributo de Pedro Álvares Cabral. Dessa maneira, o historiador alemão faz um gesto de interpretação para o ato do descobrimento, no qual é colocada em evidência a presença dos alemães no contexto. Como sabemos, esse gesto de interpretação é diferente daquele feito pelo português ao contar a história do Brasil, ou daquele feito pelo brasileiro ao contá-la. Esse exemplo ilustra a maneira pela qual LIs são constituídos no discurso, e como eles variam em função do LI daquele que conta a história. Para o historiador alemão, há necessidade de marcar a presença de alemães no momento registrado pela história como sendo aquele em que ocorreu o descobrimento do país, ou seja, ressaltar que os alemães fazem parte da história desse país desde que ele existe no discurso europeu.

Fazer parte da história, em termos discursivos, no caso do Brasil, implica significar o país, implica definir o que o país é, implicar definir o LI de seus habitantes. Segundo C. H. Ribeiro de Souza (1996), os primeiros gestos de interpretação publicados na Alemanha a respeito do Brasil, que vieram a produzir os efeitos de sentido que significam o país, foram aqueles contidos em uma carta escrita por um alemão que viajara para o país em 1515. A autora também afirma que alemães haviam se estabelecido em Pernambuco, por volta de 1550, e que havia muitos alemães entre os holandeses que haviam ocupado o Brasil entre 1630 e 1654. Esses primeiros alemães são definidos pelos historiadores, tanto brasileiros, como alemães, pelo atributo *aventureiros*. Um exemplo é o militar Sigmund von Schkoppe, que participou da guerra entre portugueses e holandeses, ao lado destes, em 1630, em Pernambuco, citado por S. B. de Holanda (1963), e o conde de Nassau.

Há, na história do Brasil tal qual narrada por brasileiros, também menção a alemães que ocuparam cargos públicos. O primeiro registro encontrado em S.B. de Holanda (1963:126) de um alemão com esse perfil no Brasil, foi o de Hans Staden, indicado por Tomé de Souza, em 1553, quando era Governador Geral do Brasil, para *...além de mandar guarnecer de um fortim de pedra e peças de artilharia a Bertioga, para impedir a passagem dos índios contrários, confiando-a aos cuidados do aventureiro alemão Hans Staden, ordenou outras duas vilas (...)*. Em termos de produção de efeitos de sentido a respeito do Brasil, Hans Staden teve um papel importantíssimo porque, como se sabe, ele foi também prisioneiro de índios durante cerca de 6 meses no litoral paulista e escreveu, em 1557, o livro *Historia e descrição de uma paisagem dos selvagens, nús, devoradores de homens*, traduzido e lido em toda a Europa. Devido à sua ampla divulgação, esse livro contribuiu, assim, com novos efeitos de sentido a respeito do Brasil, constituindo a memória histórica de alemães sobre o país. A presença de um tráfego marítimo regular entre o Brasil e Hamburgo, a partir de 1587, tal qual relatado por S.B. de Holanda (1963:164) também merece ser levado em consideração, ao se pensar na constituição da memória histórica a respeito do Brasil na Alemanha. Esses *aventureiros*, como definidos por K. Oberacker (1979),

contribuíram, com seus relatos, para a constituição dessa memória histórica. Um exemplo é a carta apresentada no Exemplo 1, a seguir.

O documento abaixo foi selecionado para ser a SDR em torno da qual os demais enunciados desse trabalho receberão sua organização. Esse documento foi redigido em 1627. O que é evidente, em termos de análise, e por esse motivo a noção de ressonância interdiscursiva de significação é básica para esse trabalho, é que os atributos que acompanham o SN "o brasileiro", sofreram modificações ao longo dos anos. O que ocorre com os atributos é que eles vão sendo substituídos por outros, mas o que será demonstrado, é que eles apontam para o mesmo LI destinado a brasileiros e alemães em suas relações de contato.

W. Neuber (1992) trabalha com documentos de viajantes alemães que vieram para o continente americano nos séculos XVI e XVII. O autor afirma que há poucos textos em língua alemã a respeito do Novo Mundo nesse período, e apresenta um extrato de um dos primeiros textos escritos em língua alemã sobre o Brasil: uma carta escrita por Johann Gregor Aldenburgk, um alemão que residiu no Brasil:

Exemplo 1:

Esse povo (...) denominado os Brasileiros, Índios, Selvagens, Canibais ou Caribenhos (...) se multiplica como o gado irracional, acredita pouco em Deus (...), reza para o Diabo, tem a forma de um ser humano, anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses...²

²*Dieses Volck/.../genennet die Brasilianer/ Indianer/ Wilden/ Cannibales oder Carribes/.../ mehret sich wie das vnvernunfftige Vieh/glaubet wenig an Gott/.../ betet den Teufel an/hat die Form eines Menschlichen Bildes/gehet splitternacket einher/ ausser denen/ welche spagnolisiert seyn/ sich bey den Portugalesern auffhalten...*

O documento acima é iniciado com a apresentação de um SN *esse povo*, que exerce a função de sujeito gramatical de um enunciado cujo SV é composto por um verbo no particípio *denominado* e seus complementos *os brasileiros, índios, selvagens, canibais ou caribenhos*. Portanto, a carta começa com o ato de nomear. No enunciado acima, o verbo no particípio permite a omissão do sujeito da ação, ou seja, o autor da carta não localiza o sujeito dessas denominações dadas aos habitantes nativos dessa terra. Mas, conforme dito anteriormente, não se trata de procurar aqui um marco inicial, e sim verificar processos de constituição de sentidos. O autor do texto, ao incorporar ao SN composto pelo nome *povo* os atributos, se não está fazendo gestos de interpretação sobre os habitantes do lugar, está estabilizando efeitos de sentido produzidos em outra instância.

Chama a atenção o fato de o enunciado em questão silenciar as diferenças existentes entre os diversos povos que habitavam essas terras. Esse silenciamento é manifesto pela seleção lexical para constituir o SN que funciona como sujeito gramatical, uma vez que a palavra *povo* é generalizante. Outra faceta desse silenciamento é a utilização de diversos atributos para designar o SN, ligados pela conjunção *ou*. A multiplicidade de denominações indica uma indefinição, e indica também que o atributo *brasileiro* não só foi associado aos outros, como também estava sendo utilizado com a mesma função sintática que eles: todos eram atributos que definiam o SN que era o sujeito do enunciado. Havia um povo que poderia ser definido por diversos atributos, dentre os quais estava o de ser brasileiro.

O primeiro enunciado é sucedido por outros SVs que apresentam outros atributos: *se multiplica como o gado irracional, acredita pouco em Deus, reza para o diabo, tem a forma de um ser humano, anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses*.

Esses SVs apresentam o que é dizível a partir do LI ocupado pelo alemão dentro de sua FD de referência a respeito do SN *povo*. Assim, o alemão faz seus gestos de interpretação, produzindo efeitos de sentido a respeito da sexualidade dos habitantes nativos, a respeito de sua religião, a respeito de seus costumes. Conforme sabemos, esses gestos de interpretação são feitos tendo em vista um efeito de verdade sustentado pela crença de que o padrão é o que se encontra na Europa/Alemanha. Dada a história de catequização (cf. E. Orlandi, 1990) esse padrão continuou a orientar outros gestos de interpretação. E os efeitos de sentido que eles produziram ressoaram interdiscursivamente e constituíram LIs para outros sujeitos. O texto acima já apresenta indícios sobre o efeito desses gestos de interpretação no habitante nativo: são os índios que se vestem e passam a ser *espanholidados*, ou se vestem porque estão entre os portugueses. O texto indica uma mudança no LI desses índios que se vestem em função do seu relacionamento com os europeus, e têm o LI daqueles que são os "espanholidados". Eles se adaptam à norma européia, pois se vestem. Não são os europeus que se despem em função do seu contato com os índios.

O gesto de vestir-se aponta para um deslocamento no LI do habitante nativo, que dá indícios da força do discurso do europeu/alemão perante o dos habitantes nativos. Esse deslocamento deve-se ao fato de que, o efeito de verdade segundo o qual o padrão, o normal, o aceitável, resultante de gestos de interpretação do europeu/alemão, também passa a ser o efeito de verdade segundo o qual os habitantes nativos do Brasil se orientam. O atributo *espanholidado* no texto acima indica claramente o movimento promovido no LI dos habitantes nativos. Há o atributo *selvagem* definindo aqueles que não aderem à norma européia/alemã, e há o atributo *espanholidado* que define aqueles que aderem a essa norma. Também vale a pena comentar que o atributo *selvagem* é uma avaliação negativa no discurso do alemão/europeu, dado o contexto no qual ele se insere. O atributo *espanholidado*, por outro lado, tem uma avaliação positiva no discurso, porque indica um deslocamento do sujeito em direção àquilo que é considerado padrão pelo europeu/alemão.

No entanto, ocupar o LI definido pelo atributo *espanholizado* no discurso do alemão/europeu, implica em deslocamentos promovidos por silenciamentos de outros atributos. Os atributos presentes nos discursos dos habitantes nativos que tinham seus deuses, seus diabos, seus filhos, e que faziam distinção entre as diversas nações que habitavam essas terras, ainda não conhecidas como Brasil, cujos habitantes não eram denominados índios, e cujo modo de vida não era definido pelo atributo de "ser selvagem". Índio, selvagem, são ítems lexicais que fazem parte de uma FD que já insere em si um gesto de interpretação, que certamente não era o mesmo gesto de interpretação que os habitantes nativos faziam para si próprios na época. Sua história se dá em um discurso marcado por gestos de interpretação feitos pelo europeu. Índio, brasileiro, selvagem, canibal, Deus, diabo, são atributos e entidades atribuídas pelo europeu, e constituídas por ele, no seu discurso. Se falamos nelas, falamos europeicamente. Ressoamos interdiscursivamente o efeito de sentido e o gesto de interpretação feitos pelo europeu/alemão àquilo que ele encontrou aqui. Os discursos dos nativos, as FDs em que eles se inseriam e pelas quais se significavam, os LIs que eles se atribuíam, estavam fora dos limites do dizível para o padrão europeu/alemão.

O LI destinado aos habitantes nativos no discurso europeu/alemão leva ao silenciamento de seus discursos, porque o atributo *selvagem* tem carga negativa, e com a incorporação dos atributos considerados positivos, houve necessariamente um silenciamento daquilo que era considerado negativo. Esse silenciamento implicou, portanto, em uma perda de atributos, em uma perda de um LI. E o que merece ser discutido é que esse processo de silenciamento não acarretou um processo de nivelamento. Aqueles que ocupavam o LI definido pelo atributo *selvagem*, com o deslocamento operado, não passaram a ocupar o LI definido pelo atributo espanhol, ou português, ou alemão, mas sim, *espanholizado*. Ou seja, passaram a ocupar no discurso do europeu/alemão, o LI daquele que se desloca em direção a, mas não é.

O discurso do alemão/europeu, ao impor os gestos de interpretação que redundaram em um deslocamento dos efeitos de sentido que definiam os brasileiros, definiu os limites dentro dos

quais as relações de contato entre sujeitos dos dois países se dariam. Essa é a questão básica, que será analisada aqui: foi instaurado o efeito de sentido segundo o qual o LI do europeu/alemão é o padrão, e o LI do brasileiro é o daquele que está em deslocamento, mas não é padrão. As consequências para o ensino/aprendizagem de uma LE serão discutidas após a apresentação de dados de arquivo que demonstrarão a maneira pela qual esses LIs se projetam por meio de atributos que ressoam interdiscursivamente ao longo da história das relações de contato entre Brasil e Alemanha.

Ressonância Interdiscursiva de Significação: quem é padrão é quem sabe mais.

Com a instauração de um efeito de sentido a respeito do Brasil e brasileiros segundo os gestos de interpretação presentes no discurso do alemão/europeu, estabelecido em uma relação de alteridade com a Europa/Alemanha e europeus/alemães, constitui-se o LI ocupado por ambos em suas relações de contato. No período que separa a carta escrita em 1627 e o documento a analisado a seguir, datado de 1855, ocorreram transformações, tanto na sociedade brasileira, como na alemã. No Brasil, o discurso (silenciado) do habitante nativo foi substituído pelos discursos dos descendentes de europeus, que se instalaram definitivamente no país. À medida em que as grandes propriedades, engenhos, plantações de café, minas de ouro e prata conquistaram o espaço do Brasil, intensificou-se o comércio de africanos para virem trabalhar no país. Como se sabe, em meados do século XIX, foram exercidas pressões, principalmente pelos ingleses, no sentido de interromper o tráfico dos escravos. A própria proibição da escravatura foi um dos temas que predominou nas discussões que ocorriam na sociedade da época. Essas duas questões introduziram outras, que tratavam da substituição da mão de obra do escravo africano, e da colonização do país (cf. A.L.Cervo, 1981).

Na Alemanha os problemas eram outros. O que hoje se reconhece geograficamente como sendo o país, sofria transformações profundas, que iriam desencadear a unificação de diversos estados

até então independentes politicamente. Essas transformações causaram a decadência do poder monárquico, em face da ascendência da burguesia ligada à indústria e ao comércio (cf. N. Elias, 1939). Uma das consequências da industrialização, que se deu, na Alemanha, tardiamente em comparação com a Inglaterra e França, foi um forte movimento emigratório, causado pela pobreza no campo. Além disso, as guerras que ocorreram durante o século XIX na Europa em geral, contribuíram para o empobrecimento da população rural, que procurava, assim, novas oportunidades em novas terras.

Houve, assim, em meados do século passado, a coocorrência de dois fatores que contribuíram para a vinda de alemães para o Brasil: condições propícias para a emigração na Alemanha, e condições propícias no Brasil para a vinda de imigrantes. É nesse contexto que se situa o documento de 1855, da então Província de S. Paulo, que registra o interesse em contratar portugueses, suíços e alemães para virem trabalhar na construção de estradas. Esse contrato de trabalho foi publicado no jornal :

Exemplo 2:

"Palácio do Governador - José Antonio Saraiva

O presidente da Província de S. Paulo, considerando a falta extraordinária de trabalhadores para o serviço das estradas, e a necessidade urgente de providências, que fação desaparecer embaraços graves, que semelhante falta vai creando para a administração, resolve mandar contratar na Europa até trezentos e cincoenta trabalhadores sob as seguintes bases, que deverão ser attendidas nos contratos, que forem celebrados para aquisição dos referidos operarios.

/

Art. 1. Os operarios devem ser engajados no reino de Portugal, na Suissa e nos Estados do Sul d'Allemanha.

1. - que os operarios sejam habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos paizes, ou dados ao serviço de agricultura.

...

Art. 2. As encomendas devem ser feitas ao mesmo tempo para Portugal, Suissa e Estados do Sul d'Allemanha, e de maneira que de Portugal venha apenas a terça parte dos trabalhadores pedidos. ..." (CP, 02/01/1855) ³

Antes de iniciarmos a análise do exemplo acima, e dos que se seguem (exemplos 2,3,4,5 e 6), gostaríamos de salientar que, em nenhum momento, o atributo *brasileiro* é utilizado, nos textos, para definir o grupo de sujeitos aos quais se faz referência como *trabalhadores*, ou *operários*, que atuam no Brasil, fazem o serviço na condição de escravos, e que são alvos constantes de críticas. A ausência desse atributo é marcante considerando as condições de produção dos referidos textos, que se deram em um contexto de discussão em torno da libertação dos escravos, e de discussão em torno do povoamento do país. A omissão do atributo *brasileiro* para definir os trabalhadores que executavam serviços braçais na época está em sintonia com a preocupação discutida por E. Guimarães (1992) ao analisar o texto da constituição do Brasil de 1824, no qual o atributo *brasileiro* não descreve o LI atribuído aos negros. Apesar disso, estaremos atribuindo aos trabalhadores o LI definido pelo atributo *brasileiro*, mantendo a ressalva de que aqueles que redigiram os exemplos citados acima, não os consideravam como pertencentes a esse grupo.

Três enunciados chamam a atenção nesse texto. O primeiro enunciado diz respeito à qualificação do trabalhador que está no país: *falta extraordinária de trabalhadores para o serviço das estradas*. O atributo que define o trabalhador brasileiro nesse enunciado é dado por meio de uma oração que especifica a finalidade do convite feito aos europeus, que é a construção de estradas.

³ A continuação do documento apresenta o contrato de trabalho: as obrigações do governo brasileiro para com os trabalhadores e as obrigações e direitos dos trabalhadores, que serão analisados nos exemplos 5 e 6.

O autor do texto afirma que há *falta* de trabalhadores com esse perfil, ou seja, não está em questionamento a existência ou não de mão-de-obra, mas sim, questiona-se a qualificação da mão-de-obra existente no país. Há trabalhadores, mas no que diz respeito ao objetivo do governo, que seria a construção de estradas, o trabalhador que está no país, ocupa o LI daquele que não é qualificado. Sabemos que a maior parte dos trabalhadores braçais, os escravos, estavam envolvidos na agricultura, e na extração de minérios naquela época, fato que não lhes daria habilidade para a construção de estradas, e, portanto, poderia servir de sustentação para o argumento em favor da vinda de europeus/alemães.

O segundo enunciado para o qual gostaríamos de chamar a atenção no texto acima, diz respeito à qualificação dos operários europeus a serem contratados. O enunciado é o seguinte: *os operários serão habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos países, ou dados ao serviço de agricultura*. Há aqui duas orações, cujo SN com função de sujeito gramatical é o mesmo, ligadas pela conjunção *ou*. Essa conjunção liga dois atributos que definem o SN sujeito das duas orações, e ela indica que, basta que um desses atributos ocorra, para que os operários europeus sejam considerados qualificados, segundo o governo da província, a executarem o trabalho para o qual estão sendo contratados. O atributo da primeira oração diz respeito à especificidade do trabalho, ou seja, requer que os operários *sejam habituados aos serviços dos caminhos*, isto é, exige uma experiência anterior na construção de estradas. No entanto, essa experiência anterior, ou a sua falta, não é eliminatória, pois o segundo atributo exige que os operários *sejam dados ao serviço de agricultura*. Portanto, essa experiência anterior, que era necessária quando fazia-se referência ao trabalhador que estava no Brasil para o serviço, deixou de ser pressuposta no atributo do segundo enunciado. A utilização da conjunção *ou* indica que bastava que uma das premissas se concretizasse para que os europeus/alemães preenchessem os requisitos, ou seja, se os europeus tivessem a qualificação para trabalharem na agricultura, eles estariam aptos a virem ao Brasil para construírem estradas.

Considerando que esse segundo atributo foi utilizado como argumento para desqualificar o trabalhador brasileiro para o trabalho de construção de estradas, e que ele é usado como um dos atributo que qualifica o operário europeu, concluímos que o pressuposto que norteia a discussão em torno de quais seriam os trabalhadores indicados para a execução do serviço está no terceiro enunciado, e que define, ao nosso ver, os interesses do governo da Província do Estado de S. Paulo: *As encomendas devem ser feitas ao mesmo tempo para Portugal, Suíça e Estados do Sul d'Allemanha, e de maneira que de Portugal venha apenas a terça parte dos trabalhadores pedidos.*

Os atributos que definem os LIs de brasileiros e alemães aqui remetem a uma questão que é anterior à necessidade de construção de estradas. Está sendo colocado que, dadas as mesmas condições, ou seja, falta de experiência para a execução de um determinado serviço, o trabalhador brasileiro ocupa o LI daquele que tem condições menos favoráveis para tanto. A anterioridade do atributo que define esse LI foi demonstrado no Exemplo 1, no qual vimos que o gesto de interpretação feito sobre o Brasil produziu o efeito de sentido que o brasileiro era selvagem, e que, portanto, estava em um estágio de desenvolvimento aquém daquele do europeu/alemão, que ocupava um LI cujo padrão deveria ser alcançado. A ressonância interdiscursiva de significação dos atributos que produzem esse efeito de sentido encontra-se agora no Exemplo 2, no discurso do próprio brasileiro, estabilizando, assim, o LI de brasileiros e alemães instaurado anteriormente. As consequências da instauração desses LIs, e de sua estabilização, é que, aquele que tem o padrão a ser alcançado ocupa o LI daquele que sabe mais. Mesmo quando os atributos que definem os alemães são os mesmos daqueles que definem os brasileiros, ou seja, no momento de escolher entre dois grupos de trabalhadores sem as qualificações necessárias para executarem um determinado serviço, aposta-se no europeu/alemão, em detrimento do brasileiro.

A estabilização do efeito de sentido: quem sabe mais é o europeu/alemão.

Houve discussões na Câmara dos Deputados a respeito da necessidade ou não de serem contratados europeus para a execução do serviço. Dois deputados eram contrários a essas contratações. No dia 8 de maio de 1855, os proprietários do jornal publicaram um editorial no qual fazem referência a uma discussão ocorrida na Câmara dos Deputados a respeito desse assunto:

Exemplo 3:

"Queremos hoje fallar ao acto pelo qual o governo mandou contratar na Europa 350 operarios para o serviço das estradas de nossa provincia, e que foi um dos pretextos de que se serviram dous deputados para, por meio de uma desabrida opposição, derramarem sobre a administração todo o fel de seu descontentamento. A provincia toda clama e clamou sempre por boas estradas, como condição indispensável de seu progresso ... (houve) o dispêndio de muitas dezenas de contos annualmente, sem que pudessemos jamais possuir uma estrada siquer digna desse nome. E ninguem sinceramente dirá que era possível resolver esse problema uma vez adstrito aos recursos do nosso paíz, cuja diminuta população está toda disseminada por grandes distâncias. Por outro lado: a imperícia com que são feitas essas caricaturas de estradas, que temos, não será também um mal, e que cumpre remediar com a maior brevidade possível? Mas possui esta provincia, e mesmo o imperio, operários habilitados para esses trabalhos? Só aos Srs. Barata e Gumbleton é dado affirmar. Sabem todos o systema pelo qual entre nós se constroem as estradas - os administradores, que pela lei são escolhidos entre os fazendeiros não tem, nem podem ter habilitação para dirigir esses trabalhos que demandam estudos especiaes e regulares... ". (CP, 08/05/1855)

Os enunciados que apresentam atributos designadores do LI do brasileiro no segmento acima, que gostaríamos de destacar para a análise, são os seguintes: a) *(houve) o dispendio de muitas dezenas de contos annualmente, sem que pudessems jamais possuir uma estrada siquer digna desse nome;* b) *a imperícia com que são feitas essas caricaturas de estradas, que temos; mas possue esta provincia, e mesmo o imperio, operarios habilitados para esses trabalhos?;* c) *os administradores, que pela lei são escolhidos entre os fazendeiros, não tem, nem podem ter habilitação para dirigir esses trabalhos que demandam estudos especiaes e regulares;*

Nota-se que há duas linhas de argumentação no texto: uma delas dá conta do aspecto financeiro, e a outra, da capacidade da mão de obra brasileira. O autor do texto utiliza esses dois argumentos para defender seu ponto de vista favorável à contratação de operários europeus. Ao argumentar em termos financeiros, no enunciado a), o autor demonstra que está inteirado dos investimentos do governo da província para solucionar o problema, e questiona esse investimento, na medida que a qualidade das estradas é posta em questão. A desqualificação do resultado dos trabalhos se dá por meio de um enunciado no qual o autor do texto apresenta o SN *estrada*, seguido do atributo *não são dignas desse nome*, ou seja, o resultado do investimento inexistente, porque o nome *estrada* não é adequado para designá-lo.

A causa dessa inexistência, o argumento no qual o autor se baseia, está no enunciado b), que está na voz passiva, e o agente não está explícito. O SN que é sujeito gramatical da frase, *essas caricaturas de estradas*, é composto um atributo que mantêm a linha argumentativa do enunciado a), ou seja, o nome *estrada* não é adequado para definir o que foi feito. A justificativa é dada por meio de um enunciado na forma interrogativa, que sugere a desqualificação dos operários existentes, não só na província, como no império. O autor do texto estende, assim, os atributos *imperitos e desqualificados* para todos os operários do país, ao desqualificar o serviço feito anteriormente. A questão colocada pelo autor do texto não atinge a classe dirigente, pois

esta destinou verbas para a construção de estradas, segundo sua argumentação. A questão que o autor coloca atinge diretamente aqueles sujeitos que são definidos no texto pelo nome *operários*.

No enunciado c), acima, o autor do texto apresenta um outro grupo de sujeitos, que denomina pelo SN *administradores*. Esses administradores recebem o atributo de não terem *habilitação para dirigir o trabalho*. Mas a presença do verbo poder no enunciado muda a sua orientação argumentativa: essa não habilitação não é alvo de críticas, mas sim, ela é compreensível. Com esse movimento, o autor do texto restringe suas críticas ao grupo de sujeitos que define por *operários*, grupo do qual não faz parte, e com o qual não tem compromissos, e resguarda seu relacionamento com os fazendeiros, não cobrando deles uma habilitação que *não podem ter*.

O perfil do trabalhador europeu a ser engajado, se retornarmos ao Exemplo 2, não exclui da contratação os europeus que não tiverem experiência na construção de estradas, fato que aponta para um contraste explícito entre os LIs de brasileiros e alemães. Os alemães ocupam o LI daqueles que vêm resolver um problema no Brasil, e o brasileiro ocupa o LI daquele que é *imperito* para a resolução desse problema. O alemão recebe atributos que o colocam no LI daquele que *sabe*, enquanto que o LI do brasileiro é o daquele que *não sabe*.

Esses atributos são ressonâncias interdiscursivas de significação de outros que já vinham acompanhando o brasileiro, conforme E.Orlandi o afirma, como sua "marca de nascença". No exemplo 1, com o atributo *selvagem*, ao brasileiro é destinado um LI que já fora ocupado pelo alemão há milhares de anos, o que reforça o fato de que o estágio de desenvolvimento almejável é aquele que o alemão está. O atributo *selvagem* já não qualificava mais o LI do alemão durante a época do descobrimento, mas sim, era o atributo que definia o LI do brasileiro. Em meados do século passado, como resultado de um debate em torno da necessidade ou não de mão-de-obra no Brasil, dada a interdição do tráfico de escravos africanos (cf. A.L.Cervo, 1981), os argumentos feitos em favor da vinda de europeus basearam-se na estabilização do efeito de sentido do

Exemplo 1: o brasileiro é aquele que ocupa o LI de quem está atrasado em relação ao alemão, o que justificaria a preferência pelo último quando em situação de concorrência.

Nota-se que houve vozes dissonantes: *Só aos Srs. Barata e Gumbleton é dado afirmar* (que há operários para a construção de estradas no país). Mas que foram silenciadas. Com esse silenciamento, vigorou o discurso que atribuía aos europeus/alemães o LI de serem os únicos com capacidade e habilidade para executarem uma determinada tarefa. Esse discurso estabiliza os atributos de brasileiros e alemães, e tal estabilização deve-se ao fato de suas condições de produção se darem a partir de uma FDR.

Nessa FDR, que atribui os LIs de ambos nas suas relações de contato, se situa o discurso fundador que, conforme visto no cap. 2, é aquele que instaura sítios de significância. Essa instauração reflete uma situação em que, ideologicamente, aquele que faz os gestos de interpretação, no caso do Brasil, o europeu/alemão, é quem tem o poder. Instaurar sítios de significância é ter o poder de dizer o que um sujeito é, ou não é, e esse poder sustenta-se em um efeito de verdade que, no caso, atribui o saber (de construir estradas) àquele que produz os efeitos de sentido a respeito do outro (o brasileiro).

A Ressonância Interdiscursiva de Significação: quem sabe mais é o europeu/alemão.

O mesmo jornal publica outro editorial a respeito do mesmo assunto:

Exemplo 4:

Dicemos em um dos numeros passados, que o acto pelo qual o actual presidente da provincia havia mandado engajar operarios na Europa era não só necessário, como urgentissimo, porque o dinheiro da provincia gasta-se sempre e nós nunca temos estradas...". (CP, 12/05/1855)

A linha argumentativa desse segmento não sofre modificações, o que aponta para a estabilização dos efeitos de sentido já ressaltados anteriormente. Há um enunciado introduzido pela conjunção causal *porque*, que sustenta o argumento em favor da contratação dos operários europeus. Esse enunciado é composto por duas orações ligadas pela conjunção *e*. A primeira oração está na forma passiva sintética, o que implica dizer que o sujeito da ação é omitido, isto é, não se sabe quem gasta o dinheiro da província. No entanto, a oração seguinte tem por sujeito o pronome pessoal *nós*, a respeito do qual o autor do texto dá o atributo que aloca o LI de ser vítima da situação de *nunca ter estradas*.

Esse pronome é interessante, porque sabemos que ele inclui aquele que fala e o grupo ao qual ele pertence, mas exclui outros. Aqueles que estão incluídos nesse pronome fazem parte do grupo de pessoas que necessitam de estradas para escoarem seus produtos. São os proprietários de terras, a classe dominante do país, na época. Desse grupo com certeza não faziam parte os operários que ocupam no discurso o LI de serem incapazes. O que acontece é que a classe dominante do país, ideologicamente, faz ressoar interdiscursivamente em seus discursos atributos que definem o LI do brasileiro, e que fazem parte de um discurso europeu a respeito do Brasil. Os enunciadores, por outro lado, estão excluídos do grupo definido pelo atributo *desqualificado*, porque eles não ocupam o LI definido pelo nome *operário*.

Da colonização/imigração para o povoamento: o ideal é o alemão/europeu.

Colono vem do latim *colonu*, que quer dizer "membro de uma colônia", "cultivador da terra pertencente a outrem", "povoador". Colônia quer dizer "grupo de migrantes, que se estabelecem em terra estranha", "região pertencente a um Estado e situada fora de seu âmbito geográfico principal, possessão, domínio". Nota-se, pela definição, que o conceito de colono é dado a partir do conceito de imigração, que vem do latim *migrare* "mudar periodicamente, ou passar de uma

região para outra, de um país para outro". O conceito de colono incorpora a *migração*, a conceptualização referente à atividade realizada por aquele que migra, que é a de *cultivador da terra*, e a questão relativa à relação daquele que migra com a terra que cultiva, que é *pertencente a outrem, possessão, domínio*" (conf. A.G. da Cunha 1982, e Aurélio 1986).

A diferença entre ser colono, e ser imigrante localiza-se, dadas as definições acima, no tipo de comprometimento do sujeito com as terras para as quais se desloca. O colono é aquele que toma posse de uma terra que, originalmente pertencia a outro, e o imigrante é aquele que se desloca de um lugar a outro. É devido à tomada de posse da terra, que o Brasil recebeu o atributo de ser *colônia* de Portugal, e seria, portanto, um país sujeito à colonização, um país no qual tomava-se posse das terras.

Essas questões são colocadas porque o termo colono/colônia carrega consigo uma história, que não encontra paralelo com os movimentos políticos, ou seja, a independência do país, a proclamação da república, que mudaram o status institucional do Brasil perante a comunidade internacional. Se pensarmos no significado de colono como sendo relacionado ao ato de tomar posse, o processo de colonização deveria ter terminado em 1822, no momento da Proclamação da Independência do Brasil, quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal e, portanto, deixou de ser um país sujeito a ser "colonizado". No entanto, a questão institucional ser independente, não ser mais colônia não encontra seu lugar nos discursos que permeiam as relações de contato entre Brasil e Alemanha por um longo período após a proclamação da independência do Brasil, porque continua-se a falar em "colonizar, colono", fato que dá indícios de um deslocamento no efeito de sentido produzido pela palavra "colônia". O que a princípio era tomada de posse, passou a significar, em outro instante histórico, povoamento, conforme veremos nos dados.

Apesar desse deslocamento, apesar de a palavra passar a fazer referência ao processo de povoamento do país, ela designou apenas os núcleos populacionais formados por

colonos/imigrantes europeus/alemães, e mais tarde, asiáticos. O termo colônia não fazia referência aos núcleos populacionais formados por índios, por escravos, por exemplo. Essa distinção marca uma diferença entre os diversos sujeitos que povoaram o país. Uma questão que será discutida aqui investiga o grau de comprometimento desses colonos/imigrantes alemães para com o Brasil, no sentido de investigar o motivo pelo qual essa diferença de denominação se faz necessária. Essa investigação levará à discussão em torno do país do qual os colonos/imigrantes alemães consideravam colônia os núcleos nos quais moravam.

A partir do momento em que a preocupação de povoar o Brasil passou a permear as relações de contato entre Brasil e Alemanha, outro elemento entrou em jogo, e que dizia respeito especificamente à utilização dos atributos *brasileiro* e *alemão*. A questão girava em torno de se verificar o LI do imigrante e de seus descendentes, isto é, verificar quando eles deixariam de falar a partir do LI definido pelo atributo *alemão* e passariam a falar a partir do LI definido pelo atributo *brasileiro*?

Aparentemente, durante um longo período da história do Brasil, diríamos que até a deflagração da I Guerra Mundial, essa questão não foi objeto de controvérsias, ao menos explícitas. A polêmica em torno da definição do LI dos imigrantes e seus descendentes permeou as relações de contato entre Brasil e Alemanha principalmente em períodos de conflito, como nas duas grandes guerras mundiais. Durante esses períodos, essa questão foi amplamente discutida, tanto no Brasil, como na Alemanha, e a constituição do LI daquele que fala como brasileiro, ou daquele que fala como alemão, foi objeto de amplas negociações em nível diplomático.

Essas negociações em torno da definição dos atributos *brasileiro* e *alemão* foram muito importantes no final da década de 30, pois, segundo dados da embaixada alemã da época, o maior número de sujeitos definidos pelo atributo *alemão* que vivia fora da Alemanha, estava no Brasil. Esses dados referem-se, no entanto, à definição do governo alemão no que diz respeito

aos sujeitos que ocupariam o LI definido pelo atributo *alemão*. Para o governo brasileiro, a definição desse LI seguiria critérios diferentes.

A imigração sistemática de alemães deu-se principalmente a partir de meados do século XIX, em um contexto no qual a Alemanha, já debilitada economicamente devido à guerra contra Napoleão III e às más colheitas, encontrava-se também em processo de industrialização, que gerou o crescimento de cidades, a queda da qualidade de vida e grandes problemas sociais, como o desemprego e doenças por falta de saneamento urbano. (cf. F. Délouche, 1992). Para Oberacker (1979:176), o fato de D. Pedro I ter se casado com D. Leopoldina contribuiu para o estreitamento das relações entre os dois países e a consequente imigração de alemães, já que na Alemanha havia, na época, uma preferência pelos Estados Unidos como país de imigração.

Pelo lado brasileiro, conforme apresentado acima, a imigração e o perfil do imigrante foram objeto de discussões no Brasil principalmente a partir de 1850, por ocasião da extinção do tráfico de escravos, quando já era possível prever a abolição da escravidão no país. Nesse ano foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 601) que *proibia as aquisições (de terras) por outro título que não fosse o de compra e autorizava o governo a fazer vir anualmente, à custa do Tesouro, certo número de colonos livres e bem assim fundar colônias nos lugares que mais conviesse* (J. S. Martins, 1973:51). Essa lei atuava em dois sentidos: por um lado, ela restringia o grupo de sujeitos que poderiam vir a ser proprietários de terras, já que elas precisariam ser compradas, o que implicou em uma seleção baseada no poderio aquisitivo, econômico dos sujeitos. Havia, no Brasil daquela época, um grupo enorme de trabalhadores, os escravos de origem africana, que, não sendo assalariados, estavam interditados, pela lei, de serem proprietários. Por outro lado, havia um outro grupo autorizado a vir ao país às custas do tesouro, e que tinha fácil acesso às terras, o que refletia a política adotada pelo governo brasileiro da época. Essa política dá indícios do forte componente ideológico que norteou o povoamento do Brasil. Houve o privilegiamento

de sujeitos que, ao longo da história do país, já vinham ocupando o LI daqueles que detinham o padrão a ser seguido, ou alcançado, que eram os alemães/europeus, conforme discutimos acima.

Esse LI, privilegiado, traz por consequência, privilégios para os sujeitos que o ocupam, no caso, os europeus/alemães. A proposta de trabalho publicada no jornal a 2 de janeiro, para o recrutamento dos operários, que iriam trabalhar na construção das estradas na província de S. Paulo, dá indícios desses privilégios. Uma análise das obrigações contratuais de ambos os lados, ou seja, do governo e dos operários europeus, apresenta as intenções do governo brasileiro de povoar o Brasil com europeus/alemães. A publicação do contrato, na sua íntegra, foi feita pelo jornal Correio Paulistano, e também divulgada nos países de onde os operários deveriam proceder.

O segmento a seguir reproduz as obrigações do governo brasileiro para com os operários:

Exemplo 5:

Art. 3. O governo da província se obriga para com os operarios:

1. - A adiantar-lhes até a quantia de oito mil réis fortes para seus preparativos de viagem e antes do embarque para o Brasil.

2.- A pagar o seu transporte e o de suas famílias.

3.- A sustentar gratuitamente os operários e alojá-los convenientemente desde o dia do seu desembarque em Santos até serem empregados no serviço da província.

4.- A dar-lhes casa, em que morem, nos lugares em que forem empregados.

5.- A tratá-los gratuitamente nos hospitais e casa de charidade da província, e a dar-lhes remédio gratuitamente.

6.- A pagar-lhes por cada mes de trabalho o salário de oitocentos reais á secco.

7.- *A empregar no serviço, mediante salario rasoavel, e que fôr ajustado com o chefe da família, os filhos e a mulher de operarios, que quizerem trabalhar.*

8.- *A fazer os pagamentos dos salarios semanalmente, e a adiantar aos operarios até a quantia de dez mil réis, moeda brasileira, quando allegarem para isso uma razão justa.*

9.- *A fornecer aos operarios, pelos preços que forem comprados, os viveres de que elles precisarem, quando não poderem ser obtidos nos lugares em que trabalharem.*

10.- *A dar-lhes toda a proteção, e à suas famílias.*

11.- *A sollicitar ao corpo legislativo provincial a aquisição de terrenos férteis, que serão vendidos aos operarios no fim de seus engajamentos. (CP, 02/01/1855)*

O segmento acima revela que o governo da província de S. Paulo se atribuiu obrigações para com os operários europeus que cobririam muitos dos problemas que eles eventualmente viriam a ter no país. Há a oferta de empréstimo de dinheiro para as despesas de viagem, há a oferta de moradia, tratamento médico, emprego para a família, e a oferta de mantimentos. Todas essas condições indicam que esses operários europeus ocupam no discurso dos brasileiros o LI daqueles que são altamente desejáveis. Conforme demonstrado nos exemplos 2, 3, e 4, nos quais o LI desses operários europeus é o daqueles que sabem mais, há aqui uma perfeita coerência: se aos operários europeus é atribuído o LI daqueles que sabem mais, foi importante, para o governo brasileiro da época, criar as condições mais adequadas o possível, de maneira a garantir a sua vinda.

No entanto, aparentemente, a questão tem outros desdobramentos, porque o último item do contrato acima faz referência a terrenos férteis, que seriam adquiridos pelo legislativo, para serem vendidos aos operários quando o seu contrato de trabalho expirasse. Nota-se que aqui o LI do europeu/alemão já sofre um deslocamento. Apesar de ainda ser definido pelo atributo *operário*, o governo da província se compromete a vender-lhe terras. A compra de terras implica uma estabilização no país, implica no povoamento do país. É provavelmente por estar

preocupado com o povoamento do país, que o governo da província não colocou como requisito a experiência anterior na construção de estradas, ao traçar o perfil do operário. O segmento acima aponta para o fato de que a questão não gira apenas em torno de uma tarefa a ser realizada, no caso, a construção de estradas, mas também, e talvez essa seja a questão principal, em torno de um projeto de povoamento do Brasil, ou, no caso específico da província de S. Paulo.

O exemplo a seguir, que apresenta as obrigações dos operários, confirma a discussão acima:

Exemplo 6:

Art. 5. Os operarios contratados se devem obrigar ao seguinte:

1. A deixar nos cofres da thesouraria a quinta parte dos seus salarios até que a provincia seja indemnizada da importancia das passagens, e de quaesquer quantias que lhes forem adiantadas.

2.- A trabalhar em qualquer parte da provincia para onde o governo os fizer seguir.

3.- A trabalhar desde as seis horas do dia até as seis da tarde, com a interrupção somente de duas horas e meia, uma para almoço e uma e meia para o jantar. Nos mezes de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março o trabalho acabará as seis horas e meia.

4.- A não sahir do lugar em que estiverem trabalhando sem licença do administrador dos trabalhos publicos.

5.- A conservar-se no serviço da provincia por tres annos contados do dia em que chegarem a Santos.

(....)

Transmitam a cada um dos seus correspondentes em Portugal, Suissa e Allemanha, paizes de onde tem de vir os operarios, uma copia do referido acto, e fação sentir a seus correspondentes as boas disposições em que se acha a população dessa provincia em favor da colonização. (CP, 02/01/1855)

As obrigações dos operários europeus/alemães descritas acima incorporam a devolução do dinheiro emprestado, e os horários de trabalho. O que nos parece importante é a explicitação feita pelo governo da província do LI que espera que os europeus/alemães venham a ocupar, que é colocado no segmento (...) *em favor da colonização*. A questão que norteia o contrato de trabalho, que seria a construção de estradas, deixa de ser o ponto principal, a partir do momento em que a colonização ganha espaço. Nota-se que o governo da província já utiliza nesse contrato de trabalho o termo *colonização* com um deslocamento no sentido. Colonização, tal qual utilizado no início da história do Brasil, já não remete mais à posse de terra de outros, mas sim, ao povoamento.

Ao serem escolhidos pelo governo da província para povoarem ou colonizarem o Brasil, os europeus ocupam, no discurso do brasileiro um LI privilegiado. Discursos que estabilizaram os efeitos de sentido produzidos nos primórdios das relações de contato entre brasileiros e europeus/alemães, conforme apresentamos no Exemplo 1, segundo os quais o LI do europeu/alemão nas relações de contato com os brasileiros sempre foi privilegiado.

Esse LI privilegiado foi apontado como sendo a base de sustentação, nos exemplos 2,3,4 e 5, para toda uma argumentação em favor da vinda de alemães/europeus ao país. O autor dos textos apresentados nos exemplos 3 e 4, que conforme vimos, se alia àqueles que estão no governo, e também aos fazendeiros, está justificando a sua posição em favor da vinda de europeus/alemães para o Brasil, na condição de *operarios*, com a utilização de atributos que fazem ressonância interdiscursiva de significação de atributos que apontam para o LI daquele que sabe mais ocupado pelos alemães/europeus. No entanto, o exemplo 6, acima, indica que, devido à estabilização dos efeitos de sentido segundo os quais o alemão/europeu era aquele que sabia mais, o LI que se espera que os operários ocupem é outro, conforme o indica o enunciado *a população dessa província (se acha) em favor da colonização*. A classe dominante do Brasil

espera que os europeus/alemães ocupem o LI definido pelo atributo *colono*. O próprio contrato de trabalho sinaliza no sentido de facilitar o estabelecimento dos europeus/alemães no Brasil, uma vez que se faz menção no item 11 à venda de terrenos férteis aos operários *no fim de seus engajamentos*.

O contrato acima demonstra que há duas questões postas em jogo, ambas decorrência do fato de que a instauração dos efeitos de sentido daquilo que é o Brasil e daquilo que é a Alemanha foi feita a partir do discurso do europeu/alemão. O LI do brasileiro foi definido a partir do efeito de verdade de que o padrão a ser seguido era o do europeu/alemão. Um desdobramento desse fato foi discutido anteriormente, ou seja, um dos atributos que define o alemão no discurso do brasileiro é o de ser um trabalhador habilidoso. E o outro desdobramento reflete-se na política de povoamento do país, que privilegia para a aquisição de terras aqueles que vêm de um país-padrão, em detrimento de trabalhadores que já estão no Brasil.

Colônia de quem?

Os alemães, que intensificaram sua imigração para o Brasil principalmente a partir de meados do século XIX, foram se aglutinando em diversos povoamentos. Esses povoamentos foram denominados genericamente pelo SN *colônia*, ou *núcleo colonial*. A utilização desses SNs indica duas questões que dizem respeito à diferença entre esses povoamentos e os outros que existiam no país. O fato de não receberem a denominação de *cidade*, ou *vila*, por exemplo, dá indícios de que essas colônias ou núcleos coloniais se distinguiam, eram diferentes, conforme comentamos anteriormente. Demonstraremos, a seguir, que essa diferença devia-se, provavelmente, ao grau de comprometimento dos alemães que viviam nesses povoamentos com o Brasil.

A *colonização* do Brasil pelos alemães é notícia no jornal :

Exemplo 7:

O quarto relatório da Sociedade de Colonização de Hamburgo apresenta o estado actual da colônia D. Francesca, fundada pela mesma sociedade. No anno de 1853 a sociedade mandou 204 pessoas para essa colônia, e o numero total de sua população montava no fim desse anno a 1,200 (...). Os habitantes dedicão-se especialmente à agricultura, que é o principal ramo de sua industria. Cultivão a cana, arroz, milho, mandioca, mamona, fumo, feijões e batatas. Alguns colonos principiarão a fazer com bom resultado plantações de café e de anil. Até fins de 1853 a dimensão de terras de matos virgens transformados terrenos cultivados era de 6,500 gueiras (...). (C.P., 04/01/1885)

O segmento acima, publicado no jornal é um relatório escrito por alemães, residentes em uma sociedade alemã, a *Sociedade de Colonização de Hamburgo*, a respeito da situação de um povoamento, que recebe o atributo *colônia*, e que é denominada *D. Francesca*⁴. Nota-se que relação entre a *colônia* e a *Sociedade de Colonização de Hamburgo* é marcada, no texto, por meio do enunciado *fundada pela mesma sociedade*. Esse enunciado estabelece um vínculo entre o povoamento e a instituição, vínculo marcado pelo fato de que a segunda se apresenta como responsável pela existência da primeira. Essa relação justifica a existência de contatos mantidos entre a *colônia* e a *sociedade* por meio de *relatórios*, ou seja, por meio de documentos oficiais.

O *relatório* apresenta três dados quantitativos, que se referem ao aumento populacional, há seis vezes mais habitantes na colônia do que os havia quando ela foi fundada; à produção agrícola, e à extensão do território cultivado. Esses dados quantitativos sugerem um desenvolvimento positivo ao leitor do relatório, e trazem três questões para a nossa discussão.

⁴Atual cidade de Joinville, em S. Catarina.

A primeira delas diz respeito à definição do atributo que aponta para o LI dos colonos. Considerando que a argumentação feita no texto aponta para um progresso da colônia, e considerando que seus habitantes são alemães, já que *Hamburgo* é uma cidade na Alemanha, o LI que esses alemães ocupam é o daqueles que sabem fazer as coisas bem feitas. Conforme vimos nos exemplos anteriores, ocupar o LI definido pelo atributo daqueles que sabem, não é novo no caso dos alemães. Os efeitos de sentido que já apareceram por ocasião do contrato de trabalho apresentado nos exemplos 2, 5 e 6, e nos editoriais que se seguiram, apresentados nos exemplos 3 e 4, também dão aos alemães o atributo daqueles que sabem mais e melhor. Dessa forma, a notícia acima vem estabilizar efeitos de sentido já constituídos no discurso, por meio de ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos que surgiram anteriormente, em outros contextos. Conforme discutido anteriormente, atributos positivos definiam o resultado do trabalho do SN *operários (europeus/alemães)*, e nesse contexto o atributo *bom* define o resultado do trabalho do SN *agricultor (alemão)*.

A segunda questão diz respeito ao esforço feito pelo governo brasileiro no sentido de trazer imigrantes europeus/alemães para o Brasil, para povoá-lo. Textos com o formato de notícia, como o acima, que realcem o bem-estar do imigrante, e o seu sucesso no Brasil, provavelmente servem como argumentos positivos para a vinda de mais imigrantes para o país. Textos com tal linha argumentativa constituem, na Alemanha, o LI a respeito do Brasil. Se nos textos do século passado os imigrantes são apresentados como tendo sido bem sucedidos, se o atributo que os define é o daqueles *que sabem*, é importante considerar que esse *saber mais, melhor, esse fazer bem*, se realizam no contexto brasileiro. O LI ocupado pelo país, pelo Brasil, ou seja, pelo lugar, é definido por atributos diferentes daqueles que definem seus habitantes. Se, em suas relações do contato com os alemães, o LI dos operários brasileiros é definido pelos próprios brasileiros pelo atributo *não-habilitado, aquele que não faz bem* (Exemplos 2, 3, 4, 5, 6), o Brasil, por outro lado, é definido pelos alemães como sendo um país de oportunidades. Um país no qual é possível viver com abundância e bem-estar, como o define C. H. Ribeiro de Souza (1996), ao analisar

obras literárias a respeito do Brasil, escritas por autores alemães. São, assim, dois discursos, de FD de referência diferentes, que convergem devido a interesses comuns. Por um lado, um grupo de brasileiros interessados em povoar o país com europeus/alemães, e empenhados em proporcionar condições para que tal projeto se realize, e, por outro lado, o sonho dos alemães por uma vida melhor. É a partir da confluência desses dois elementos, que vai sendo constituída a memória histórica dos alemães a respeito do Brasil segundo a qual o seu LI é definido pelos atributos *oportunidade, bem-estar, riqueza*. Os resultados da constituição desse efeito de sentido é que, segundo dados da revista *Lateinamerika* (1920), durante o período de 1835 até 1918, vieram 122.342 alemães para o Brasil.

A última questão apontada pelo segmento analisado trata da relação entre os habitantes da colônia com a *Sociedade de Colonização de Hamburgo*. A existência de um relatório, enviado em 1885 para a referida sociedade, ou seja, 32 anos após a vinda dos primeiros alemães por meio desta sociedade para o Brasil, indica a presença de vínculos entre eles. A existência desse vínculo sugere que a relação entre os colonos e o Brasil foi estabelecida pela sociedade, mas também sugere que ela continua sendo um ponto de referência para os alemães, mesmo depois de seu estabelecimento e de sua permanência por um longo tempo no Brasil. O envio de relatórios para a Alemanha, o ato de prestar contas à sociedade alemã, permite a continuidade de relações de contato com o país de origem, relações comerciais, mas também afetivas. Os habitantes da colônia *D. Francesca*, nesse contexto, davam-se qual atributo? Falavam a partir do LI definido pelo atributo *brasileiro, alemão*, ou falavam a partir do SN *imigrante* acompanhado do atributo *alemão*? Os dados desse trabalho apontam que a tomada de posição tanto por parte desse grupo de sujeitos, como por parte do governo brasileiro, deu-se nas duas situações nas quais a Alemanha e o Brasil entraram em confronto: durante as Guerras Mundiais. Apesar disso, já por ocasião da Proclamação da República no Brasil, há indícios do LI atribuído pelos alemães residentes na Alemanha aos sujeitos que vieram ao Brasil na condição de colonos/imigrantes.

A Proclamação da República: gestos de interpretação de um jornal alemão.

Com a Proclamação da República no Brasil, em 1899, um jornal alemão, publica um artigo na primeira página escrito por um alemão, em que é feita uma análise da situação política no país, referindo-se, também, à relação do governo de D. Pedro II com os imigrantes alemães. Por ocasião desse episódio, o jornal investigado demonstra, já no título da notícia, gestos de interpretação diferentes daqueles dados pelos brasileiros. Enquanto a história oficial do Brasil identifica o episódio como Proclamação da República, a manchete da notícia é *A Revolução no Brasil*⁵. O segmento que apresenta os atributos destinados aos alemães na notícia é o seguinte:

Exemplo 8:

que o governo de Pedro II perdeu a oportunidade de atrair para si uma massa sólida, fiel e esforçada de trabalhadores entre os alemães imigrantes, e que eles não tenham tido direitos, e que de todas as maneiras possíveis tenham sido destrutados e subjugados, não contribuiu para a sua queda, mas terá a consequência, de que não se terá pena na Alemanha da queda de um regime, que não teve a capacidade de incorporar economicamente todos os campos da vida pública e de evitar injustiças contra grande parte dos habitantes do enorme reinado. ⁶(MNN, 18/11/1889)

No segmento acima, o autor refere-se aos alemães no SN composto pelo nome alemães acompanhado do atributo *imigrantes*. Esse fato merece atenção, porque, em primeiro lugar, topicalizam-se os alemães, mas há o reconhecimento de que eles falam a partir do LI daquele que

⁵*Die Revolution in Brasilien*

⁶*Dass die Regierung Pedro's II es versäumte, in den eine Zeitlang zahlreich einwandernden Deutschen sich eine solide Masse treuer und tüchtiger Unterthanen heranzubilden, sie vielmehr fast rechtslos machte und in jeder erdenklichen Weise misshandelnd und unterdrücken lies, hat zwar zu ihrem Sturze nicht beigetragen, wird aber bewirken, dass man in Deutschland kein Gefühl des Bedauerns für den Sturz eines Regimens erweckt, das nicht im Stande war, die Wirtschaft auf allen Gebieten des öffentlichen Lebens einzuschränken und Ungerechtigkeit gegen grosse Bruchteile der Bewohner des Riesenreiches dauernd zu verhindern.*

é imigrante, ou seja, daquele que mudou de um lugar para outro. Vale a pena observar que, considerando os dados segundo os quais a imigração alemã para o Brasil iniciou por volta de 1835, em 1889 já existia mais de uma geração de filhos desses primeiros imigrantes, nascidos no país. Ou seja, já havia brasileiros, de acordo com as constituições de 1824, e posteriormente de 1889 (cf. E. Guimarães, 1992), descendentes de imigrantes alemães. A composição do SN denota o reconhecimento da mudança geográfica, que se manifesta pela utilização do atributo *imigrantes*, mas não contempla a possibilidade de haver, dentro o grupo topicalizado, sujeitos que definidos pelo atributo *brasileiros*, descendentes de imigrantes alemães. Essa reflexão aponta para a mesma questão levantada anteriormente, que diz respeito ao LI a partir do qual os imigrantes, e seus descendentes falam: é aquele definido pelo atributo *brasileiro*, ou é aquele definido pelo atributo *alemão*?

Os atributos que definem o SN *alemães imigrantes* no segmento acima são *uma massa sólida, fiel e esforçada de trabalhadores*. Nota-se a recorrência do atributo *trabalhador*, pois, como vimos, o LI de alemão é definido por atributos, tanto em textos escritos por brasileiros, como em textos escritos por alemães, que realçam a sua capacidade de trabalho. Conforme visto nos exemplos 2, 3, 4, 5, textos escritos por brasileiros, essa capacidade de trabalho é apresentada em uma relação de alteridade com a capacidade dos operários brasileiros, e nessa relação, o atributo que define o alemão é o daquele que *sabe mais*. No texto acima, escrito por um jornalista alemão, o SN *trabalhador*, acompanhado do atributo *esforçada* não promove a ressonância interdiscursiva de significação de atributos que apontam para o fato de que os alemães têm o LI daqueles que *fazem bem*, mas acrescenta atributos que apontam para uma nova direção argumentativa a favor dos alemães. Ao gesto de interpretação que definiu os atributos dos alemães, e lhes alocou o LI daqueles que *sabem*, é acrescentado aqui um gesto de interpretação que produz o efeito de sentido segundo o qual os alemães são *trahadores esforçados*.

Após ter definido o LI dos alemães que haviam imigrado para o Brasil, e de não ter feito distinção entre imigrantes e seus descendentes, o autor do texto apresenta um gesto de interpretação a respeito da posição da monarquia perante esse grupo de sujeitos. Esse gesto de interpretação é feito com a utilização de atributos referentes ao SN *alemães* que definem o seu LI perante o governo brasileiro como sendo o daqueles que *não tenham tido direitos*, foram *destratados e subjugados*. Ou seja, aqueles que ocupam o LI definido por atributos que remetem a uma avaliação positiva, ocupam também o LI daqueles que são definidos por atributos que os apontam como vítimas de atos negativos do governo brasileiro, segundo os gestos de interpretação apresentados no texto jornalístico. O autor do texto jornalístico apresenta, no enunciado inicial do texto, *que o governo de Pedro II perdeu a oportunidade ...*, como sendo uma falha da monarquia, o fato de que sujeitos que ocupem um LI definido por atributos positivos, sejam tratados, no Brasil, de forma a ocupar um LI definido por atributos negativos. O enunciado que marca esse gesto de interpretação tem ênfase especial no texto jornalístico, já que o inicia, e os argumentos que justificam esse gesto de interpretação são apresentados no seu final.

Há uma notória diferença entre o gesto de interpretação apresentado no discurso do jornalista alemão a respeito do LI destinado a alemães no Brasil, e os gestos de interpretação feitos por jornalistas brasileiros (exemplos 3 e 4) a respeito do LI destinado aos alemães no país. No primeiro caso, o efeito de sentido produzido, é o que os alemães ocupam o LI de vítimas, de perseguidos, enquanto que no segundo caso, um LI privilegiado lhes é destinado. Tal diferença emerge em um momento político muito importante para a definição do LI do brasileiro e do Brasil no cenário internacional, que é o da proclamação da República.

A utilização de atributos negativos no texto acima remete a uma questão ideológica, que diz respeito ao exercício do poder. Porque, ao definir o LI dos alemães no Brasil como sendo o daqueles que foram subjugados, que não tiveram direitos, que foram destratados, implica necessariamente na existência de sujeitos que ocupam o LI daquele que é o sujeito dessas ações.

Esse sujeito é, no texto acima, a monarquia brasileira. Por ocuparem um LI distinto do governo, por ocuparem o LI daquele que sofre as ações do governo, o LI dos alemães é o daquele que não está no poder, que não está em posição de domínio.

Há, assim, no texto, marcas do reconhecimento de que o exercício do poder é feito por um governo do qual os alemães não só não fazem parte, como também do qual são vítimas. O autor do texto utiliza esses seus dois gestos de interpretação, o primeiro que aloca aos alemães o LI daqueles que são trabalhadores esforçados, e o segundo que lhes aloca o LI de vítimas, como argumento contra a monarquia, que está no texto sob a forma do SN *regime*, que recebe o atributo *do qual não se terá pena*. Além de criticar o LI que julga destinado aos alemães durante a monarquia, o autor do texto também apresenta gestos de interpretação segundo os quais esse regime não conduziu adequadamente o governo, e cometeu injustiças contra os habitantes do Brasil. Com esses gestos de interpretação, o efeito de sentido obtido pelo texto é o de que a queda da monarquia é bem vinda, e que a *Revolução no Brasil*, isto é, a República, foi algo positivo.

I Guerra Mundial: a emergência de confrontos na definição de LIs.

O Brasil, ao lado de outros 27 países, participou da I Guerra Mundial. A princípio, a posição perante o conflito era de neutralidade, mas a partir de janeiro de 1917, com a declaração por parte dos alemães da *guerra submarina sem trégua* (cf. J. B. Duroselle 1970), as declarações das autoridades políticas brasileiras passaram a sinalizar para uma preocupação, devido à um deslocamento na posição da Alemanha. A 13 de fevereiro de 1917, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, encaminhou um telegrama à *legação do Brasil em Berlim*, no qual fica explicitada a posição do Brasil perante o deslocamento na posição da Alemanha no conflito:

Exemplo 9:

Consideramos essencial à manutenção de nossas relações que nenhum navio brasileiro seja atacado em qualquer mar e sob pretexto algum, mesmo o de conduzir contrabando de guerra, tendo as nações beligerantes arbitrariamente incluído tudo nessa categoria (OESP, 13/2/1917)

No segmento acima, faz-se referência à Alemanha com o SN *nações beligerantes*, e ao Brasil por meio do pronome oculto *nós*. Esse pronome inclui na sua referência os brasileiros e o governo do país, já que a pessoa que está enunciando, o ministro das Relações Exteriores, fala a partir do LI de representante da nação brasileira. O texto acima apresenta o LI do Brasil perante o conflito, e o LI da Alemanha. O LI do Brasil é apresentado por meio do SN *nossas relações*, sendo que aqui o pronome possessivo refere-se ao Brasil e à Alemanha. Esse SN apresenta como pressuposto o fato de que existem relações entre os dois países, mas, a presença, no enunciado, do atributo *essencial*, referindo-se à *manutenção* dessas relações, indica que elas estão sendo negociadas.

Uma renegociação das relações entre o Brasil e a Alemanha se fez necessária porque, segundo o texto, novas questões foram colocadas em jogo por parte do governo alemão. Essas novas questões diziam respeito às relações comerciais do Brasil com outros países. A Alemanha divulgou, em 1917, que se julgava no direito de afundar navios que conduzissem *contrabando de guerra*, sendo que a definição daquilo que seria interpretado como tal fora feito pela própria Alemanha. Com esse ato, a Alemanha promoveu um deslocamento no seu LI, pois passou a fazer gestos de interpretação a respeito dos atos de outras nações, inclusive do Brasil. O Brasil mantinha-se neutro no conflito até então, mas o deslocamento operado no LI da Alemanha provocou reações por parte do governo brasileiro, que não concordava que os alemães ocupassem o LI daqueles que viriam a fazer gestos de interpretação que definissem o que seria comércio e o que seria contrabando de guerra. Essa discordância é justificada no segmento, pois o governo brasileiro não aceitou os critérios que norteariam os gestos de interpretação dos alemães, o que

fica evidente no enunciado *tendo as nações beligerantes arbitrariamente incluído tudo nessa categoria.*

A utilização da palavra *arbitrariamente* denota que não há concordância quanto aos critérios utilizados para estabelecer uma linha divisória entre comércio e contrabando. Em se tratando de um período de guerras, interditar o comércio entre o Brasil e outras nações européias e americanas envolvidas no conflito seria uma estratégia importante para a Alemanha, que enfraqueceria, assim, seus adversários. O que o governo brasileiro não aceitou foi fazer parte desse plano estratégico da Alemanha. Ele recusou-se a ocupar o LI daquele que, ao obedecer aos critérios definidos pela Alemanha, estaria participando da guerra de acordo com as regras estabelecidas por ela. Essa recusa manifesta-se na negociação em torno do LI de cada um: o governo brasileiro condiciona a manutenção de seu LI de neutralidade nas relações de contato com a Alemanha, desde que ela também mantenha o seu LI, o que implica em não promover o deslocamento que a sua estratégia de guerra requeriria.

A discussão em torno do que era contrabando ou não, continuou permeando as relações de contato entre o Brasil e a Alemanha, até o dia 4 de abril de 1917, quando o governo brasileiro recebeu o seguinte telegrama do comandante de um navio:

Exemplo 10:

Communico que o nosso Paraná foi torpedeado à meia-noite do dia 4. Com a explosão morreram o 4. machinista e dois foguistas, ficando feridos vários tripulantes " (OESP, 7/4/1917).

Com o torpedeamento do navio, a Alemanha assumiu o LI daquele que quer impor a sua estratégia de guerra. Essa estratégia de guerra envolvia um deslocamento no LI do Brasil, que,

segundo gestos de interpretação dos alemães, deveria concordar com os efeitos de sentido que dava ao SN *contrabando*. Como não houve o deslocamento no LI do Brasil a favor de seus gestos de interpretação, deslocamento esperado pelos alemães, ou seja, o Brasil continuou mantendo comércio com outras nações, que os alemães interpretaram como sendo contrabando, foram afundados navios brasileiros. A esse ato foi feito o gesto de interpretação por parte do governo brasileiro do qual resultou o efeito de sentido de que ele consistia em uma agressão. Esse gesto de interpretação promoveu o deslocamento do governo brasileiro, de sua posição de neutralidade para o LI daquele que se vê agredido pelos alemães. Houve inúmeros protestos por todo o país em decorrência do ataque, e após mais três ataques, a 25 de outubro de 1917, o então presidente do país, Wenceslau Braz, encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional, dizendo:

Exemplo 11:

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegramas de Londres e de Madrid, o governo acaba de saber que foi torpedeado por um submarino alemão o navio brasileiro Macau, e que está preso o seu comandante. A circunstância de ser esse o quarto navio nosso posto a pique por forças navais alemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de vulto com a prisão do comandante brasileiro. Não há como, senhores membros do Congresso Nacional, iludir à situação ou deixar de constatar já agora o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha.

Nota-se no pronunciamento acima, que o enunciado de Wenceslau Braz marca duas posições: a do Brasil e a da Alemanha. O LI ocupado pelo Brasil é sinalizado por meio do pronome *nos*, no enunciado (...) *de constatar o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha*. O SN *nos* está em uma oração passiva, e o agente da ação é o SN composto pelo nome *Alemanha*. A relação entre o Brasil e a Alemanha fica estabelecida a partir do participio do verbo *impor*, cujo

complemento é dado pelo SN *o estado de guerra*. Os dados apresentados no início do comunicado, que são o torpedeamento de um navio brasileiro, e a prisão de seu comandante, são os argumentos que justificam a utilização do verbo *impor* e seu complemento. Ou seja, o gesto de interpretação de Wenceslau Braz, segundo os quais a Alemanha está impondo algo ao Brasil, sustenta-se em agressões cometidas pelos alemães em nome de uma estratégia de guerra, e que envolvia também gestos de interpretação não aceitos pelos brasileiros, envolvendo a discussão em torno do que vem a ser contrabando. Ao não aceitar esses gestos de interpretação alemães, o Brasil ocupa um LI não desejável, segundo a estratégia de guerra alemã, o que serve de pretexto para ataques aos navios brasileiros. Como consequência dos diferentes gestos de interpretação, e da consequente diferença na produção de efeitos de sentido, a 26 de outubro, o Congresso Nacional proclamava o estado de guerra e autorizava o Presidente da República a adotar as medidas de defesa nacional e segurança pública julgadas necessárias.⁷ (cf. P. Cavalcanti, 1918).

A controvérsia em torno dos LIs de brasileiros e alemães durante e no pós-guerra: quem foi vítima de quem?

As discussões descritas acima, oriundas de gestos de interpretação diferentes, e que levaram os países a ocuparem LIs incompatíveis, redundaram, conforme visto, em confronto armado entre o Brasil e a Alemanha. Esses gestos de interpretação produziram efeitos de sentido, que foram estabilizados em diversos discursos, por meio de ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos que apontam para os LIs de um e de outro durante o período e imediatamente após a I Guerra Mundial. Pelo lado alemão, há dados na revista *Lateinamerika*, analisados abaixo, que demonstram a maneira como ocorre a ressonância interdiscursiva de significação de atributos resultantes de seus gestos de interpretação dos fatos ocorridos, e pelo lado brasileiro, serão analisados os discursos proferidos por O. Bilac durante o conflito.

⁷Entre abril e outubro de 1917 foram afundados 4 navios de carga brasileiros por submarinos alemães. Logo após a assinatura da proclamação de guerra, mais dois navios brasileiros foram atacados em costas brasileiras, nas proximidades de S. Vicente.

Exemplo 12:

*A imigração alemã para o Brasil foi praticamente proibida, e foi o próprio Brasil que nos declarou guerra, nos tirou os navios, as escolas e igrejas alemãs foram reduzidas, os jornais, a troca de cartas e telegramas foram proibidos*⁸. (LA, 1920)

O autor do segmento acima estava no Brasil ao escrever o texto da revista. O LI a partir do qual ele enuncia fica indicado pela utilização do pronome *nos*, presente em dois enunciados. No primeiro enunciado, o sujeito da ação é representado pelo SN *Brasil*, ao qual o autor dá o atributo de ter *declarado guerra*. O ato de declarar guerra envolve um sujeito que faz a ação, que, segundo o gesto de interpretação do autor, é o Brasil, e envolve o outro, vítima da ação, no caso representado pelo pronome *nos*. Esse pronome refere-se aos alemães, grupo no qual o autor do texto se incluiu.

O enunciado *O Brasil nos declarou Guerra*, emitido por um alemão, apresenta um gesto de interpretação diferente daquele gesto de interpretação feito pelo governo brasileiro a respeito dos mesmos fatos, conforme vimos no exemplo 11. Ao colocar o Brasil no LI daquele que declara uma guerra, o alemão ocupa o LI daquele que é vítima dessa ação. No entanto, ocupar o LI daquele que é vítima, só é possível mediante o silenciamento dos fatos que antecederam a declaração de guerra, que foi o afundamento de navios brasileiros, motivado pela não aceitação do governo brasileiro em fazer parte de uma estratégia de guerra alemã.

Além de se alocarem o LI daqueles que são vítimas de uma declaração de guerra, o texto acima também confere aos alemães o LI de vítimas na sequência do enunciado, ao serem feitas

⁸*Brasilien war lange Zeit von uns für die deutsche Auswanderung so gut wie verboten, und es selbst hat uns zudem den Krieg erklärt, die Schiffe weggenommen, die deutschen Schulen und Kirchen eingeengt, die Zeitungen, den deutschen Brief- und Telegrammverkehr verboten, usw.*

referências às escolas, igrejas, navios retidos, e proibição na troca de correspondências. Nota-se que o gesto de interpretação que sustenta o efeito de sentido de que a Alemanha foi vítima de um ato brasileiro não é novo. Por ocasião da Proclamação da República, conforme discutido no exemplo 8, ou seja, tanto em relação à monarquia, como em relação à I Guerra Mundial, há textos produzidos pelos alemães nos quais há a estabilização do efeito de sentido segundo os quais eles alocam a si mesmos o LI de vítimas da situação. Essa estabilização se dá mediante a utilização de atributos, tais como *não ter direitos, ter escolas e igrejas fechadas, ter a correspondência bloqueada, ou ser destrutado e sofrer uma declaração de guerra*, que apontam para o mesmo LI: o daqueles que são vítimas.

No entanto, para que o LI de vítima fosse ocupado, havia necessidade de justificar os atos dos "perseguidores". Era necessário justificar a declaração de guerra. Os gestos de interpretação que envolveram o episódio, feitos pelo lado alemão, foram diametralmente diferentes dos gestos de interpretação feitos por brasileiros, conforme os exemplos a seguir o demonstram.

Exemplo 13:

*Não há dúvidas de que a política brasileira se submeteu a pressões estrangeiras, e que ela, na verdade, não tinha nem interesse e nem sentimentos hostis contra a Alemanha que justificassem a sua tomada de partido. O governo atuou tão lenta e timidamente na sua declaração de guerra, que realmente não foi difícil reconhecer que se tratava de uma guerra platônica...*⁹ (LA, 1920 p. 38).

⁹Es besteht kein Zweifel darüber, dass die brasilianische Politik sich fremden Drucke gebeugt hat, und dass sie im Grunde genommen weder durch Lebensinteressen, noch durch unfreundliche Gefühle Deutschland gegenüber zu der erfolgten Parteinahme gedrängt wurde. Die Regierung ging so überaus langsam und zögernd mit ihren Kriegshandlungen vor, dass es wirklich nicht schwer war zu erkennen, wie sehr es ihr nur um eine platonische Kriegführung zu tun war...

Esse segmento apresenta a justificativa do autor do texto perante a declaração de guerra do Brasil à Alemanha: *pressões estrangeiras*. O autor silencia o Brasil enquanto nação atuante, atribuindo-lhe um LI daquele que é instrumento para outros alcançarem um objetivo. O autor do texto pressupõe, em sua argumentação, que há dois motivos possíveis para uma declaração de guerra. O primeiro pressuposto é dado pelo atributo *ter interesse*, que é negado no que diz respeito à relação Brasil-Alemanha, e o segundo diz respeito a *sentimentos hostis*, também colocado como inexistindo no caso. A apresentação dessas duas possibilidades por parte do autor, traça percursos de sentido. Sabemos que, em todos os casos, o ato de apresentar percursos de sentido, implica em interditar percursos de sentido indesejáveis. Essa interdição é resultado de uma política do silêncio. O autor do texto acima, ao apresentar os percursos de sentido que lhe eram desejáveis, proporciona o silenciamento daqueles percursos de sentido, que, segundo o governo brasileiro, foram responsáveis pela declaração de guerra, que foi o afundamento dos navios brasileiros.

Pelo lado brasileiro, os gestos de interpretação a respeito do episódio foram outros, e serão apresentados aqui na declaração de O. Bilac:

Exemplo 14:

Houve sacrilegio e ultrage. A nossa bandeira, symbolo de paz e de justiça, de trabalho honrado e modesto, de concordia e lealdade, de afirmação de ordem e de aspirações de progresso, foi offendida e ferida, quando viajava como nuncia de labor e de bondade. Ella cobria, em mares remotos, sob céos estranhos, a vida e a actividade de irmãos nossos, que iam levar o nosso commercio a povos amigos. Os nossos navios, em que ia a nossa soberania, levavam o nosso pão, a nossa propriedade, os frutos em que se transformara o suor da gente simples e pacifica da nossa terra. Numa emboscada traiçoeira, numa premeditação de assassinio perfido, armas

brutaes e conscientes atacaram os nossos irmãos desarmados. Foi atacada e aniquilada uma parcella da nossa riqueza material, numa violência e num roubo... (1917:105).

Conforme vimos no exemplo 13, o gesto de interpretação alemão produz um efeito de sentido sustentado no silenciamento da atuação alemã no episódio. À Alemanha cabe o LI de vítima, e o que ela fez, ou seja, atacar navios brasileiros, para provocar uma declaração de guerra por parte do Brasil, está silenciado. O dito, já que uma declaração de guerra exige uma justificativa, é *o Brasil se submeteu a pressões estrangeiras*. Esse gesto de interpretação do alemão fixa um sentido: *diz "uma" coisa, para não deixar dizer "outras"*. (E. Orlandi, 1993:55).

No entanto, essas "outras" coisas são ditas por O. Bilac. Outros gestos de interpretação do episódio, que produzem outros efeitos de sentido, são apresentados por ele. Os SNs compostos pelo pronome *nosso*, que aparecem no texto, marcam a presença daquilo que foi silenciado no discurso do alemão, ou seja, marcam a presença do que é brasileiro. O. Bilac apresenta o Brasil sob a forma dos seguintes SNs: *nossa bandeira, nosso commercio, nossos navios, nossa soberania, nosso pão, nossa propriedade, nossa terra*. Ou seja, na perspectiva de O. Bilac, há a presença do Brasil, como envolvido efetivamente em episódios que levaram a uma declaração de guerra, há a presença do Brasil ocupando o LI daquele que é soberano para tomar suas decisões. A declaração de guerra foi justificada pelo autor por meio de um enunciado no qual o sujeito da ação é apresentado pelo SN *armas*, e definido pelos atributos *brutaes e conscientes*, que *numa emboscada traiçoeira, numa premeditação de assassinio perfido, atacaram os nossos irmãos desarmados*. O SN *armas*, e seus atributos, que representam a Alemanha no texto, opõem-se ao SN e seus atributos do enunciado anterior, representando o Brasil: *o suor da gente simples e pacífica da nossa terra*. Nesse contexto, contrapondo o atributo *brutaes* ao atributo *pacífica*, O. Bilac apresenta seus gestos de interpretação a respeito do episódio.

Mas também há a apresentação de gestos de interpretação a respeito do LI a partir do qual o brasileiro fala. O. Bilac define os brasileiros pelo SN composto pelo nome *trabalho* e pelos atributos *honrado e modesto, de concordia e lealdade, de afirmação de ordem e de aspirações de progresso*. A definição do LI dos brasileiros a partir desses atributos é importante dentro do quadro da constituição histórica do LI de brasileiros em relação com os alemães. Conforme vimos nos exemplos 2, 3, 4, 5 e 6 o LI daquele que é o trabalhador - padrão é reservado ao alemão/europeu, enquanto que o operário brasileiro ocupa o LI daquele que é inábil, daquele que não sabe, quando colocado em oposição ao europeu/alemão.

Outro aspecto trazido pelo discurso de O. Bilac diz respeito à existência de um grupo de sujeitos que se definem pelo atributo *brasileiro*. À questão colocada anteriormente, que diz respeito ao LI de imigrantes e seus descendentes, O. Bilac responde. Em algum momento o atributo *brasileiro* foi incorporado por sujeitos, ou seus descendentes, que se deslocaram da Europa e da África para o país, de maneira a se constituir em uma nacionalidade. Mas fica ainda a questão dos imigrantes de origem alemã: há a incorporação do atributo *brasileiro*?

Brasileiro: a definição de um LI.

Olavo Bilac percorreu o Brasil como um dos organizadores da Liga da Defesa Nacional, que tinha como um de seus objetivos *promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras, e a criação de escolas primarias nossas, nos nucleos coloniaes*. (O. Bilac, 1916:208). Há nesse segmento uma oposição entre aquilo que é brasileiro e aquilo que é estrangeiro. O SN *escolas primárias nossas* (brasileiras) opõe-se ao SN *núcleos coloniaes*. A utilização do termo colonial nesse contexto de oposição indica que aquilo que está no *núcleo colonial* se distingue daquilo que é *brasileiro (nosso)*. Os *núcleos coloniaes* caracterizam-se por serem agrupamentos diferenciados, que se destacam dentro do contexto do que é considerado *brasileiro*, de tal maneira, que esses agrupamentos possuem escolas definidas pelo atributo *estrangeiras*, apesar de

estarem localizadas no território nacional. A preocupação de O. Bilac com a *língua pátria* reflete-se na sua proposta de que ela fosse ensinada nas *escolas estrangeiras*. Há o reconhecimento de que o que existia nos *nucleos coloniaes* naquela época não era *nosso* (brasileiro), e sim, *estrangeiro*, e o esforço de O. Bilac dirigia-se no sentido de deslocar o LI desses estrangeiros, para que eles falassem a partir do LI definido pelo atributo de *brasileiro*. Para o desenvolvimento das relações de contato Brasil-Alemanha, tratada a seguir, é importante observar que o atributo *estrangeiro* refere-se especificamente aos imigrantes de origem alemã.

Exemplo 15:

não queremos e não podemos operar um milagre impossível, transformando em brasileiros todos os imigrantes, todos os forasteiros, que vêm trabalhar conosco: porque o seu patriotismo, tão sagrado como o nosso, deve ser intangível. Mas devemos querer que os filhos d'esses estranhos sejam nossos! Abrimos o Brasil a todo o mundo: mas queremos que o Brasil seja Brasil! Queremos conservar a nossa raça, o nosso nome, a nossa língua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião! (1916:209).

O texto citado mostra o cerne da questão que envolve a formação da população do Brasil: a partir de que momento os sujeitos que vieram na condição de colonizadores/imigrantes e seus descendentes passam a falar do LI definido pelo atributo *brasileiro*? De acordo com a argumentação de O. Bilac, *devemos querer que os filhos d'esses estranhos sejam nossos*, o atributo *brasileiro* é dado àqueles que nasceram no país. E a língua falada por esses brasileiros é, para O. Bilac, importantíssima na definição de sua nacionalidade, pois ela é definida a partir dos SNs *é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião*.

E é nessa discussão de O. Bilac que se concentra toda a força da materialidade da língua. Ao aprenderem o português, os sujeitos estarão sendo inseridos em uma outra história, em uma outra

cultura. O reconhecimento do LI definido pelo atributo *brasileiro* se dá mediante a aprendizagem da língua, pois é a língua que constitui sujeitos. Segundo P. Franchetti (1996), a preocupação de O. Bilac com o ensino de português, além de situar-se em um contexto de guerra, justifica-se pela constatação feita de que cerca de 60% dos brasileiros descendentes de alemães não falavam o português. Para O. Bilac, o serviço militar era importante, porque ele partia do pressuposto de que *daqui a um anno, depois de poucos mezes de instrucção intensiva no quartel, estes homens, agora sem nacionalidade, serão excellentes e dignos Brasileiros.* (1917:56).

O. Bilac, além de reconhecer a constituição do sujeito pela língua, também discute o LI dos descendentes de alemães que não falam português. O. Bilac os define a partir do atributo *sem nacionalidade*, ou seja, nem brasileiros, e nem alemães. Porque os SNs *colono alemão, núcleo colonial, imigrante alemão*, já pressupõem a existência do brasileiro. Fala-se o atributo *alemão*, porque há a possibilidade desses sujeitos serem definidos a partir de outro atributo, no caso *brasileiro*.

Da colonização para a imigração

O discurso colonialista foi o que constituiu efeitos de sentido sobre o Brasil. Um desses efeitos de sentidos foi o de que as colônias eram consideradas fontes de recursos materiais para as nações européias, ou seja, o LI ocupado pelas colônias foi é o de servir de instrumento para o engrandecimento de outras nações. A utilização do atributo *colonial* para definir agrupamentos populacionais retoma os diversos aspectos que marcam o discurso colonialista. Esse atributo retoma tanto o aspecto instrumental, como o aspecto de apropriação de um território, como a tentativa de estabilização da nacionalidade daqueles que tomam a posse, ou seja, os sujeitos que residem nos núcleos coloniais continuam a falar a partir do LI definido pelo atributo *alemão*.

A necessidade que os sujeitos de origem alemã têm de manter seu atributo é reconhecida no discurso de O. Bilac: ele não propõe que o imigrante se torne brasileiro, pelo contrário. Conforme visto no exemplo 15, o LI dos imigrantes, segundo O. Bilac, é o do não-brasileiro, é o LI de seu país de origem. Portanto, a discussão pelo lado brasileiro, não gira em torno do LI dos imigrantes, mas sim, de seus descendentes. É importante lembrar que essa discussão não se dava a nível institucional, porque a legislação brasileira já definira que, aqueles nascidos no Brasil, teriam a nacionalidade brasileira. Essa discussão gira em torno do LI dos sujeitos, independente de sua nacionalidade legal.

Pelo lado alemão, os gestos de interpretação são diferentes, como o demonstram os segmentos abaixo:

Exemplo 16:

partindo do pressuposto de que as medidas (de proibição) foram suspensas, e nossas escolas, igrejas, nossa língua têm os mesmos direitos que as italianas e as inglesas, nós, os alemães, deveríamos observar, tanto aqui como na pátria, que em interesse dos alemães aqui fora e na pátria, e principalmente em interesse do comércio alemão e da venda de seus produtos, que o patrimônio alemão daqui seja fortalecido por todos os meios e com todas as forças que a nossa situação atual permite. Uma dessas maneiras é a imigração para cá, que não deveríamos evitar, enquanto uma emigração além-mar seja necessária...(p. 39).¹⁰... não há perspectivas para as pessoas em suas profissões no seu país empobrecido(p. 42)

¹⁰Unter der Voraussatzung, dass alle diese Massnahmen sämtlich aufgehoben und unsere Schulen, Kirchen, unsere Sprache wieder dieselben Rechte, wie beispielweise die italienischen oder englisch-amerikanischen erhalten, sollten wir Deutsche uns sowohl hier wie in der Heimat auf den Standpunkt stellen, dass es im Interesse der Deutschen hier draussen und daheim und vor allem im Interesse des deutschen handels und unserer Ausfuhr liegt, wenn das hiesige Deutschtum mit allen Mitteln und Kräften, die unsere heutige Lage erlauben, wieder gestärkt wird. Eines dieser Mittel ist die Auswanderung hierher, die wir nicht verhindern sollten, solange überhaupt eine Auswanderung nach Übersee nötig ist...

O LI destinado pelo autor do texto tanto aos imigrantes que estão no Brasil como àqueles que estão na Alemanha é dado pelo nome *os alemães*. Para o autor do texto, há os alemães fora da pátria e aqueles que estão na pátria, mas a pátria é sempre a Alemanha, o que fica evidente no enunciado *é no interesse dos alemães aqui fora e na pátria*, que indica que estando *fora*, ou estando *na pátria*, os dois recebem o atributo de *alemão*.

Ao terem o mesmo atributo, o autor do texto coloca os dois grupos de sujeitos como sendo responsáveis por atingirem o mesmo objetivo, que fica manifestado no enunciado *interesse do comércio alemão e da venda de seus produtos*. O imigrante continua, assim, de acordo com os gestos de interpretação feitos por um alemão, ocupando o LI definido a partir do atributo *alemão*, e atuando em interesse da Alemanha. A maneira pela qual aqueles que ocupam o LI definido pelo atributo *alemão*, e que estão *fora (da Alemanha)*, ou seja, no Brasil, devem atuar para atingir o objetivo proposto é fornecido pelo enunciado *que o patrimônio alemão daqui (do Brasil) seja fortalecido*. Esse enunciado indica que o atributo *alemão*, segundo a perspectiva do autor do texto, além de definir os sujeitos que vivem no Brasil, também estende-se às suas propriedades. Essa colocação dá indícios não só sobre o LI que o grupo de sujeitos se atribuíam, mas também dá indícios a respeito de uma questão que trata de uma concepção de Estado, pois o que é pressuposto é que o atributo que define o proprietário das terras também irá definir as próprias terras.

O Brasil, o brasileiro, e seus interesses, são silenciados nesse processo; o que importa é o interesse alemão. Seja o do alemão que está no Brasil, seja o do alemão que está na Alemanha: todos estão trabalhando em nome de apenas um. Não há diferenças. O Brasil é apenas um lugar, para o qual, devido à *falta de perspectivas no país empobrecido a emigração para além-mar é necessária*, ou seja, é um lugar para o qual os sujeitos se dirigem com uma perspectiva utilitarista.

A rica colônia há séculos só tem sido objeto de exploração é o que se encontra no jornal datado de 1889 a respeito do relacionamento Brasil-Portugal. Nesse enunciado, o Brasil ocupa o LI daquele que tem valor utilitário, e o jornalista alemão na época expõe esse LI, ocupando a posição daquele que critica os portugueses ao *explorarem* o país. O Brasil é definido pelo atributo *rica*, e pelo segmento *objeto de exploração*. A posição do jornalista alemão, crítica perante a relação Portugal-Brasil, fica evidenciada pela utilização do advérbio *só*.

Ocupar o LI daquele que é objeto de exploração é uma das características, como comentado anteriormente, do discurso colonialista. Esse discurso marcou o LI do Brasil, e o que o texto de 1920 demonstra, é que ele é passível de retornar, ele é passível de ressoar interdiscursivamente em outros discursos, de maneira a apontar para o mesmo LI para o Brasil. O LI do país é definido a partir de atributos, ressonâncias interdiscursivas de significação de "colônia". A mudança ocorre na figura daquele que irá se beneficiar desse LI. Enquanto no primeiro texto, que discorre sobre a proclamação da república, o LI de colonizador, daquele que explora em benefício próprio, é atribuído pelos alemães aos portugueses, no segundo texto, que discorre sobre a vinda de imigrantes alemães para o Brasil, ele cabe aos alemães. Da mesma maneira que os portugueses estavam trabalhando em função de seus interesses ao *explorarem* o Brasil, os alemães *em interesse do comércio alemão* deveriam fortalecer *o patrimônio alemão daqui*. Enquanto no caso Brasil-Portugal a relação de colônia-metrópole era institucionalizada, no caso Brasil-Alemanha não havia essa relação institucional, mas, como os documentos o mostram, ela existia "de fato", se considerarmos o seu caráter comercial. A imigração alemã deu-se devido a interesses alemães, porque ela *era necessária* para aquele país. Os imigrantes, portanto, não vieram na condição daquele que imigra, muda de país, o seu LI era o de quem vem *fortalecer o patrimônio alemão*.

A estabilização de efeitos de sentido e o deslocamento provocado pelo nazismo.

Segundo dados de Oberacker (1979), até o início da II Guerra Mundial, havia registro de cerca de 300.000 alemães que tinham entrado no país. Essa era, segundo R. Gambini, a maior população alemã fora das fronteiras daquele país na época. Esse dado ilustra a importância do Brasil para a Alemanha, marcada principalmente, conforme vimos acima, por um interesse comercial: a vinda de imigrantes alemães foi incentivada pelo lado alemão, para o *fortalecimento do patrimônio alemão*.

E é justamente no aspecto que diz respeito à relação dos alemães para com o que definem pelo atributo *nosso*, ou seja, igreja, escolas, língua, pátria, povo, que fica estabilizada no seu discurso uma das questões mais fortes da propaganda nazista, que é o conceito de raça, e de união de um grupo de sujeitos em função desse conceito. O nazismo se apoiou em uma perspectiva que partia de dois pressupostos básicos, segundo E. Cassirer (1976): o culto ao herói e o culto à raça ariana. Em períodos anteriores à ascensão do nazismo, conforme afirmativa de N. Elias (1939), já apresentada aqui anteriormente, a discussão que envolvia todos os alemães, e que os unia em torno de um LI marcadamente diferente das demais nações européias, foi a maneira pela qual identificavam seu LI com o conceito de *Kultur*, que julgavam próprio à Alemanha e aos alemães. A existência, assim, de discussões anteriores, de constituição de sujeitos em torno de um efeito de verdade, segundo o qual havia especificidades próprias aos alemães, especificidades que os diferenciavam dos demais, permitiria que discursos que propunham a superioridade daquilo que denominavam sua raça em relação às outras ploriferassem. Em termos de Europa, uma das consequências mais trágicas da questão que envolve a supremacia da raça foi a xenofobia exacerbada, que redundou em perseguições e extermínios de diversos grupos que viviam na Alemanha, nos países anexados (Áustria e Tchecoslováquia), e nos países conquistados na época.

O culto à raça ariana provocou diversos problemas no Brasil também. Havia, conforme comentado anteriormente, um grande número de alemães, vindos para o país em decorrência da grave crise econômica enfrentada pela Alemanha após a I Guerra Mundial, e seus descendentes que viviam no país. Conforme vimos no exemplo 16, os gestos de interpretação que orientaram a vinda desses últimos alemães ao país produziam o efeito de sentido segundo o qual o objetivo era trabalhar em prol da Alemanha. Havia, assim, uma continuidade no grupo, que se articulava em torno de uma pretensa superioridade, e atuava de maneira a garantir a estabilização dessa superioridade. No exemplo a seguir, ainda extraído da revista de 1920, veremos a maneira pela qual o conceito de *Kultur* se articula com os atributos com os quais os alemães se definem, de maneira a estabilizar os efeitos de sentido que os diferenciam dos demais europeus, e estabilizar também os atributos que servem de pressuposto para essa diferenciação:

Exemplo 17:

a aparência física dos alemães nascidos no Brasil, sua forte reprodução, seu padrão econômico, seu nível cultural, dão à nossa raça a melhor qualificação entre todos os imigrantes, mas também dão motivos para que os nossos inimigos sempre voltem a escrever na imprensa sobre o "Perigo Alemão". (LA, 1920)¹¹

O LI do alemão aqui fica definido a partir dos atributos *forte reprodução, padrão econômico, nível cultural*, que levam o autor a concluir que *dão à nossa raça a melhor qualificação entre os imigrantes*. O LI do alemão no discurso do autor do texto, dada essa conclusão, é o de raça que possui atributos que lhe dão uma posição privilegiada quando em oposição a outros grupos que imigraram para o Brasil. Nota-se que, em 1920, a questão da *Kultur*, segundo a concepção que os

¹¹*Das physische Aussehen dieser deutschbürtigen Brasilianer, ihre starke Vermehrung, ihr durchschnittlicher Wohlstand und ihr kulturelles Niveau stellen unserem Stamm das beste Zeugnis unter allen Einwanderern aus, geben aber gleichzeitig Veranlassung zu der sagenhaften "Deutschen Gefahr", die in der Presse immer wieder von unseren Feinden vorgebracht.*

alemães lhe davam (cf. N. Elias, 1939), é um argumento forte que o autor do texto usou a favor da diferenciação dos imigrantes alemães e seus descendentes em relação aos outros. E esse argumento é utilizado, na perspectiva do autor do texto, como justificativa para que se falasse a respeito do *perigo alemão*.

O autor do texto coloca os alemães, em seu discurso, em uma posição diferenciada em relação aos outros imigrantes no Brasil. O LI que é atribuído é o do imigrante, mas daquele que é diferente, daquele que ocupa um lugar de destaque dentre os outros imigrantes. O argumento segundo o qual o alemão ocupa um LI de destaque em relação aos demais europeus está estabilizado no discurso dos alemães, porque ele vinha sendo discutido na Alemanha desde há muito tempo (N. Elias, 1939), de tal maneira que a argumentação do autor do exemplo acima promove ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos que apontam para um LI que os alemães já ocupavam em sua memória histórica. No contexto brasileiro de imigração, o anseio por uma diferenciação, que se nota tanto no texto do exemplo 17, como no texto do exemplo 16, demonstra que o LI que o alemão se aloca é o daquele que é estrangeiro, aquele que é diferente, aquele que se destaca entre os outros imigrantes, e aquele que atua em favor de sua pátria, ou seja, a Alemanha. A consequência desse LI é a manutenção do status de estrangeiro para os alemães em seu próprio discurso. Eles são estrangeiros dentro do Brasil, porque eles falam no país a partir do LI definido pelo atributo *alemão*, e, além disso, consideram *igrejas, escolas, patrimônio alemão*. Nota-se que esse texto de 1920 apresenta sinais de que, para os alemães, o que está em jogo, além da manutenção do LI definido pelo atributo *alemão*, também é uma concepção de Estado.

No discurso dos brasileiros, como o demonstra o exemplo 15, também há indícios de que esses dois aspectos estão em discussão, pois a questão da definição do atributo *brasileiro* para os filhos dos imigrantes, e a questão do ensino do português nas escolas dos *núcleos coloniais*, foram destacadas por O. Bilac. O atributo estrangeiro é utilizado, conforme visto anteriormente, para

fazer referência aos alemães e seus descendentes no Brasil. Portanto, o LI de estrangeiro em relação ao Brasil, expresso pelos alemães em seu discurso promoveu efeitos de sentido tais que esse LI é reconhecido e incorporado no discurso brasileiro ao se referir aos alemães. Os alemães se alocam o LI de estrangeiro, e esse LI ressoa interdiscursivamente no discurso dos brasileiros também, de tal maneira que há, por um lado, os colonizadores, por outro os imigrantes. Distinguindo-se tanto dos colonizadores, como dos imigrantes, como dos brasileiros, há o grupo dos alemães, ocupando o LI de estrangeiros. Estrangeiros que almejam ocupar um LI diferenciado, um LI segundo o qual trabalham pela Alemanha, e segundo seus gestos de interpretação, as suas propriedades seriam alemãs também.

A história das relações de contato entre Alemanha e Brasil durante a II Guerra Mundial foi um momento no qual os efeitos de sentido decorrentes da discussão em torno da concepção de Estado, em jogo desde a I Guerra Mundial, foram topicalizados novamente, de maneira a ressoar interdiscursivamente atributos que já vinham definindo LIs. Essa topicalização, ou seja, fala-se explicitamente a nível de governo a respeito de ingerência de um Estado no outro, acentua a incompatibilidade de sustentação de dois gestos de interpretação para o mesmo fato.

O período de paz que sucedeu o término da I Guerra Mundial é marcado pelos rastros dessa guerra, perceptíveis nas relações de contato entre brasileiros e alemães. Na análise dos dados feita anteriormente procuramos demonstrar que uma das propostas que sucederam a crise na qual a Alemanha se envolveu após ter sido derrotada na I Guerra Mundial, foi a de incentivar o fortalecimento da imigração alemã para o Brasil, que ficou caracterizado no discurso alemão, como sendo motivada pelo *empobrecimento* da Alemanha (cf. exemplo 16). E, mais importante em termos de relação de contato, é o fato de que o objetivo da imigração era promover o fortalecimento econômico da Alemanha, o que caracterizava o comprometimento do imigrante com a Alemanha, e não com o Brasil.

Os atributos que, no discurso alemão apontavam para a manutenção do LI daqueles que imigravam para o Brasil como sendo definidos por *alemão*, e aqueles que envolveram a

concepção de Estado, ressoaram interdiscursivamente durante a vigência do nazismo com muita intensidade. Essas ressonâncias interdiscursivas de significação ocorrem nos discursos tanto dos imigrantes alemães e seus descendentes que aderiram ao nazismo, como daqueles que, no Brasil, se opunham ao nazismo. M. D. B. de Magalhães (1993) apresenta documentos oriundos dos dois grupos, e relata que ocorriam hostilidades entre eles, inclusive agressões físicas. O primeiro grupo era composto por sujeitos que tinham a firme convicção de que a vitória da Alemanha nazista iria lhes trazer o poder no Brasil. O segundo grupo era composto por sujeitos que haviam fugido da Alemanha devido ao nazismo, ou que haviam imigrado durante a crise pós-I Guerra e não concordavam com o nazismo. Esse grupo sofria perseguição política e econômica dos sujeitos identificados com o nazismo.

Essas perseguições foram possíveis no Brasil também, e não apenas na Alemanha, porque foi montada no país, segundo M. D. B. de Magalhães (1993), uma organização, que atuava, em conjunto com o Consulado Alemão, nas entidades culturais, recreativas e desportivas teuto-brasileiras e na imprensa de língua alemã. Essa organização, e os Consulados Alemães, veiculavam material de propaganda nazista aos alemães e a seus descendentes, além de organizar festividades culturais e de financiar viagens à Alemanha dos jovens que pertenciam ao *Círculo Juvenil Teuto-Brasileiro*. Essa organização também tinha, segundo a autora, a função de exercer controle sobre os alemães e seus descendentes. Tal controle é mencionado em uma carta escrita pelos alemães e descendentes que não faziam parte do partido nazista no Brasil: *O NSDAP soube organizar uma tal espionagem aqui, que a liberdade de opinião deixou de existir, como na Alemanha...* (em M.D.B.de Magalhães, 1993:15).

Organizar eventos, controlar sujeitos, manter um partido, são direitos que o governo nazista alemão se alocou aqui no Brasil. Atribuir-se o LI daquele que veicula propaganda política, daquele que mantém um partido político, daquele que controla cidadãos, é atribuir-se o LI daquele que está em seu próprio país. A discussão em torno de uma concepção de Estado, que já permeou o relacionamento Brasil-Alemanha durante a I Guerra Mundial, retorna, durante a

vigência do nazismo, acrescido do componente institucional por parte da Alemanha, já que era o governo nazista que, diretamente, apoiava essas ações. Um dos fatores que possibilitaram o exercício desse poder por parte do governo alemão no Brasil foi a questão da raça ariana, que envolveu sujeitos não integrados ao país, sujeitos que já se alocavam um LI no qual se distinguiam dos demais habitantes do Brasil. Esses sujeitos, já comprometidos ideologicamente com a aspiração a um LI privilegiado, constituíram em um terreno fértil para a incorporação da noção de superioridade.

A concepção de Estado entrou em discussão entre os dois países pois, institucionalmente, na Alemanha, considerava-se a nacionalidade relacionada à origem genética, e foi a partir desse pressuposto que constituiu-se uma raça ariana fora das fronteiras geográficas da Alemanha. Havia, no Brasil, dois grupos de sujeitos, segundo distinção feita pelo governo nazista: um grupo era denominado *Volksdeutsche*, e o segundo, *Reichsdeutsche*. Do primeiro grupo faziam parte os descendentes de alemães nascidos no Brasil, e do segundo grupo faziam parte os alemães nascidos na Alemanha. (cf. R.A.S. Seitenfuss 1985). A organização desses dois grupos por meio de dois atributos *Volks* e *Reichs* para designarem *Deutsche* encampou os filhos nascidos no Brasil de colonos e de imigrantes sob a bandeira alemã. A única diferença entre os dois grupos era definida pela época em que teriam saído da Alemanha: se durante o III Reich ou antes disso. Com esse gesto de interpretação, o governo alemão se alocou o LI daquele que exerce poder institucional sobre um grupo de sujeitos.

Considerando que a legislação brasileira, por outro lado, define como brasileiro, *todo indivíduo que nasce no território nacional, caso não faça um ato positivo contrário* (R.A.S. Seitenfuss 1985), havia um grupo de sujeitos residentes no Brasil, cujos LIs (ser brasileiro ou ser alemão) eram definidos de maneira diferente pela legislação dos dois países. Essa diferença tornou-se um incidente diplomático principalmente quando, a partir de maio de 1935, o governo nazista estabeleceu uma lei segundo a qual todo cidadão alemão, independentemente do país onde

estivesse morando, seria obrigado a prestar serviço militar na Alemanha. As discussões entre os diplomatas dos dois países a respeito da questão suscitada por essa lei indica que, pelo lado alemão, há um esforço muito grande no sentido de garantir que imigrantes e seus descendentes, residentes no Brasil, continuassem a falar a partir do LI de um sujeito que tivesse a nacionalidade alemã.

Nota-se que os pressupostos que norteiam as duas legislações são incompatíveis. Enquanto a legislação alemã promove a sua definição a partir do conceito de origem genética, que permite que a questão relacionada à raça ariana encontre sua sustentação, a legislação brasileira parte do pressuposto ligado ao território de nascimento. Evidentemente, a incompatibilidade entre esses dois conceitos, considerando que um deles está fortemente ligado ao conceito de *raça*, marcado como básico pelo nazismo e em torno do qual sua propaganda se sustentava (cf. E. Cassirer, 1976), levou a incidentes diplomáticos. Esses incidentes foram marcados pela tentativa de, pelo lado alemão, garantir *o prestígio e a preservação da comunidade germânica do Brasil* (Documentos da política alemã, apud J. W. F. Dulles 1967:193), e, pelo lado brasileiro, de *chamar para si o direito de dirigir a orientação política dos cidadãos do seu país para as suas necessidades e as da sua concepção de estado* (Oswaldo Aranha a Karl Ritter, embaixador alemão no Brasil, apud R.A.S.Seitenfuss 1985: 444).

No documento alemão, o SN é composto pelo nome *comunidade* e pelo atributo *germânica*, e se opõem, no documento brasileiro, ao SN *cidadãos do seu (Brasil) país*. Nota-se que há uma mudança no discurso alemão, pois não se fala em colônias, e nem em imigrantes: fala-se em termos de *comunidade germânica*. Essa modificação indica que o ato de saída da Alemanha feito pelos sujeitos que compõem a referida *comunidade* não implicou em uma nova perspectiva atribuída, no discurso institucional alemão, a esses sujeitos em relação à Alemanha. A estabilização do atributo *germânico*, que tem um *prestígio a ser preservado*, demonstra que, no discurso do alemão, ele coloca os imigrantes e seus descendentes como estrangeiros no Brasil. O

LI de estrangeiro no Brasil, e a opção pela nacionalidade alemã, no entanto, não fazem parte apenas do discurso institucional alemão, mas também fazem parte do discurso daqueles que estão no Brasil, como o ilustra a carta escrita por um sujeito, membro da referida comunidade, apresentada no exemplo abaixo:

Exemplo 18:

Este é o terceiro natal de guerra em nossa pátria ... Que formidáveis vitórias o nosso exército obteve no corrente ano. Somos insaciáveis em ouvir as notícias do rádio - e especialmente quando fala o Führer. Ninguém se lembra de fome ou sede, todos escutavam com devoção as palavras desse homem. Já aconteceu que depois de um discurso do Führer, irradiado ao meio-dia, os homens trabalharam até após a meia-noite. Assim todos fazem o que podem pela pátria. (carta de uma descendente de imigrantes alemães, cidadã brasileira, a uma amiga na Alemanha. Segmento extraído de M. D. B. de Magalhães, 1993. Tradução para o português de M.D.B. de Magalhães.).

O segmento acima apresenta dois SNs compostos pelo pronome possessivo da 1. pessoa do plural: *nosso exército* e *nossa pátria*. Esses dois sintagmas referem-se à Alemanha, o exército é o alemão, e a pátria é a Alemanha. Esses dois SNs indicam que a autora da carta ocupa, em relação à Alemanha, o mesmo LI do destinatário da carta: a pátria e o exército são *nossos*, isto é, da autora e da destinatária. Além se alocar o mesmo LI dos alemães, a autora da carta também faz ressoar, em seu discurso, a questão da *devoção*, que faz parte da estratégia nazista de culto ao herói, e apresenta como argumento que ilustra essa devoção o ato de *trabalhar* em favor da *pátria*, que, como vimos, no texto acima, é a Alemanha.

A autora do texto apresenta um grupo de sujeitos residentes no Brasil que consideravam a Alemanha sua pátria, e trabalhavam por ela, dispensando o básico, ou seja, dispendo-se a sentir

fome e sede por ela. Esse nacionalismo exacerbado foi constituído pelo discurso nazista, mas, conforme vimos no exemplo 16, já em 1920 os alemães e seus descendentes se colocavam, no Brasil, ocupando o LI daqueles que trabalham no Brasil em prol do fortalecimento da Alemanha. Ocupar o LI de estrangeiros no Brasil não é fruto, assim, de uma propaganda nazista, mas resultado da estabilização de efeitos de sentido que vinham constituindo sujeitos ao longo da história da imigração de alemães para o Brasil.

A reação brasileira à orientação ideológica dos "estrangeiros".

A discussão entre o governo brasileiro e o governo alemão em torno do grupo que havia se filiado ao partido nazista no Brasil, ou seguia a sua orientação, se deu a nível institucional. Segundo gestos de interpretação brasileiros, a existência de um partido político alemão no Brasil, o recrutamento de brasileiros para servirem ao exército alemão, representavam uma ameaça ao Estado brasileiro. Em seu diário, Getúlio Vargas escreve, a 25 de fevereiro de 1938, a respeito de uma conversa com o embaixador alemão, Karl Ritter:

Exemplo 19:

A palestra com o embaixador alemão revestiu-se de certa gravidade. Vinha reclamar contra as medidas tomadas por algumas autoridades estaduais contra o funcionamento do Partido Nazista no Brasil. Disse-me que esse partido não poderia ser comparado a outro porque era a própria Alemanha oficial, e que o governo alemão - Hitler - defendia os alemães fora de seu território. (...) Respondi-lhe que não podia disfarçar a delicadeza do assunto, que a Alemanha era uma nação poderosa perante a qual o Brasil era um país mais fraco, mas que por isso mesmo a nossa suscetibilidade nacional era maior: que nós éramos uma nação soberana, não éramos colônia de ninguém, e que nada poderíamos aceitar que tivesse um caráter de imposição. Éramos, além disso, um país de imigração, e não poderíamos fazer a eles concessões que pudessem ser

invocadas por outras colônias estrangeiras, com direito a idênticas reclamações. Finalmente, que a nossa questão não era a existência de alemães filiados ao Partido Nazista no Brasil, mas à forma que eles exerciam sua atividade. (Diários, vol 2:111).

O segmento acima indica que o embaixador alemão se dirigira a Getúlio Vargas invocando prerrogativas diferenciadas ao Partido Nazista: *esse partido não poderia ser comparado a outro*. As justificativas que sustentam esse enunciado são apresentadas por Getúlio Vargas, mas o que chama a atenção é o fato de que o ato de invocar prerrogativas diferenciadas remete novamente à questão discutida aqui anteriormente, que é a da Alemanha se alocar um LI destacado em relação à demais nações. O alemão faz gestos de interpretação que ressoam interdiscursivamente os efeitos de sentido segundo os quais eles ocupam um LI de destaque, exemplo 19, de melhor qualificação, exemplo 17, ou seja, o LI que o alemão se advoga em seu próprio discurso é sempre diferenciado.

A esse destaque exigido pelo governo alemão é feito um gesto de interpretação por Getúlio Vargas que produz o efeito de sentido explicitado no enunciado *eramos uma nação soberana, não éramos colônia de ninguém*. Ou seja, Getúlio Vargas define aqui um LI para o Brasil. A necessidade de reafirmar a soberania brasileira, advém do fato de senti-la questionada pelo governo alemão: a questão girava, assim, em torno da concepção de Estado brasileiro. Não há compatibilidade entre a existência de uma comunidade germânica, tal qual o governo alemão o propõe, com a concepção de Estado do governo brasileiro. É essa incompatibilidade que fica evidente com o decreto-lei nº 383, assinado a 18 de abril de 1938 por Getúlio Vargas, e publicado a 6 de maio de 1938 no Diário Oficial:

Esse decreto-lei refere-se a *brasileiros natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros e estrangeiros residentes no país*. Como o maior problema, segundo o governo brasileiro, vinha da Alemanha, com esse decreto-lei

Exemplo 20:

os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário, não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país, nem organizar, criar ou manter sociedades, fundações, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem (apud E. Carone 1976:164).

A importância desse decreto deve-se ao fato de, ao definir-se o que é vedado ao estrangeiro, no caso o alemão, define-se também o campo de ação do sujeito que tem o atributo de ser brasileiro. Com essa definição, o LI de cada um é constituído institucionalmente. O estabelecimento desse LI provocou reações pelo lado alemão, que, na voz de seu embaixador Karl Ritter, protesta contra *a agressão que sofrem as organizações alemãs* (apud R.A.S. Seitenfuss 1985:183).

Esses confrontos diplomáticos apontam para o fato de que o LI do alemão sofreu deslocamentos a nível institucional causados pelos gestos de interpretação decorrentes do conceito de *raça germânica*. Os efeitos de sentido decorrentes desse conceito, atribuídos pelos alemães para pessoas residentes no Brasil, estabeleceram LIs, que não foram aceitos pelo governo do país. O gesto de interpretação dado pelo governo brasileiro a esse LI pode ser resumido pelo enunciado de Oswaldo Aranha, que, em carta ao embaixador Ritter a respeito do decreto 383, afirma que

Exemplo 21:

reconhecer a Governo algum o direito de, ao lado de sua representação diplomática e consular, manter em território brasileiro órgãos da sua administração incumbidos de qualquer atividade

de natureza política (...) seria como que permitir a existência de um Estado estrangeiro dentro do Estado nacional (apud Seitenfuss 1976: 445).

Permitir a existência de grupos, comunidades, organizações que ocupariam o LI definido a partir do atributo *alemão* seria garantir que continuassem ressoando interdiscursivamente atributos para sujeitos que, ao falarem a partir desse LI, defenderiam interesses daquele país, promovendo um silenciamento dos interesses brasileiros. Com o silenciamento dos interesses brasileiros, do governo brasileiro, das instituições brasileiras, o governo alemão abriria espaço para a existência de um Estado alemão em território brasileiro. O LI diferenciado, o LI de superioridade pregado pelo governo nazista, estariam permitindo, segundo gestos de interpretação do governo brasileiro, que, sem intervenção militar, a Alemanha tivesse poder institucional sobre uma região brasileira.

A resposta do embaixador brasileiro apresenta a ressonância interdiscursiva de significação dos SNs *organização alemã e comunidade germânica* na forma *Estado estrangeiro*. Porque essas organizações e comunidades exerciam *atividades de natureza política*. Portanto, o que estava em jogo no momento em que se fixava o LI de uns e outros, segundo o governo brasileiro, era a própria concepção de Estado. Nesse sentido, não haveria a possibilidade de que sujeitos, residentes no Brasil, *natos ou naturalizados, fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário*, falassem a partir de outro LI que não fosse o definido pelo atributo *brasileiro*, e que atendessem a interesses de outra nação que não fosse a brasileira.

No entanto, apesar do decreto-lei, as atividades do governo nazista continuaram no Brasil por meio de organizações, como, por exemplo, a Sociedade Paranaense de Colonização, conhecida em Berlim como *Sociedade de Colonização no Exterior*¹², e que encaminhava circulares secretamente aos sujeitos que definia pelo atributo *alemão*, como a seguinte: *Os colonos alemães devem ser sempre gratos ao Führer Hitler. No Paraná, como nos outros estados do sul, o*

¹²*Gesellschaft für Siedlung im Ausland*

*programa do NSDAP deve ser desenvolvido, a fim de neutralizar os desejos dos norte-americanos*¹³ (documento redigido por Finmann, representante da referida Sociedade no Brasil, expulso em 1939 do país, apud M.D.B. de Magalhães 1993:7).

O SN *os colonos alemães*, no texto acima, está posicionado em relação ao *Führer Hitler*. Falam a partir do LI composto pelo grupo de *colonos alemães*, para o governo nazista, tanto os imigrantes alemães, como os descendentes de imigrantes alemães nascidos no Brasil. Todos eles são conclamados a ocupar o LI do sujeito que *deve ser sempre grato ao Führer Hitler*, que continua presente, apesar do decreto-lei 383, por meio da difusão do *programa do NSDAP*, conforme apresentado no texto acima, por transmissões radiofônicas de seus discursos, ou pela imprensa escrita.

Durante o governo Vargas, e antes da eclosão da II Guerra Mundial, a ressonância interdiscursiva de significação dos atributos que conferem o LI de país a ser explorado comercialmente e de país explorador ao Brasil e Alemanha, respectivamente, sofre um ligeiro deslocamento. Enquanto o texto de 1920 aponta para o fato de que o aspecto econômico era o foco principal, na medida em que a *colonização/imigração* se daria em *interesse do comércio alemão e da venda de seus produtos*, durante o Estado Novo, o governo nazista não deixou de privilegiar o aspecto econômico, mas passou a dar realce também à formação política daqueles que considerava *alemães*, por meio da existência de filiados, no Brasil, ao partido nazista alemão. Foi contra essa formação política que o governo de Getúlio Vargas se posicionou, pois, paralelamente às disputas diplomáticas, o comércio com a Alemanha não só continuava, como também estava em franca ascensão (cf. E. Carone 1976).

A Declaração de Guerra

¹³Não tivemos acesso ao documento em alemão, em sua forma original.

A década de 30 assistiu ao nascimento e ao fortalecimento do nazismo na Alemanha, e ao início da II Guerra Mundial. Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha, e no dia 26 de agosto do mesmo ano essa declaração foi publicada na imprensa alemã:

Exemplo 22:

*Entre a Alemanha e o Brasil não houve interesses antagônicos, muito pelo contrário, apenas relações cordiais e de amizade, principalmente no campo econômico. A piora das relações deve-se à iniciativa brasileira, sob pressão brutal dos EEUU.*¹⁴ (MNN, 26/08/42)

No texto acima, os nomes Brasil e Alemanha vêm acompanhados de atributos que definem, de acordo com o gesto de interpretação alemão, o tipo de relações que mantiveram antes da declaração de guerra. Esses atributos são *cordiais e de amizade*, e vêm acompanhados ainda de um enunciado que realça a importância do relacionamento econômico. Por outro lado, a explicação para a declaração de guerra por parte do Brasil apresenta, tal qual foi feito durante a I Guerra Mundial, o país como atuando em nome de outro, ou seja, os EEUU. Esse gesto de interpretação estabiliza um efeito de sentido segundo o qual a Alemanha (novamente) ocupa o LI daquele que é vítima de atos de terceiros, e o Brasil atua em nome de terceiros. Ao alocar ao Brasil o LI daquele que atua em nome de terceiros, fica salientado o LI que lhe atribui o alemão: o Brasil atua para fazer com que o discurso dos EEUU, tenha lugar.

Nota-se que os gestos de interpretação feitos por ocasião da entrada do Brasil na II Guerra Mundial ressoam interdiscursivamente os efeitos de sentido produzidos pelos alemães ao explicarem a declaração de guerra feita pelo Brasil à Alemanha por ocasião da I Guerra Mundial

¹⁴ *Zwischen Deutschland und Brasilien hat es keinerlei Interessengegensätze, sondern im Gegenteil nur hertzliche und freundschaftliche Beziehungen, vor allem auf wirtschaftlichen Gebiete gegeben. Die Verschlechterung der Beziehung wurde ausschliesslich von brasilianischer Seite herbeigeführt, und zwar unter dem brutalen Druck der Vereinten Staaten.* ¹⁴ (MNN).

(cf. Exemplo 13). Essa ressonância interdiscursiva de significação aloca aos dois países, tanto ao Brasil, como à Alemanha o mesmo LI que lhes foi destinado no discurso alemão por ocasião da I Guerra Mundial, ou seja, ao Brasil o LI de responsável pelo conflito, daquele que está atuando em nome dos EEUU, e à Alemanha o LI de vítima.

As relações cordiais e de amizade durante o nazismo

Ao definir as relações entre Brasil e Alemanha pelos atributos *cordiais* e de *amizade*, e acrescentar que esses atributos fazem referência principalmente à relação econômica, o governo nazista, por meio do jornal, produz efeitos de sentido a respeito do período de 32 a 42, aproximadamente. Conforme discutido anteriormente, ocorreram incidentes diplomáticos entre os dois países, devido à concepção de estado com a qual estavam trabalhando (cf. Exemplos 19, 20 e 21), mas, paralelamente, o comércio estava em pleno desenvolvimento. Foi resultado da expansão do comércio entre Brasil e Alemanha a entrada no Brasil da companhia de aviação Condor, das indústrias farmacêuticas Bayer e Shering, da empresa de materiais elétricos Siemens-Schuckert e A.E.G., da importadora de materiais pesados e exportadora de café Theodor Willie, dos Bancos Germânicos da América do Sul e Alemão Transatlântico, por exemplo. (cf. E. Carone 1976).

E. Carone também mostra dados que indicam que, entre 1933 e 1937, o comércio entre Brasil e Alemanha quadruplica, e a quantidade importada da Alemanha em 1937 foi maior do que a quantidade de produtos importados dos EEUU no período. Esse aumento deve-se à política de acordos bilaterais, segundo a qual as compras de produtos de outros países feitas pela Alemanha seriam pagas por meio de marcos bloqueados, isto é, a Alemanha pagava com uma moeda que só poderia ser gasta na própria Alemanha. Esse tipo de comércio promoveu um equilíbrio financeiro entre compra e venda pelo lado alemão, transformou o Brasil em grande supridor de matéria prima para a Alemanha, e no comprador de seus produtos industrializados (cf. W. Carr,

1969:328). Em 1938, o Brasil chegou a comprar armamentos da Alemanha, que, por sinal, nunca chegaram ao país, porque o barco brasileiro que conduzia esses armamentos foi apreendido pela marinha inglesa em 1940 (cf. E. Carone, 1976:267).

Além dos confrontos em torno de uma concepção de Estado, além do comércio, as relações de contato entre os dois países durante o governo de Vargas também foram marcadas por um alinhamento ideológico marcado pela oposição dos dois regimes ao comunismo. A assinatura de um acordo de *Cooperação entre as Polícias Brasileira e Alemã*, em dezembro de 1936, que marcou a vinda de policiais da Gestapo para atuarem no Brasil, investigando tanto brasileiros, como imigrantes alemães, dá indícios da maneira pela qual a partir da questão que envolvia o comunismo, o governo nazista ampliou suas ações no país para atingir outro grupo, que eram os judeus:

Exemplo 23:

(...) já houve no curso dos últimos meses casos de cooperação isolados e vários encontros com brasileiros que visitaram o Geheimen Staatspolizei a fim de estudar a possibilidade de uma troca de opiniões e de uma cooperação prática (...) as duas polícias se comprometem a aceitar os conselhos relativos à execução de medidas policiais contra os comunistas, anarquistas e outros elementos subversivos e - se possível - sua aplicação prática (cf. R.A.S. Seitenfuss 1985:434).

O documento inicia apresentando argumentos a favor da consolidação do referido tratado de cooperação entre as polícias dos dois países. Os argumentos são dados por dois enunciados, que fazem referência à relações de contato anteriores entre as duas instituições. Como Olga Prestes, que morreu no campo de concentração de Ravensbrück. (cf. F. Moraes, 1985) e outros militantes comunistas de origem alemã haviam sido presos e expulsos do Brasil, em meados de

1936, tanto *os casos de cooperação isolados*, como *os vários encontros* entre as duas polícias ficaram esclarecidos. É sabido que, para Getúlio Vargas, o grande inimigo a ser combatido aqui no Brasil era o comunismo. Para justificar a constituição de 1937, a 10 de novembro, por exemplo, ele afirma que *o estado de apreensão criado pela infiltração comunista, que se tornava dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente* (J.W.F. Dulles 1967:187).

No entanto, o documento acima tem um SN *outros elementos subversivos*, cujo referencial não é explicitado no texto. Sabe-se, no entanto, que uma das conseqüências desse tratado foi a viagem do chefe do Departamento Especial de Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, Miranda Correia, para Berlim, em março de 1937. Essa visita foi interessante para a Alemanha, segundo depoimento do conselheiro da embaixada alemã no Brasil, Robert Lehr, que também era representante da firma Zeiss no Brasil, porque *ele pode ser muito útil na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil* (R.A.S. Seitenfuss 1985:89).

A assinatura do acordo de cooperação entre a Gestapo e a polícia brasileira, comandada por Filinto Müller, ocorreu no final de 1936. No início de 1936 Luís Carlos Prestes, Olga Prestes e a grande maioria dos comunistas da época já estavam presos (cf. Moraes, 1985). Esse acordo de cooperação entre as polícias dos dois países levou a atividades conjuntas no Brasil, e a ida de um brasileiro para a Alemanha se deu em caráter de treinamento, de acordo com um dos objetivos do acordo. Mas havia outras questões que o contrato de cooperação incluía, cuja existência era expressa pelo SN *outros elementos subversivos*. Essas outras questões se apresentam no enunciado da correspondência particular por meio do SV *combate à infiltração judaica no Brasil*. Como o discurso nazista havia alocado o LI de inimigos aos judeus, a questão gira em torno de quem estava cooperando com quem, e de quais interesses estariam sendo preservados com a assinatura desse acordo, porque no que diz respeito ao comunismo, o governo brasileiro recusa, em maio de 1937, um convite para participar do Bureau Anti-Komintern, alegando que

combateria o comunismo dentro de suas próprias fronteiras. (cf. R.A.S. Seitenfuss). O combate à *infiltração judaica no Brasil* era de interesse dos alemães.

Ao brasileiro, Miranda Correia, representado pelo pronome *ele*, é destinado o atributo de que pode ser *útil* para o combate à infiltração judaica no Brasil. Ser *útil* não produz um efeito de vibração semântica mútuo com *cordial e amizade*, o que implica dizer que não há ressonância interdiscursiva de significação entre os dois atributos. No plano de cooperação entre as polícias, o atributo que define o LI destinado ao Brasil pela Alemanha é o de ser *útil*, principalmente no que diz respeito à perseguição aos judeus que, fugindo da Alemanha nazista, imigraram para o Brasil.

A ressonância interdiscursiva de significação de "superior".

Conforme já mencionado, o nazismo se apoiou em uma perspectiva que partia de dois pressupostos básicos, segundo E. Cassirer (1976): o culto ao herói e a superioridade da raça ariana perante as outras. No entanto, conforme apresentado no exemplo 17, a questão relativa à raça já surge no discurso alemão em 1920, e, de acordo com N. Elias, a preocupação com um LI de destaque já estava presente no discurso alemão durante a idade média, produzindo efeitos de sentido. Esses efeitos de sentido, estabilizados no discurso, permitiram a instauração dos efeitos de sentido segundo os quais a raça germânica seria "superior". Esta estabilização do LI definido pelo atributo "superior" no discurso alemão tornou-se, durante o nazismo institucional. O efeito de verdade que sustentava essa definição uniu sujeitos em torno do ideal de preservação do grupo, e abriu espaço para declarações de guerra, perseguições, grupos de extermínio.

Os discursos que reproduziram o efeito de sentido segundo os quais os alemães ocupavam o LI de "superior" foram divulgados pelos meios de comunicação brasileiros também. O pronunciamento de Getúlio Vargas, a 11 de julho de 1940, teve grande repercussão por tomar

como pressupostos os efeitos de sentido produzidos pelos discursos nazistas, conforme apresentaremos a seguir:

Exemplo 24:

Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. (...) A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores da desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa de seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas.

O pronunciamento acima aponta para um dos aspectos mais delicados que envolviam Getúlio Vargas, durante a vigência do Estado Novo, e a sua relação com a Alemanha, por um lado, e com

a Inglaterra e França, pelo outro. Essa questão girava em torno da forma de governo vigente nos países. Como se sabe, a 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas dissolveu a Câmara, o Senado, as Assembléias Estaduais e Municipais, assinando uma constituição, que regeria o Estado Novo. (cf. Diários 1995, vol II:83). Getúlio Vargas falava, dessa data em diante, a partir do LI de quem foi eleito sob um regime democrático, e manteve-se no poder a partir da instauração de um regime autoritário. O seu LI era o daquele que se opunha ao que denomina pelo SN *democracias políticas*, e que define, na seqüência acima pelos atributos *velhos sistemas e formas antiquadas*, que *entram em declínio, idéias mortas e ideais estéreis*, e *são meio e caminho de fortunas privadas*. Essa definição indica o LI de Getúlio Vargas no cenário político internacional. Ele denota estar alinhado com os outros governos que compartilham de sua definição de democracia, que eram os governos ditatoriais. No cenário político da época, com a II Guerra Mundial em andamento, seu alinhamento ideológico com as ditaduras colocava-o lado a lado com a Alemanha e os demais países do eixo.

O discurso de Getúlio Vargas apresenta seus gestos de interpretação para localizar o Brasil no cenário mundial. Getúlio Vargas marcou seu posicionamento perante as formas democráticas de governo, e marcou também suas expectativas perante o povo brasileiro, ao afirmar que *estamos* (o governo brasileiro) *criando indústrias, ativando a exploração de matérias-primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais. Para acelerar o ritmo dessas realizações, é necessário algum sacrifício de comodidades, a disposição viril de poupar para edificar uma nação forte. No período que atravessamos, só os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las.* "

Getúlio Vargas utiliza a primeira pessoa do plural para fazer apresentar as *realizações* do governo brasileiro, grupo do qual ele faz parte, *para edificar uma nação forte*. Esse objetivo será alcançado se houver *algum sacrifício de comodidades, a disposição viril de poupar*, sem que Getúlio Vargas apresente na oração o seu sujeito. No entanto, na oração seguinte, Getúlio Vargas

afirma que *só os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las.*

Evidentemente, ele incluía o povo brasileiro entre aqueles aos quais deu o atributo de serem *capazes de afrontar tormentas e vencê-las*, e que, portanto, capazes de *algum sacrifício* e com *disposição viril de poupar*. Mas, considerando que o SN *os povos* está no plural, há outros. O *sacrifício de comodidades*, a *disposição de poupar* são formas *de luta*, e, considerando que em 1940, há diversas outras lutas ocorrendo, já que uma Guerra na Europa está no início, o enunciado acima é ao menos ambíguo, pois Getúlio Vargas pode estar fazendo referência aos brasileiros, mas também aos alemães.

No segmento seguinte do discurso, Getúlio Vargas afirma que fazem parte do processo que a humanidade atravessa, e que a levará *a uma nova era*, os povos que recebem o atributo de serem *vigorosos, aptos à vida*. Esses povos são descritos como oriundos de *nações fortes, impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade*. Em 1940, quem se *sustentava pela convicção da própria superioridade* eram os alemães. Portanto, eram os alemães que também receberam o atributo de serem *vigorosos e aptos à vida*.

Esse discurso de Getúlio Vargas estabiliza dois efeitos de sentido produzidos pelo discurso nazista. Em primeiro lugar, a questão do alinhamento ideológico em torno da ditadura como forma ideal de governo. Em segundo lugar, ao fazer ressoar interdiscursivamente em seu discurso aspectos que remetem à superioridade de uma nação, e, ao posicionar-se favoravelmente a essa nação, Getúlio Vargas compartilha do pressuposto de que o exercício do poder deve ser feito por aqueles que ocupam esse LI. Getúlio Vargas, devido à grande repercussão desse discurso, reviu publicamente sua posição, uma semana depois. Em 1942 declarou Guerra à Alemanha e aos outros países do eixo.

O Tratado de Cooperação Nuclear

Há, de um lado, uma grande margem de silêncio - produzida pelo dominador e empunhada pelo dominado - nesse embate forte: de um lado os europeus procuram absorver as diferenças, projetando-nos como cópias malfeitas a serem passadas a limpo; enquanto do outro lado, assumindo a condição de simulacros - imagens rebeldes e avessas a qualquer representação - os brasileiros às vezes aderem, às vezes não, ao discurso das cópias (Orlandi, 1990:21).

O discurso das cópias atribui ao brasileiro um LI daquele que constantemente almeja alcançar um padrão. Em se tratando das relações de contato entre Brasil e Alemanha, esse padrão é definido pelo alemão, conforme discutido anteriormente. Com a modificação econômica da sociedade alemã, o padrão a ser seguido sofreu modificações também. Quando os habitantes do Brasil eram majoritariamente índios, e a sociedade alemã, feudal, o que era considerado padrão estava estreitamente ligado a aspectos religiosos, o que se evidencia nos enunciados que definiram os atributos para os habitantes nativos, como *rezar para o Diabo, não acreditar em Deus* ou a costumes *andar pelado*. Durante o século XIX, antes da I Guerra Mundial, o padrão era definido a partir da produção agrícola, como, por exemplo, no relatório da *colônia D. Francesca*.

Após a II Guerra Mundial, ocorre uma nova mudança no padrão a ser seguido, pois a Alemanha já com o seu parque industrial reconstruído, firmou-se como potência econômica. E, da mesma maneira que imigrantes alemães vieram para o Brasil *em interesse dos alemães aqui fora e na pátria*, no século XIX e início do século XX, após a II Guerra Mundial, principalmente a partir de meados da década de 50, indústrias multinacionais alemãs instalaram-se no país. A questão da industrialização, e do fato de a Alemanha ocupar o LI do país mais desenvolvido nesse setor,

também permeia a assinatura do Tratado de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha, conforme denominação recebida no Brasil.

Em um contexto no qual jornais alemães vinham festejando o milagre econômico brasileiro, em maio de 1975, foi fechado o acordo nuclear Brasil-Alemanha. A manchete da notícia publicada a 31 de março de 1978 em um jornal alemão, aponta os gestos de interpretação alemães a respeito do acordo:

Exemplo 25:

O negócio nuclear firmado entre Brasil-Alemanha e a não-observação dos direitos humanos são pontos de divergência no relacionamento EEUU-Brasil, disse o presidente Carter ao final de sua visita (ao Brasil).¹⁵ (SDZ)

Esse negócio, denominado pelo governo brasileiro de Tratado de Cooperação Nuclear, foi para os alemães a *maior transação econômica da época*¹⁶, segundo o jornal citado. A diferença na denominação indica diferenças nos gestos de interpretação que produzem os efeitos de sentido que definem o tratado/negócio. Pelo lado brasileiro, tratava-se de um *Tratado de Cooperação Nuclear*. O nome *cooperação* que compõe o SN indica que os efeitos de sentido produzidos pelo discurso do governo brasileiro apontam para uma relação na qual brasileiros e alemães estariam trabalhando conjuntamente, simetricamente. O SN que denomina o tratado no discurso alemão, *negócio nuclear*, aponta para o aspecto financeiro que ele envolvia. Tratava-se de um negócio, que envolvia uma quantidade fabulosa de dinheiro. Esse negócio foi tão rentável para a Alemanha, que as vozes discordantes (EEUU) não foram levadas em consideração.

¹⁵*Das deutsch-brasilianische Nukleargeschäft und die Einhaltung der Menschenrechte sind weitere Streitpunkte im Verhältnis USA-Brasilien, erklärte Präsident Carter zum Abschluss seines Besuches.*

¹⁶*Das grösste Geschäft der letzten Zeiten.*

Sendo assim, na questão do *Tratado de Cooperação Nuclear*, ou no *Negócio Nuclear*, o LI destinado a brasileiros e alemães teve pouca alteração, pois entre 1920 e 1975 a diferença estava apenas na maneira pela qual os interesses comerciais da Alemanha seriam colocados em execução. Enquanto em 1920 a vinda de imigrantes para o Brasil seria a maneira pela qual o fortalecimento econômico da Alemanha ficaria garantido, em 1975, isso se deu (também) por um *Negócio Nuclear*.

Entre 1627 e 1975, os atributos que definem brasileiros e alemães em suas relações de contato continuam a apontar para uma estabilização do LI ocupado. Os brasileiros, que em 1627 ocupam o LI definido pelo atributo *selvagem*, ou seja, estão em um LI aquém do padrão apontado como desejável no discurso do alemão, em 1975 compram, e pagam caro, a tecnologia que a Alemanha tem. Esse pagar caro implica, novamente, em ocupar um LI daquele que está aquém de um padrão. Apesar de ser identificado como *Tratado de Cooperação Nuclear* pelo governo brasileiro, estava-se pagando um preço elevadíssimo pela compra de tecnologia, cuja necessidade e adequação, por sinal, são questionadas no meio científico até a presente data.

Nota-se que vozes discordantes também são estabilizadas, pois houve questionamentos quanto à necessidade da compra dos equipamentos nucleares, sobre a sua qualidade, sobre o seu preço, da mesma maneira que houve questionamentos quanto à necessidade da vinda de operários alemães/europeus para a construção de estradas no país. O importante dessas vozes discordantes é que elas apontam para a possibilidade de que o brasileiro ocupe um outro LI, que não aquele que lhe aloca o LI de cópias, ou de incapazes.

O padrão da Alemanha

O discurso das cópias tem seu lugar na história, pois como o discurso dominante é o do alemão, é ele que ocupa o LI do que determina os padrões a serem seguidos. Essa definição de padrão

ressoa interdiscursivamente no segmento discutido abaixo pela utilização do atributo *normal* pelo técnico alemão da equipe de tênis de 1992. A notícia foi publicada em 29 de janeiro de 1992 na sessão de esportes, e os atributos utilizados para definir o Brasil retomam os LIs que vêm sendo destinados a brasileiros e alemães ao longo da história desses dois países.

Trata-se de uma notícia publicada antes de as equipes brasileira e alemã de tênis de campo se defrontarem pela semi-final da Taça Davis. O jogo seria no Rio de Janeiro. O jornal alemão enviou um correspondente para fazer a cobertura do jogo. A reportagem tem início da seguinte maneira:

Exemplo 26:

*"Michael Stich contundido, Boris Becker exausto, condições terríveis no Rio de Janeiro - na viagem de trabalho misturada com passeio, tal qual planejada a princípio, a equipe de Tênis alemã está se defrontando com uma viagem de terror com final desconhecido."*¹⁷ (SDZ)

Há aqui uma distância entre o esperado *viagem de trabalho misturada com passeio, planejada a princípio* e o encontrado *viagem de terror*. O esperado encontra-se no texto: *em 1988 em Essen houve uma vitória rápida de 5 a 0 para a equipe alemã*.¹⁸ Por esse motivo, a viagem seria de *trabalho e passeio*. Transformou-se em viagem de terror: um atleta se contundiu, e o outro estava exausto. Mas não só por isso.

O técnico da equipe declara: *aqui nada é normal*¹⁹, e esse enunciado é a conclusão do seguinte trecho:

¹⁷*Michael Stich verletzt, Boris Becker angeschlagen, widrige Bedingungen in Rio de Janiro - aus dem geplanten Davis-Cup Betriebsausflug nach Brasilien droht für die deutsche Mannschaft mehr und mehr ein Horrortrip mit unbekanntem Ausgang zu werden.*

¹⁸*1988 in Essen gab es auf schnellen Belag einen standesgemässen 5:0 Sieg für Deutschland.*

¹⁹*Hier ist nichts normal*

Exemplo 27:

*Ao lado de um Shopping Center enorme, que segue os padrões americanos, na região sul da metrópole de 7,5 milhões de habitantes, está a quadra de tênis. Mas lá, por enquanto, ainda não funciona quase nada. Quem vê as obras no terreno vazio dificilmente pode acreditar que lá deverá ocorrer o primeiro jogo já na sexta-feira pela manhã. Em torno do Centre Court, no qual foi derramada a areia vermelha, e que está em condições desoladoras, de acordo com Pilic (técnico da equipe alemã), há uma armação, cuja função é a de acomodar 7.000 assistentes. Ao lado há duas quadras de tênis, pintadas de verde, que são mais catastróficas ainda, e cheias de rachaduras. Aqui nada é normal, constatou Pilic. Também no que diz respeito ao atendimento: até mesmo por um gole de água a gente precisa brigar aqui.*²⁰

A reportagem acima estabelece gestos de interpretação a respeito do que foi encontrado no Rio de Janeiro, e que produzem efeitos de sentido sobre o Brasil. Para o técnico da equipe de tênis, para o repórter e para os leitores dessa reportagem, *Aqui (no Brasil) nada é normal* é um enunciado possível. Esse enunciado, dada a realidade descrita sobre um possível atraso nas obras, às más condições das quadras reservadas para treinos, à falta de água (...), também poderia ser algo do tipo: aqui nada *está* normal. Mas não o foi.

²⁰*Auf der am Rande eines überdimensionalen, nach amerikanischem Muster angelegten Einkaufszentrum errichteten Tennisanlage am Südpfe der 7,5 Millionen-Metropole funktioniert derzeit noch fast nichts. Wer die auf einem Acker errichtete Baustelle derzeit sieht, kann kaum glauben, dass dort schon am Freitag morgen das erste Match beginnen soll. Um den mit rotem Sand zugeschütteten Centre Court - nach Pilics Ansicht in einem Desolaten Zustand - türmt sich ein Gerüst, das rund 7000 wagemutigen Zuschauern Platz bieten soll. Nebenan stehen 2 lediglich mit grün gestrichenen Spanplatten um randeten Tennisplätze, die noch katastrophaler und mit Rissen durchsetzt sind. "Hier ist nichts normal", hat Pilic festgestellt. Auch was den Service angeht: "Sogar um jeden Schluck Wasser muss man hier kämpfen".*

Não foi, porque no Brasil, para os alemães, nada é normal desde sempre. O Brasil é o país do diferente, é o país no qual o padrão de normalidade é outro, no qual a realidade é outra. Se o padrão aceitável é o alemão, evidentemente, *aqui nada é normal*.

Aqui nada é normal é um enunciado possível devido à FD na qual se insere. Ele é resultado de um gesto de interpretação, é um efeito de sua filiação histórica. O que aparentemente é uma simples descrição não o é. O técnico da equipe e o jornalista, ao fazerem a descrição da realidade tal qual a conceberam, não estavam sendo neutros, não estavam descobrindo algo novo, interpretando o que viam a partir de um vácuo de conhecimento. Eles já estavam filiados a uma memória histórica, a um interdiscurso, que delimita o que pode ser dito em um determinado contexto. Delimitando o dizível, delimita-se o visível. O real é desconhecido, o que se conhece é o gesto de interpretação que lhe é dado, discursivamente. Comprometido historicamente.

Algumas considerações

A análise dos LIs destinados a brasileiros e alemães em suas relações de contato, feita nos dados de arquivo, apontam para a existência de atributos que produzem efeitos de vibração semântica mútua entre eles, de tal forma que ocorrem ressonâncias interdiscursivas de significação. Esses atributos foram resultados de gestos de interpretação feitos, e que constituíram a memória histórica de brasileiros e alemães a respeito de si mesmos e a respeito do LI que ocupam quando em relação de contato. Os alemães ocupam, por um lado, um LI privilegiado por estarem inseridos no discurso europeu, que foi aquele que definiu os efeitos de sentido a respeito do Brasil e brasileiro. Por outro lado, mostramos que os alemães promovem um deslocamento nesse LI, ao destinarem a si, em seu próprio discurso, um LI diferenciado em relação às demais nações européias, e mantendo esse LI diferenciado quando de sua vinda como colono/imigrante para o Brasil. O diferente deu lugar ao atributo *estrangeiro*.

Ser *estrangeiro* no Brasil, era resultado de um comprometimento constante com a Alemanha, de tal forma que o atributo *brasileiro* não foi incorporado pelos descendentes de imigrantes. Esse LI diferenciado manifesta-se com maior intensidade durante a vigência do nazismo, no qual o atributo que os definia era o de superioridade, e que promoveu discussões em torno de uma concepção de Estado. Apesar de tentativas do governo brasileiro de definir o brasileiro, textos analisados demonstram que, no discurso do decendente alemão, sua pátria é a Alemanha. O seu comprometimento ideológico não pode ser resolvido por meio de decretos.

O brasileiro, por outro lado, tem a herança da colonização, que se manifesta principalmente pelo fato de ter seus efeitos de sentido sido produzidos a partir do discurso do europeu. Uma das consequências é que o seu LI seria marcado por ser útil às nações européias. Esse utilitarismo manifestou-se na época da colonização, no período entre Guerras, durante a II Guerra Mundial, e após esta, com a vinda de indústrias alemãs para o país. Aceitar o LI daquele que é útil, acaba por conduzir ao estabelecimento de relações comerciais desvantajosas economicamente. Elas se justificam porque o brasileiro, em sua memória histórica, é marcado pelo fato de que "saber mais e melhor" são atributos que definem o LI do alemão. Suas produções, suas tecnologias são definidas pelo atributo de serem melhores, ideologicamente, historicamente.

A análise das relações de contato conversacionais entre brasileiros e alemães indicará a maneira pela qual esses aspectos ressoam nessas relações, definindo-as.

4. AS RELAÇÕES DE CONTATO CONVERSACIONAIS

Os dados relativos às relações de contato conversacionais serão analisadas partindo do pressuposto de que os sujeitos não as iniciam de um ponto neutro. Esse pressuposto deve-se ao quadro teórico que sustenta esse trabalho, segundo o qual, todo sujeito fala a partir de um LI ideologicamente definido pela história. Demonstramos, no capítulo anterior, a maneira pela qual o LI de brasileiros e alemães foi sendo constituído discursivamente ao longo de suas relações de contato, e a maneira pela qual os atributos que definiam esses LIs foram sendo estabilizados no discurso de brasileiros e alemães. A constituição dos LIs, e a sua posterior estabilização deram-se ideologicamente, alocando ao alemão um LI daquele que sabe mais, quando em relação de contato com os brasileiros, e alocando ao alemão um LI que se destaca pela sua necessidade de diferenciação.

A análise das relações de contato será feita com o objetivo de investigar a maneira pela qual os LIs constituídos historicamente se projetam nos movimentos conversacionais dos sujeitos desse trabalho, aprendizes de alemão como LE e de português como LE. Considero de fundamental importância para a Linguística Aplicada ao ensino de uma Língua Estrangeira o reconhecimento do fato de que todo sujeito é constituído pelo discurso, e que ao falar, ele faz falar a história de sua cultura, de sua sociedade, de seu país. Esse reconhecimento merece especial atenção por que os sujeitos aprendizes de uma LE estão sendo preparados para estabelecerem relações de contato com outros sujeitos, que fazem falar outra história. É no encontro dessas duas histórias que toda a questão ideológica que sempre permeou as relações de contato entre os dois países se manifesta com muita clareza. A análise das relações de contato conversacionais demonstra que os sujeitos ocupam LIs já definidos: seus movimentos não são novos, por que eles ressoam em seu discurso outros discursos, anteriores, que os definiram.

A partir da análise dos dados obtidos em relações de contato conversacionais entre brasileiros e alemães, observo a maneira pela qual, ao falarem, eles ressoam interdiscursivamente atributos que definiram seus LIs, estabilizando uma ideologia que vem permeando sua história como sujeito representante de um grupo. A problematização da questão ideológica que define os sujeitos é uma das maneiras pela qual pretendemos rediscutir, dentro da LA, a preparação de sujeitos para atuarem em LE.

Os dados das relações de contato conversacionais continuarão sendo analisados a partir de enunciados do tipo analisado nos dados de arquivo, ou seja, SN é X, e demonstraremos que a constituição histórica dos sujeitos leva-os a ocuparem os LIs definidos por esses enunciados. Ou seja, os enunciados SN é X ressoam interdiscursivamente na tomada de posição do sujeito, de maneira que seu falar se produz na estabilização de efeitos de sentido constituídos em outras instâncias, em outros períodos, por outros sujeitos.

Informações sobre as gravações

Foram feitas sete gravações, envolvendo brasileiros e alemães. Os primeiros eram estudantes de cursos de graduação da Unicamp, frequentando o 4º semestre do curso de alemão como LE, com carga horária de quatro horas semanais. Os segundos eram estudantes de universidades alemãs, que estavam no Brasil há três meses como estagiários, requisito necessário para obterem seu diploma de graduação na Alemanha. Eles eram alunos de português como LE, e sua carga horária era de 8 horas semanais. Os alemães, uma vez que estavam no Brasil, já tinham tido contatos com brasileiros, e tinham ouvido falar a respeito de Brasil antes mesmo de virem para cá. Por seu lado, os estudantes brasileiros, embora nunca tivessem viajado para a Alemanha e nem conversado com alemães anteriormente, tinham tido contatos indiretos com a Alemanha e ouvido falar do país.

A seleção dos alunos foi aleatória, bem como a definição das duplas. Explicamos-lhes que o nosso objetivo era coletar dados para nossa tese de doutorado, e que não pretendíamos, de forma alguma, avaliar sua proficiência gramatical nas respectivas línguas-alvo. Ficou acertado que cada dupla faria duas gravações (uma das gravações não se concretizou, porque o sujeito alemão voltou para seu país antes), que poderiam durar o tempo que quisessem, e o tópico poderia ser escolhido por eles. Como pretendíamos investigar aspectos sócio-culturais, foi sugerido que uma gravação fosse em alemão e a outra em português, para tentar neutralizar o poder da proficiência lingüística no estudo dos aspectos. Essa sugestão foi acatada por todos os alunos, mas todos os estudantes alemães resolveram não gravar em português, alegando falta de proficiência no idioma.

As gravações foram ouvidas tanto com os brasileiros, como com os alemães. Um dos aspectos realçados pelos sujeitos durante a reescuta remete ao contexto de ensino/aprendizagem de LE, no qual todos os sujeitos envolvidos na pesquisa se encontravam. Os alemães foram unânimes em afirmar que a experiência havia sido boa, que os brasileiros falavam bem alemão, que não teriam problemas na Alemanha, e que eles poderiam cursar uma universidade lá. Não houve nenhum comentário negativo. Os brasileiros, por outro lado, ao ouvirem as fitas, observaram principalmente duas questões: uma formal, e a outra de cunho ideológico.

Foram apontados pelos brasileiros aspectos formais nos seus enunciados, tais como a falta de léxico, desvios da norma gramatical, explicando o que queriam ter dito e como gostariam de tê-lo dito. Ou seja, uma das funções que a reescuta das gravações teve para os brasileiros, foi a de servir como uma avaliação do seu desempenho a partir do uso adequado ou inadequado de formas, a partir de um maior ou menor domínio lexical. Esse foco em aspectos formais durante a reescuta das fitas, feito por parte dos brasileiros retoma a discussão em torno da distância entre os objetivos dos cursos de ensino de uma LE, e daquilo que ocorre na prática de sala de aula.

Pesquisas de cunho etnográfico, como o trabalho de, C. Zink Bolognini (1991) realizadas em sala de aula de LE, apontam que professores focalizam a forma e a gramática durante o ensino. Esse foco faz parte do quadro teórico que concebia a linguagem como um conjunto de estruturas, que prevaleceu principalmente até a década de 70. Após esse período, com a proposta de ensino comunicativo, sucessor do estruturalismo, ganharam realce também os aspectos sócio-culturais envolvidos na linguagem como sendo também importantes para a aprendizagem (cf. Breen & Candlin, 1980; Canale & Swain, 1980).

Ao focalizarem aspectos formais, os sujeitos-aprendizes estavam avaliando sua produção de acordo com parâmetros dados pela proposta estruturalista de ensino. Enunciados do tipo *Aqui eu deveria ter usado o dativo* foram frequentes. Como enunciados que indicam a utilização das declinações são frequentes na fala dos professores em sala de aula, os sujeitos provavelmente estavam ressoando, nesse contexto, os seus professores de alemão como LE.

No entanto, por parte dos brasileiros, a questão apontada não foi apenas a forma, o uso de estruturas gramaticais, e o léxico. Eles indicaram também a existência de aspectos orientadores da conversação e que faziam parte de uma concepção de sujeito que envolvia aspectos sociais, culturais e históricos. Esses aspectos surgiram em enunciados proferidos por todos os brasileiros durante a conversação que se seguiu à reescuta das fitas. Eles chamaram a atenção do pesquisador por estarem em relação de descontinuidade com os comentários feitos anteriormente pelos brasileiros, já que a forma havia sido focalizada até então.

Esse processo de reescuta suscitou diversas questões, que acabaram por orientar a análise das relações de contato conversacionais. A primeira pergunta girava em torno do critério de avaliação utilizado pelos alemães. Eles haviam afirmado que os brasileiros falavam bem alemão. Considerando que os próprios brasileiros haviam detectado em seus enunciados problemas relativos à gramática e deficiências lexicais, o "falar bem" ao qual os alemães se referiam não

estaria focalizando unicamente esses aspectos. O que significava esse "falar bem"? A outra questão girava em torno da possível relação entre o "falar bem" emitido pelos alemães, e a orientação argumentativa presente no discurso de brasileiros na relação de contato conversacional. O trabalho de análise investigará, assim, a maneira pela qual a orientação argumentativa da relação de contato conversacional era definida pelo LI dos sujeitos envolvidos.

A investigação desse LI deu-se a partir da conversa entre os estudantes brasileiros e o pesquisador, que se sucedeu à reescuta das fitas. As considerações dos estudantes apontaram para a existência de outros aspectos, que não tinham relação com a sua proficiência estrutural/lexical na língua-alvo, e que estavam orientando seus movimentos conversacionais. Houve a seleção de um enunciado emitido por eles nesse contexto, interpretado como sendo a conclusão final à qual os brasileiros chegaram a respeito do processo. Esses enunciados foram selecionados por terem sido praticamente os últimos emitidos pelos brasileiros antes de se despedirem do pesquisador, o que justifica o seu caráter conclusivo.

E. Guimarães (1994) afirma que a conclusão para um discurso é obtida mediante indicações dadas durante o seu decorrer. Essas indicações são definidas pelo LI ocupado pelo sujeito da enunciação, porque é a partir de um LI que se constituem os gestos de interpretação que produzem os efeitos de sentido do seu discurso. A enunciação, que se dá a partir de um LI, é um acontecimento histórico, um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso. Segundo o autor, a posição do sujeito é o argumento decisivo, do qual a conclusão para um discurso é dada.

Os enunciados destacados se constituíram em um gesto de interpretação dos brasileiros a respeito de todo o processo no qual estavam envolvidos. Com esses gestos de interpretação, que produziram e estabilizaram efeitos de sentido, os brasileiros indicaram o LI ocupado por eles nas relações de contato. Partindo do pressuposto que é discursivamente que LIs são constituídos e

estabilizados, a conclusão expressa por um sujeito a respeito de um discurso é um gesto de interpretação determinado pela história.

4.1 *Eles têm muito mais chances do que a gente*

Esse enunciado foi emitido pelo brasileiro (B1), aluno do curso de Engenharia Mecânica da Unicamp, 22 anos, e de alemão como LE há 4 semestres, após estabelecer uma relação de contato conversacional com um estudante alemão (A1), aluno do curso de Engenharia Mecânica da Universidade de Dresden, na Alemanha, estagiário no curso de Computação da Unicamp, que aprende português como LE, há três meses no Brasil.

Exemplo 28:

(Contexto da enunciação: termináramos de ouvir a fita, quando B1 teceu alguns comentários sobre certos aspectos formais dos seus enunciados, fez algumas perguntas que também diziam respeito à forma e disse ter achado a experiência muito interessante. Terminada a conversa e desligado o aparelho, saímos juntos da sala. Nesse momento ele deu o seguinte depoimento:)

1. B 1: *puxa... Carmen ... eles têm muito mais chances do que a gente... ele tem a minha idade ... e já conhece toda a Europa ... os Estados Unidos.*

Esse enunciado é o gesto de interpretação que resume a conclusão à qual B1 chegou após toda a relação de contato conversacional na qual esteve envolvido. Destacaremos, em primeiro lugar, os indícios do enunciado acima que apontam para o LI de A1 e de B1, e, em seguida, procuraremos no discurso dos dois sujeitos os indícios que nos levaram a essa conclusão, pois, retomando E.Guimarães (1994), a orientação argumentativa de um texto define a maneira pela

qual se chega à sua conclusão. Em seguida, demonstraremos como esses enunciados são também ressonâncias interdiscursivas de significação de outros enunciados, que atravessam historicamente as relações de contato entre os dois países.

Analisando os pronomes existentes no exemplo acima, nota-se que B1 utiliza dois pronomes no primeiro enunciado: *eles* e *a gente*. O SN *eles* exerce a função de sujeito de uma oração, e o SN *a gente* exerce a função de sujeito da oração coordenada à primeira. A utilização desses pronomes, no plural, indica que o efeito de sentido produzido pelo enunciado acima refere-se a *eles*, pronome que substitui o nome "alemães", e à *gente*, que substitui o nome "brasileiros". No enunciado, os pronomes *eu* e *ele* dão lugar ao brasileiro e ao alemão, aos brasileiros e aos alemães. Esse movimento discursivo denota que o gesto de interpretação feito pelo brasileiro sobre a relação de contato conversacional na qual esteve envolvido levanta questões que remetem ao seu LI e o de seu interlocutor na condição de representantes dos grupos definidos pelos atributos "brasileiros" e "alemães". Fazer parte de um grupo implica, em termos discursivos, fazer parte de uma sociedade, de uma cultura, de uma história, significa falar a partir de um LI definido ideologicamente.

O atributo que define os SNs acima são formulados por um SV, cujo verbo "ter" está no presente do indicativo, que, entre outras funções, indica que o sujeito está fazendo a descrição de um estado. O enunciado acima, ao descrever um LI para os alemães e para os brasileiros, está indicando que um gesto de interpretação está sendo feito. Esse gesto de interpretação baseou-se naquilo que aconteceu em um momento específico, ou seja, em uma relação de contato conversacional. O gesto de interpretação que descreve esse acontecimento é, no entanto, estendido para outros contextos, envolvendo outros sujeitos, brasileiros e alemães. O verbo *ter* no presente do indicativo, e a utilização dos pronomes no plural, indicam essa transferência.

Segundo o efeito de sentido produzido pela conclusão de B1 expressa no enunciado acima, os alemães têm o LI destinado àqueles que têm mais oportunidades, enquanto os brasileiros têm o LI destinado àqueles que têm menos oportunidades, quando comparados entre si. B1 justifica esse seu gesto de interpretação por meio do conhecimentos de lugares. Ou seja, o enunciado *eles têm mais chances do que a gente* encontra sua sustentação a partir de *ele tem a minha idade e já conhece toda a Europa ... os Estados Unidos*. É a partir desses indícios que analisaremos os trechos das gravações que tratavam de viagens, ou mais especificamente, aqueles segmentos da relação de contato conversacional que fizeram referência ao Brasil e à Europa.

A relação de contato conversacional: O Brasil

Exemplo 29:¹

(Contexto da enunciação: os estudantes tinham conversado a respeito do período de férias em suas respectivas universidades, quando B1 introduz o tópico que será apresentado a seguir)

1. B 1: *e você pode ...ahn ... você veio para Campinas ... conheceu ... ou ... você sabe sabe ...*
2. *outra ... cidade no Brasil?*
3. A 1: *primeiro eu viajei no Brasil ... pelo Brasil ... primeiro tirei umas férias {... com o*
4. *Brasilienpass{*
5. B 1: *{uhnhun*
6. *{uhnhun*
7. A 1: *e ahn estive já bem Rio {Manaus {Recife Salvador da Bahia{ ...Belo Horizonte*
8. B 1: *{Rio? {uhn {uhnhun*
9. A 1: *... Ouro Preto ahn Foz do Iguaçu {... São Paulo*

¹Uma das minhas preocupações ao traduzir os segmentos extraídos das relações de contato conversacionais, foi manter os desvios da norma encontrados principalmente nos enunciados dos brasileiros, pelo fato de estarem falando em alemão, sua LE.

10. B 1: {uhn uhnhun ahn ... eu acho que você você

11. ... você sabe o Brasil ... ahn {melhor do que nós

12. A 1: {riso²

B1 introduz um tópico, que diz respeito ao Brasil por meio de uma pergunta a A1, verificando se ele conhece outras cidades além de Campinas. A resposta de A1, que se segue a uma explicação *primeiro tirei umas férias* (3) constitui-se de uma lista de 8 cidades visitadas (7-9). O próximo turno de B1 (10-11) é preenchido por meio de um enunciado que reflete o seu gesto de interpretação feito a partir do enunciado de A1. Com esse gesto de interpretação, B1 dá ao SN de seu enunciado o atributo que lhe confere o LI daquele que *conhece o Brasil melhor do que os brasileiros o conhecem*. Portanto, o gesto de interpretação produz o efeito de sentido segundo o qual o alemão *sabe mais*.

Esse gesto de interpretação baseia-se no mesmo efeito de verdade que sustenta o enunciado de A1, ou seja, em um critério quantitativo, e produz um efeito de sentido segundo o qual A1 tem o atributo daquele que *sabe* (conhece) *o Brasil melhor do que nós* (os brasileiros) *o sabemos* (conhecemos). Nota-se que, tal qual comentado no exemplo 28, B1 dá a A1 um atributo que ele generaliza para todos os brasileiros, ao dizer *nós*. Esse atributo, de alguém que conhece o Brasil melhor do que os brasileiros o conhecem, baseia-se em uma aceitação da linha argumentativa utilizada por A1, uma linha que se caracteriza por ter um efeito de verdade sustentado por dados quantitativos. B1 aceita a linha argumentativa de A1, e faz um gesto de interpretação baseado nessa aceitação.

²1 B: *und können Sie ... ahn ... hast du nach Campinas ... gekannt ... oder ... wissen weisst du ... ein andere Stadt in Brasilien ?*

2. A: *ich bin zuerst in Brasilien ... durch Brasilien gereist ... zuerst Urlaub gemacht{... mit dem Brasilienpass*

3. B: {uhnhun {uhn

4. A: *und war also schon ... Rio { Manaus { Recife Salvador da Bahia { ... Belo Horizonte... Ouro Preto ahn Foz*

5. B: {Rio {uhn { uhnhun

6. A: *do Iguaçu {... Sao Paulo*

7. B: {uhn

No momento em que um gesto de interpretação é constituído por meio de efeitos de verdade sustentados por dados quantitativos, há o silenciamento de outros efeitos de verdade sustentados por outros elementos. No seu estudo sobre o silêncio constitutivo, E.Orlandi (1992) afirma que, ao se falar, outros percursos de significação possíveis são silenciados. O efeito de sentido obtido da apresentação de dados quantitativos silencia outros efeitos de sentido, que permitiriam, por sua vez, outro gesto de interpretação que não o enunciado por B1. O gesto de interpretação de B1 produz um efeito de sentido que atribui a A1 o LI daquele que *conhece melhor o Brasil do que os brasileiros*. Importante é notar que A1 concorda com esse LI, pois qualquer outra possibilidade de conclusão que poderia surgir a partir do seu enunciado é silenciada.

Você sabe o Brasil melhor do que nós como ressonância interdiscursiva de significação

O LI que brasileiros e alemães ocupam tem suas margens delineadas a partir das primeiras relações de contato estabelecidas entre ambos. Gestos de interpretação estabilizados no discurso constituíram efeitos de sentido, presentes em diversos contextos. Conforme discutido anteriormente, os gestos de interpretação que instauraram efeitos de sentido sobre o Brasil e seus habitantes foram constituídos em um período durante o qual a Europa se expandia além de suas fronteiras terrestres: era o período mercantilista. As relações de contato iniciadas nesse período caracterizam-se por garantirem para o europeu o LI daquele que detém o poder sobre as terras "novas". Esse poder tem o seu viés institucionalmente marcado a partir da definição de quem descobriu o que, que define quem é colônia de quem.

No entanto, ser colônia institucional de um país, como o Brasil o foi de Portugal, não impediu que as relações de contato instauradas naquele período entre o Brasil e outros países europeus estabilizassem alguns dos atributos instaurados pela relação colônia e colonizador. Um dos atributos que mais marcam essa relação é que, devido ao fato de os efeitos de sentido a respeito

do Brasil terem sido instaurados pelo europeu, o LI atribuído ao Brasil e brasileiros é o daquele que está em um estágio de desenvolvimento anterior ao do europeu. Em termos de Alemanha, demonstramos que a relação de contato com os habitantes nativos do Brasil, denominados índios, baseou-se no fato de que o efeito de verdade sobre o qual se sustentam todos os efeitos de sentido instaurados a partir de então é o de que o padrão a ser seguido, o estágio de desenvolvimento a ser alcançado, é o da Alemanha. O Brasil tornou-se país de imigração alemã principalmente a partir de 1835, e, conforme mostramos em nossos dados, o atributo daquele que sabe é atribuído aos alemães. O alemão sabe construir estradas, o alemão obtém facilidades para colonizar o país, em detrimento de outros habitantes do Brasil, o alemão conhece o país melhor. Esses atributos produzem um efeito de vibração semântica mútuo segundo o qual, em relações de contato, o LI do alemão é privilegiado. Nesse sentido, o enunciado de B1 ressoa interdiscursivamente outros enunciados, enunciados que lançaram gestos de interpretação e produziram os efeitos de sentido segundo os quais o brasileiro se orienta (cf. Orlandi, 1990).

Esse gesto de interpretação de B1 traz para discussão, que, em termos de ensino de alemão como LE, há percursos de sentido sendo seguidos, que definem a orientação argumentativa da relação de contato conversacional. O enunciado *você sabe o Brasil melhor do que nós* indica muito mais do que a necessidade de ensinar ao aluno a diferença entre os verbos saber (wissen), ou conhecer (kennen). Esse enunciado indica que, mesmo falando alemão, B1 continua ocupando o LI daquele que vê o seu interlocutor como alguém que sabe mais, sem colocar em questão a linha argumentativa definida por ele, que o levou a enunciar esse gesto de interpretação. A1, por outro lado, apesar de estar no país, de ter aprendido português para estrangeiros, assume o LI que lhe é dado historicamente, e orienta a relação de contato conversacional de maneira a garantir a estabilização dos efeitos de sentido que lhe são anteriores, que são históricos.

A relação de contato conversacional: a Europa

Exemplo 30:

(Contexto: B1 havia perguntado a A1 se este falava outros idiomas, ao que ele respondeu que falava inglês, russo e francês. Em seguida, B1 perguntou se A1 já havia ido à França, e a resposta foi positiva, perguntou sobre a Itália, e a resposta foi positiva. O segmento a seguir é uma continuação do tópico:)

1. B 1: *todos todos todos países?*
2. A 1: *todos países ... eu conheço todos países menos ... ahn o norte da Europa*
3. B 1: *uhnhun*
4. A1: *eu ainda não estive na Inglaterra*
5. B1: *uhnhun*
6. A 1: *Noruega ... mas senão*
7. B 1: *eu fui para Londres*
8. A 1: *uhnhun*
9. B 1: *eu ahn Lon Londres e Amsterdam*
10. A 1: *uhn*
11. B 1: *sim e ... isto é tudo*
12. A 1: *você ainda não esteve na Alemanha?*³

³1. B1: alle alle alle Länder?
2.A1: alle Länder ich kenn alle Länder ausser ... ahn Nordeuropa
3.B1: uhhun
4.A1: ich war noch nicht in England
5. B1: uhhun
6. A1: Norwegen ... aber sonst
7. B1: ich habe nach London gegangen
8. A1: uhhun
9. B1: ich ich kann in in Europa ich kenne Paris
10. A1: uhhun
11. B1: eu ahn Lon London und Amsterdam

(B1 explica a A1 porque ainda não esteve na Alemanha)

Observamos no exemplo acima o efeito de verdade novamente obtido, como no exemplo 29, por meio do foco no aspecto quantitativo: a pergunta de B1 é feita após A1 ter fornecido uma listagem dos idiomas que ele falava. B1 introduz na sua pergunta uma expectativa ao utilizar o pronome *todos*, isto é, se A1 conhece todos os países da Europa, o que abre a possibilidade dele incorporar essa resposta e excluir o não-conhecido por meio da expressão *menos*. O atributo que define A1 é o daquele que conhece muitos países, o que lhe confere o LI do conhecedor. Nota-se que o efeito de vibração semântica entre o atributo daquele que conhece toda a Europa e daquele que conhece o Brasil é o mesmo. O critério quantitativo, produzido no enunciado de A1 no exemplo 29 ressoa interdiscursivamente no exemplo 30, de tal forma que o LI que A1 se destina em seu discurso também é o mesmo. Com a estabilização do efeito de sentido nos exemplos 29 e 30, ocorre também a estabilização do LI.

B1, por outro lado, introduz também o seu conhecimento, mas termina a listagem afirmando *e isso é tudo* (11), ao que se segue a pergunta de A1 *você ainda não esteve na Alemanha?* (12). Diante dessa pergunta, B1 tem a si atribuído o LI daquele que precisa explicar, justificar-se. A palavra *ainda* denota uma expectativa, por parte do questionador, de que há algo que precisa ser feito, e ainda não o foi. Essa expectativa não é rechaçada por B1, que prontamente explica por que não conhece a Alemanha. Talvez por ser aluno de alemão como LE, há expectativa em torno de uma viagem à Alemanha, por parte dos dois sujeitos.

A marca do LI ocupado por B1 e por A1 nesse segmento dá-se por meio dos enunciados *e isso é tudo e conheço tudo menos*. Os dois interlocutores constroem, assim, um contexto no qual seu

12. A1: uhn

13. B1: ja und ... das ist alles

14. A1: warst du noch nicht in Deutschland?

LI fica bem definido: A1 é aquele que tem o atributo de quem conhece *tudo, menos* algo, e B1 é aquele que tem o atributo de quem conhece *só* alguma coisa e *ainda* não conhece a Alemanha.

O foco desse segmento está centrado naquilo que um conhece e naquilo que o outro não conhece. Há percursos de significação claramente silenciados aqui, porque a A1 também caberia a conclusão de que ele não conhece *toda* a Europa, e B1 também conhece países naquele continente, inclusive países que A1 não conhece. Mas aquilo que B1 conhece não é focalizado, uma vez que fica reforçado o seu não-conhecimento de determinados países da Europa, principalmente da Alemanha. Essa estratégia pode ser entendida a partir de reflexões em torno de um processo de silenciamento, pois os enunciados atuam no sentido de reforçar o LI de A1 como sendo o daquele que sabe mais, daquele que conhece mais, que se configura no foco dado ao aspecto quantitativo, mediante a apresentação de uma listagem. Silencia-se o que B1 conhece, e silencia-se o que A1 não conhece.

Resultado do silenciamento é que os gestos de interpretação produzem efeitos de sentido na horizontalidade da cadeia discursiva, de tal maneira que as conclusões para os segmentos têm seus limites assim pré-estabelecidos. Os enunciados acima indicam que há uma estabilização dos atributos de tal forma que os sujeitos produzem efeitos de sentido que levam a conclusões semelhantes em diversos contextos, ou seja, a conclusão de que quem tem o atributo de *quem sabe* é A1. A questão fica, assim, circular, porque, ao ocupar o LI definido por esse atributos, A1 define linhas argumentativas em relações de contato que produzem efeitos de verdade, que vão estabilizar esse seu LI.

A orientação argumentativa proposta pelo sujeito A1 não é questionada em nenhum dos dois exemplos acima. A contestação do LI de A1, a proposta de se ver o país a partir de outros gestos de interpretação que não aqueles definidos pela orientação argumentativa dada pelos próprios alemães, provavelmente não faz parte do currículo de ensino de alemão como LE.

O papel das perguntas na relação de contato conversacional.

(Conforme observado no exemplo 30, acima, em (12) A1 faz uma pergunta a B1. Continuaremos a analisar a sequência, com o intuito de discutir o LI ocupado pelo brasileiro no segmento, e contrastá-lo com outras sequências nas quais o brasileiro faz uma pergunta.)

Exemplo 31:

13. B 1: *porque ahn eu tenho família em Paris ... então minha mãe eu e meu Sister*

14. A 1: *irmã*

15. B 1: *irmã ... meu irmã ... nós fomos para Paris*

16. A 1: *uhn*

17. B 1: *e nós ... nós ... nós estivemos em Paris por ... por 2 semana*

18. A 1: *uhn*

19. B 1: *e então ahn nós fomos para ... Londres e para Amsterdam ... nós nós temos ahn ... não temos tempo para ir a outra cidade*

20. A 1: *uhn*

21. B1: *uhnhun (...) eu eu preciso ... ahn eu ... eu gostaria ido para a Alemanha*⁴

⁴15. B 1: *weil ahn ich habe Familie in Paris ... dann meine Mutter mir und mein ... Sister*

16. A1: *Schwester*

17. B1: *Schwester ... mein Schwester wir haben nach Paris gegangen*

18. A1: *uhn*

19. B1: *und wir ... wir ... wir waren wir waren in Paris für ... für zwei Woche*

20. A1: *uhn*

21. B1: *und dann ... wir haben nach ... London und nach Amsterdam wir wir haben ahn wir haben keine Zeit zu andere Stadt gehen*

22. A1: *uhn*

23. B1: *uhnhun (...) 9ch ich muss ... ahn ich ... ich möchte nach Deutschland gegangen*

São diversas as considerações suscitadas pelas perguntas ocorridas tanto na relação de contato conversacional entre A1 e B1, como nas demais. A primeira delas diz respeito a um dado quantitativo: nessa gravação, B1 fez 78 perguntas durante a relação de contato, e A1 fez 10. Para explicar a grande diferença quantitativa, a distinção entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação é importante. Para E. Orlandi (1988:106), o sujeito da enunciação é aquele que enuncia, e o sujeito do enunciado é aquele que coloca em cena os discursos que o constituíram. Essa distinção permite afirmar que a historicidade do sujeito do enunciado é colocada em cena no momento da enunciação, o que implica dizer que é a FD que domina o sujeito do enunciado que está atuando discursivamente.

Essa distinção tornou-se necessária para a análise das relações de contato conversacionais, porque leva a reflexões sobre o que é colocado em cena do interdiscurso. Não é necessariamente o interdiscurso daquele que enuncia que prevalece na relação de contato conversacional, mas o interdiscurso daquele que ocupa o LI de sujeito do enunciado. Pode ocorrer a sobreposição de sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, como nos casos em que os enunciados colocados em cena são os que constituíram o sujeito da enunciação, que é, assim, também o LI de sujeito do enunciado. Ao formular uma pergunta, conforme discutido por E.Orlandi (1988:106), há uma intervenção feita pelo sujeito naquilo que é dizível, ele se apodera daquilo que é repetível, daquilo que pré-existe à situação de enunciação. Essa intervenção se dá a partir do LI dado pela FD que domina o sujeito do enunciado/da enunciação. Apesar dessa intervenção, o sujeito que pergunta cede o lugar de sujeito do enunciado para o seu interlocutor, uma vez que abre espaço para que ele coloque em cena o interdiscurso que o constituiu. Passando a ser sujeito do enunciado, ao responder a pergunta, falará a partir de seu LI, diferente do LI do sujeito que formulou a pergunta, colocando em cena outros discursos.

Como podemos observar no exemplo acima, A1, ao perguntar (12) se B1 conhece a Alemanha, está criando a possibilidade para que este entre em cena com seu interdiscurso, o que de fato

ocorre em (13, 15, 17, 19 e 21). Nas 78 perguntas formuladas por B1, no entanto, apesar de ser o sujeito da enunciação, ele abre espaço para que o seu interlocutor seja o sujeito do enunciado. Conforme visto nos exemplos 29 e 30, uma das consequências é que, ao entrar com seu interdiscurso em cena, o sujeito do enunciado, no caso A1 definiu a orientação argumentativa da relação de contato conversacional.

No exemplo 31, acima, o efeito de sentido da pergunta formulada por A1 coloca B1 no LI daquele que se justifica pelo seu não-conhecimento da Alemanha. Uma das consequências do foco da pergunta na Alemanha, aquilo que o brasileiro efetivamente conhece na Europa deixa de ser focalizado, é silenciado. Há um contraste aqui entre o exemplo acima e o exemplo 30, no qual, ao focalizar-se aquilo que A1 conhece da Europa, ele é um sujeito que ocupa um LI definido pelo atributo *conhece tudo*. No exemplo 30 o efeito de sentido obtido pelo enunciado de A1 *you não conhece a Alemanha*, provoca uma mudança no critério de avaliação ao qual B1 é submetido. Nota-se que B1 apresenta uma lista de três cidades europeias que ele conhece, mas o LI que ele ocupa não é dado pelo que ele conhece, mas pelo que ele não conhece. Enquanto que o LI de A1 é marcado pelo foco em um efeito de sentido definido pelo alemão como sendo positivo, ou seja, ocupar o LI marcado pelo atributo de conhecedor é bom, o gesto de interpretação feito a partir do enunciado de B1 segue outros efeitos de sentido, na medida que o não-conhecido é foco de atenção.

O aspeto Instrumental: A Formação Profissional

Uma análise cuidadosa de todas as 78 perguntas formuladas por B1 durante o percurso da relação de contato demonstra que, em apenas uma ocasião, A1 ocupa o LI daquele que se justifica. É no momento em que B1 lhe pergunta se é fácil encontrar um lugar para fazer estágio na Alemanha, ao que A1 responde:

Exemplo 32:

(1) B1: *e ahn ... como é a estágio na Alemanha? ... você pode ter ... em uma firma*

{ seu seu ... estágio?

(2) A1: *{ sim sempre é possível ... mas no momento é muito difícil conseguir ...*

{ em uma firma

(3) B1: *{ uhnhun { uhnhun*

(4) A1: *é muito difícil ... e por isso ... eu vim para o Brasil ... porque é difícil conseguir um ... {principalmente na Alemanha Oriental*

(5) B1: *{ uhnhun uhnhun*

(6) A1: *a gente precisa ir para a Alemanha Ocidental ... e tentar conseguir um estágio lá⁵*

Nota-se que o enunciado (4) também é iniciado por uma conjunção causal *porque*, fato que indica que A1 está ocupando o LI daquele que se justifica. Nessa justificativa A1 apresenta o enunciado que indica o LI que atribui ao Brasil. Há aqui um aspecto instrumental levantado por ele: precisa de um estágio para obter seu diploma, e, dadas as dificuldades encontradas para conseguí-lo na Alemanha, ele veio para o Brasil.

A vinda de alemães para o Brasil tem uma história longa, e teve seu início documentado, conforme vimos acima, logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao país. Apesar do grande

⁵B1: *und ahn ... wie ist die Praktikum in Deutschland? kannst du ... in eine Firma? ... haben { ... dein dein Praktikum?*

A1: *{ ja auf jedem Fall ahn ist das möglich ... aber momentan ... es ist sehr schwer ... das zu bekommen { in einer Firma*

B1: *{ uhnhun*

uhnhun

A1: *es ist sehr schwer ... und deswegen ... habe ich das hier in Brasilien in Anspruch genommen ... weil es schwierig ist ... das zu bekommen { ... besonders in Ostdeutschland*

B1: *{ uhnhun { uhnhun*

A1: *man muss dann nach Westdeutschland ... und dort versuchen ein Praktikum zu finden*

número de alemães que vieram para cá, podemos dividi-los em três grandes grupos: aqueles que vêm para fazer turismo, os que vêm com a intenção de executar uma tarefa e depois voltar, e os que vêm com a intenção de ficar. Excluímos os primeiros dessa pesquisa. Foram levantados enunciados extraídos de textos que incluíam sujeitos representantes dos dois outros grupos, e o aspecto instrumental surgiu, por exemplo, no texto de 1920, com o enunciado *em interesse do comercio alemão*, ou (Miranda Correia) em 1937, na carta particular, com o enunciado *pode ser muito útil na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil*.

Se pensarmos que o Brasil é um país que se caracteriza por ter sido colônia, que se caracteriza por ter recebido imigrantes, a questão da instrumentalidade torna-se muito forte. Os colonizadores/imigrantes vieram para o país sempre com um objetivo, que era o da extração de bens materiais, ou com o objetivo de realizar sonhos (cf. C.H.M. Ribeiro de Souza, 1995), inclusive o de enriquecimento. Além de ter sido constituída a memória histórica a respeito do Brasil como sendo um LI no qual há oportunidades novas, também a falta de terras, a falta de emprego na Alemanha, ou seja, a falta de condições da Alemanha contribuíram para o aumento do movimento imigratório da Alemanha para o Brasil. Os atributos que alocam ao Brasil o LI do país no qual problemas são resolvidos ressoam interdiscursivamente na formação da memória histórica a respeito do país. Esse aspecto instrumental tem suas raízes na própria condição de país colonizado. O que caracteriza os alemães nesse processo de colonização/imigração, ou mesmo de relações profissionais, é que a relação com a Alemanha mantém-se mais forte do que a relação com o Brasil.

Não se trata de aqui de apregoar um nacionalismo exacerbado em favor do Brasil, mesmo porque a história da própria Alemanha demonstrou a que nível esse sentimento pode levar. Trata-se de reconhecer uma situação que permanece constante nas relações de contato entre os dois países, e que tem por consequência o silenciamento de interesses dos próprios brasileiros. Há a possibilidade de estabelecer relações de contato nas quais o LI do Brasil ou do brasileiro não seja

definido pelo atributo *útil*, por exemplo. Para tanto, é necessário que um deslocamento no LI do brasileiro seja operado, e a sala de aula de LE, no caso específico, tanto de alemão, como de português, é um dos contextos nos quais a discussão em torno desse tópico é possível.

A não-aceitação de um gesto de interpretação de um LI

Exemplo 33:

1. B1: *you like Campinas?*
2. A1: *yes ... ahn ... principally from Unicamp ... very beautiful*
3. B1: *uhnhun Unicamp is*
4. *very beautiful*
5. A1: *relatively new ... and ... clean ... and ahn well equipped with machines and*
6. B1: *uhnhun is*
7. *the same?*
8. A1: *yes ... at times no ... but in the majority of cases yes ... a technique almost new*
9. B1: *new technique? ... in Unicamp? ... in the Institute of Mechanics?*
10. A1: *yes*⁶

B1 coloca uma pergunta a A1 (1), que é respondida (2) com um deslocamento do foco da cidade *Campinas*, para a universidade *Unicamp*, na qual os dois estudam. Os primeiros atributos com os quais A1 define a Unicamp referem-se ao seu aspecto (*bonita, nova, limpa*), e com a repetição

⁶ B1: *Magst du Campinas?*

A1: *ja ... ahn ... besonders natürlich die Unicamp ... sehr schön ... relativ neu*

B1: *uhnhun Unicamp ist sehr schön*

A1: *und sauber ... und ahn gut ausgestatet mit Maschinen und*

B1: *uhnhun ... findest du?*

A1: *ja ... manchmal nicht ... aber grössten Teils doch relativ neue Technik*

B1: *neue Technik? ... in Unicamp? ... in Maschinenbauinstitut*

A1: *ja*

feita por B1 (3 e 4), nota-se que há concordância por parte dele com a opinião expressa por A1. Este enuncia outro atributo com o qual define a Unicamp: *é bem equipada com máquinas* (5), sendo interrompido por B1 com o enunciado que expressa surpresa *é mesmo?* (7). A1 reafirma (8), modalizando *às vezes não ... mas na maioria das vezes sim ... uma técnica quase nova*, e B1, por sua vez, também reafirma o seu descrédito dizendo *uma técnica nova ? ... na Unicamp? ... no Instituto de Mecânica?* (9). O descrédito, a surpresa são sinais de que os atributos *técnica nova*, *bem equipada*, não fazem parte da maneira pela qual B1 espera ter a sua universidade definida por A1. O gesto de interpretação feito por A1, que resulta em um efeito de sentido segundo o qual existe tecnologia de ponta no Brasil, não é aceito por B1. Vimos nas discussões anteriores, que, historicamente, aquele que ocupa o LI definido pelos atributos *novo*, *bom*, é o alemão, e não o brasileiro, ou o Brasil. A relação entre os dois países foi pautada historicamente de maneira a que o LI daquele que é melhor é o do alemão, o LI do Brasil estava sempre aquém do padrão estabelecido pelo europeu. A interdição por esse percurso de sentido feita por B1 dá-se, assim, devido a fatores históricos.

Considerações

Um dos aspectos que ficou evidente na análise da relação de contato conversacional entre A1 e B1 é que a conclusão à qual B1 chega, ou seja, atribuir aos alemães o LI daqueles que têm mais chances, é excessiva, considerando os exemplos que ele mesmo cita, que são relacionados às viagens, e dadas as condições profissionais às quais eles estão submetidos. Na relação de contato conversacional são silenciados por meio do foco em outros aspectos o fato de que B1 conhece a Europa, e evidentemente conhece muito melhor o Brasil do que seu interlocutor alemão. B1, por sua vez, interdita o percurso de sentido segundo o qual existe o positivo no Brasil, apesar de estar se formando profissionalmente na universidade escolhida por A1 para conseguir se formar, fato que permite o gesto de interpretação segundo o qual a universidade brasileira, ou essa universidade específica, merece crédito.

Considerando que houve excesso no gesto de interpretação de B1, a conclusão à qual ele chegou após a relação de contato conversacional baseia-se em questões anteriores à relação de contato conversacional. Ou seja, os gestos de interpretação ocorridos no decorrer da relação de contato conversacional e que produzem o efeito de sentido definido pelo atributo *ter mais chances* baseiam-se em um efeito de verdade anterior à relação de contato conversacional, porque o que define a conclusão é o LI de cada um dos sujeitos envolvidos. O LI de A1 em sua relação de contato conversacional com B1 é o daquele que define a linha argumentativa da relação de contato conversacional, fato que leva à definição do LI de B1 também. Os silenciamentos operados, a não-aceitação de atributos, confirmam aquilo que historicamente já está lá, de tal maneira que o enunciado *eles tem muito mais chances do que a gente*, mediante uma análise cuidadosa da relação de contato conversacional, não é autorizado pelo que ocorreu durante essa relação, mas se constitui um enunciado que dá aos alemães um atributo que ressoa interdiscursivamente os diversos atributos que eles receberam ao longo da história. O fato de ocupar um LI, e não aceitar outro, revela, assim, o caráter ideológico que marca as relações de contato entre brasileiros e alemães.

4.2 Então você foi caçadora de nazistas

(Esse enunciado foi emitido pelo estudante brasileiro (B2), 22 anos, aluno do curso de Engenharia Mecânica da Unicamp, aprendiz de alemão como LE há 4 semestres, que havia estabelecido uma relação de contato conversacional com um estudante alemão (A2), 23 anos, estudante de Computação na cidade de Dresden, e estagiário do curso de computação da Unicamp, aprendiz de Português como LE. O enunciado foi dito durante a reescuta das gravações, na nossa presença, com o gravador desligado, e na ausência do estudante alemão).

Temas relacionados ao nazismo ocorrem com frequência na sala de aula de alemão como LE. Os estudantes brasileiros têm sempre perguntas a respeito da II Guerra Mundial e a respeito dos mais

recentes movimentos neo-nazistas. O estudante brasileiro ao proferir tal enunciado trouxe, para este trabalho, discussões que merecem ser feitas dada a importância histórica de assunto tão atual. Essa atualidade, criticada por alguns que julgam que a questão já deveria ter sido esquecida após tantos anos, é um instrumento de alerta que exemplifica a que ponto extremismos e racismos exacerbados podem levar. Por outro lado, os grupos neo-nazistas também servem de alerta para o fato de que ainda há possibilidades de que alguns sujeitos produzam efeitos de sentido que promovam o nazismo. É nesse contexto que a aula de alemão como LE serve para lembrar que o nazismo, e seus princípios, merecem rejeição.

Como se sabe, a Alemanha foi reconstruída após a II Guerra Mundial, com investimentos financeiros e com mão-de-obra de outros países, porque ela não tinha dinheiro e porque sua população estava reduzida a mulheres, idosos e crianças. A existência de investimentos financeiros e de mão-de-obra do exterior foi fundamental para que o país alcançasse o estágio de desenvolvimento atual, mas, uma análise de depoimentos feitos por aprendizes de alemão como LE, demonstra que tal fato não é focalizado. O período pós-guerra, aquilo que aconteceu na década de 50 na Alemanha em termos de reconstrução do país não ganhou destaque na imprensa na época, e tampouco aparece nos livros de história investigados, no Brasil, direcionados ao primeiro e segundo graus. Levantamento quantitativo e qualitativo feito em jornais brasileiros e material didático brasileiro (Zink Bolognini, 1994), indica que todas as notícias que envolviam a Alemanha durante os anos 50 tratavam da relação da Alemanha Oriental com a Alemanha Ocidental, ou seja, a preocupação girava em torno da Guerra Fria.

A topicalização na Guerra Fria promoveu um deslocamento no LI da Alemanha Ocidental. O país que até 1945 era inimigo, que havia sido responsável pela morte de milhões de pessoas, passou a ocupar o LI daquele que é aliado das nações ocidentais na Guerra Fria, que as mobilizou contra o comunismo. A posição contra o comunismo exigia que a Alemanha Ocidental fosse reconstruída, e fosse forte, devido à sua posição no centro da Europa. Esse processo de reconstrução, ao ser praticamente apagado do noticiário, não é discutido, e, no nosso parecer, esse vácuo necessita ser preenchido de forma a atribuir créditos a quem os tem. O nazismo foi suicida, pois provocou a

destruição da própria Alemanha também, que ocupa o lugar de destaque no mundo atual devido à colaboração financeira e da força de trabalho daqueles contra os quais lutara, e que, em seu sonho se supremacia da raça, desprezara.

Nesse final de século XX, a Alemanha reunificada é respeitada. Uma pesquisa realizada em sala de aula de alemão como LE (Zink Bolognini, 1992) demonstrou que os estudantes brasileiros definem o LI do país através de atributos como *industrializada, tecnologia de ponta, economia forte*. Mas não é só isso. Também fazem parte da memória histórica do brasileiro em relação à Alemanha atributos que retomam o nazismo⁷. O negativo, que seria o nazismo, e o positivo, que seriam os atributos citados acima, caminham lado a lado, e os dados da gravação apresentados nesse segmento ilustram a maneira pela qual esses dois atributos definidores de LIs se projetam nas relações de contato conversacionais.

O exemplo da indústria automobilística

A análise dos enunciados referentes à indústria automobilística ilustrará a maneira pela qual o atributo que define a Alemanha como sendo um país de tecnologia avançada se projeta na relação de contato conversacional. Antes de proceder à análise, é necessário que uma reflexão a respeito do LI dos alemães durante a década de 30 seja feita, por ser nesse período que ocorre a ascensão do nazismo, e a vinda das primeiras indústrias e companhias alemães ao Brasil.

Conforme demonstrado no capítulo 3, durante o período que se estende aproximadamente até a década de 20, a Alemanha e os alemães ocupavam em seu próprio discurso o LI daqueles que *sabem*. Esse atributo referia-se principalmente aos alemães imigrantes que haviam se estabelecido em regiões rurais, trabalhando principalmente na agricultura. Com a fundação de

⁷Gostaríamos de salientar que esse aspecto específico também foi detectado em estudos de K. Oertel (1990), feitos nos EEUU.

pequenas comunidades, sujeitos representantes de outros segmentos da sociedade passaram a imigrar também, como pastores, professores, pequenos comerciantes.

O processo de industrialização do Brasil possibilitou a instalação de indústrias alemãs no país, que vieram ocupando o LI definido pelo mesmo atributo com o qual os alemães já haviam se definido, que era o daquele que sabe. A propaganda nazista que pregava a superioridade da raça ariana reforçou esses atributos, estabilizando o LI destinado aos alemães e extendendo-o a seus produtos, ou seja, não eram apenas os alemães que eram superiores no seu discurso, mas também aquilo que produziam.

A memória histórica do brasileiro a respeito do alemão foi constituída durante o período em que o Brasil se encontrava em fase de ser povoado, e a opção pela imigração alemã feita pelo governo brasileiro, conforme demonstrado nos exemplos 2,3,4 e 5 já é consequência da ressonância interdiscursiva de significação nos discursos de brasileiros dos atributos com os quais os alemães se auto-definiam. Com a industrialização, com a vinda de indústrias e companhias alemãs para o Brasil, os atributos já instaurados a respeito dos alemães são projetados para seus novos produtos, conforme veremos a seguir, a exemplo da indústria automobilística.

Foi mencionado anteriormente que, um levantamento feito entre estudantes brasileiros, aprendizes de alemão como LE, revelou que os atributos com os quais eles definem o LI ocupado pela Alemanha é o de deter tecnologia avançada, e de ser um país com grande desenvolvimento industrial. Portanto, a constituição do LI para a Alemanha como sendo a de um país detentor de tecnologias, constituídas discursivamente como sendo fundamentais para o Brasil, é parte da memória histórica do brasileiro a respeito do alemão.

Os alunos de alemão como LE, principalmente aqueles que estão na área de ciências exatas, justificam o seu aprendizado do idioma como sendo devido a esses atributos. Há, por parte dos

alunos brasileiros, constituída uma relação entre aprendizado do idioma alemão, e acesso a uma tecnologia, ou a um local de trabalho na qual essa tecnologia é aplicada. A memória histórica é, assim, um dos fatores que encaminham o aluno para o aprendizado de alemão como LE. Como a tecnologia de ponta, a industrialização são considerados atributos positivos, e desejáveis, a memória histórica define o LI de brasileiros e alemães em suas relações de contato: o LI do alemão é privilegiado em relação ao do brasileiro, tanto no discurso do alemão, como no discurso do brasileiro, que ressoa interdiscursivamente os efeitos de verdade instaurados pelo discurso do alemão.

O LI do brasileiro no discurso alemão a partir da II Guerra Mundial é o daquele que é consumidor de sua tecnologia, conforme o demonstra, por exemplo, o caso do tratado nuclear, discutido no exemplo 25, acima. Como é importante para a indústria alemã que ela ocupe o LI daqueles cujos produtos são objeto de consumo de outros países, atributos que garantem esse LI ressoam interdiscursivamente no material didático usado para o ensino de alemão como LE, confeccionado na Alemanha, por alemães.⁸ Um dos aspectos que marcam o poderio econômico alemão é, segundo os autores do livro didático *Themen*, adotado no curso de LE, a sua indústria automobilística. Uma unidade desse livro é dedicada ao estudo de diversas situações que envolvem automóveis, sua fabricação, inclusive direitos e obrigações dos operários da Volkswagen da Alemanha. Essa empresa que está no Brasil desde a década de 50, é tópico durante a relação de contato conversacional:

Exemplo 33:

(contexto: antes de colocar essa pergunta, B2 havia perguntado a respeito das praias na Alemanha)

⁸O material citado será analisado no capítulo 5.

1. B 2: *eu ... ahn ... você tem ... ahn ... um carro na Alemanha?*
2. A 2: *uhn não não não*
3. B 2: *e seu pai?*
4. A 2: *sim ... meu pai tem um carro sim*
5. B 2: *é um Mercedes? (riso)*
6. A 2: *(riso) não não um Renault Crio*
7. B 2: *Renault Crio ... sim é francês*
8. A 2: *sim*
9. B 2: *meu pai tem um Voyage ... é Volkswagen ... é construir aqui ... é construir aqui no ... Brasil*
10. A 2: *uhnhun*
11. B 2: *e ... e ... como como ... como é a ... ahn ... rodovia?*⁹

Nota-se que B2 dá sinais de que está pensando no que vai perguntar, antes de fazê-lo, por meio do "eu", "ahn " e das pausas (1). Esse recurso é uma constante nos dados. Fazendo isso, B2 garante o seu direito à fala, ao seu turno, mas, ao mesmo tempo, já que sempre faz uma pergunta, atribui ao seu interlocutor a possibilidade de entrar em cena com seu interdiscurso.

O Mercedes simboliza um status social alto, conforme discutido por J. P. Becker (1990), em um trabalho no qual analisa os textos das propagandas feitas pela Mercedes nos EEUU. O autor apresenta análise de propagandas demonstrando que a empresa, desde 1905, sempre trabalhou

⁹1. B2: *ich ... und ... hast du ... ahn ... ein Auto in Deutschland?*
 2. A2: *uhn ne nein nein*
 3. B2: *und dein Vater?*
 4. A2: *ja mein Vater hat ein Auto ja*
 5. B2: *ist ein Mercedez? (riso)*
 6. A2: *(riso) nein ... ein Renault Crio*
 7. B2: *Renault Crio ... ja ist französisch*
 8. A2 4: *ja*
 9. B2: *mein mein Vater hat ein ... Voyage ... ist VW ... ist bauen hier ... ist bauen hier*
 10. A2: *uhnhun*
 11. B2: *und ... und wie wie ... wie ist die ahn Autobahn?*

associando a sua imagem com a da elite econômica, que eram as pessoas que tinham em suas garagens de 5 a 10 carros. A idéia era vender o carro para pessoas que se orientavam pelo luxo, pelo esnobismo, promovendo um deslocamento nos atributos definidores da marca Mercedes. Enquanto que os carros em geral seriam considerados um objeto de consumo, o Mercedes era vendido pelas propagandas como pertencendo à categoria dos objetos de arte. O autor conclui que foi constituído o mito do poder, do dinheiro, em torno da marca Mercedes. Esse mito ressoa também na música cantada por Janis Joplin, na década de 70¹⁰.

Ao perguntar a A2 se seu pai tem um carro Mercedes, B2 ressoa em seu enunciado todo o aspecto ligado a status social, econômico, que está relacionado à marca, e que se projeta no proprietário do veículo. Esse movimento produz o efeito de sentido segundo o qual seu interlocutor faz parte do grupo social passível de possuir um carro Mercedes o que implica em dizer que, já que há essa possibilidade, A2 faz parte de um grupo detentor de poder, nesse caso específico, de poder econômico. Ou seja, o LI atribuído por B2 a A2 é o daquele que detêm o poder econômico. Em (6) A2 responde qual é a marca de carro que sua família possui, e B2 demonstra conhecimento em (7) e logo em seguida fornece a marca de carro de sua família (9), o nome da montadora, e o local de sua produção. Ao mencionar o nome da montadora, *Volkswagen*, B2 intenta demonstrar que o LI que está ocupando compartilha em alguns traços do LI de seu interlocutor, já que ambos tem a nacionalidade alemã. Ao mencionar o local de produção do carro reafirma essa ligação, já que o fato de existir uma firma no Brasil de origem alemã estreita as relações entre os dois países. B2 escolhe como tópico para demonstrar essas relações, aquilo que perfaz a sua memória histórica a respeito da Alemanha, e que é considerado positivo, que é a sua indústria. No entanto, A2, em seu turno, (10), não faz nenhum comentário, apenas limita-se a demonstrar que compreendeu aquilo que havia sido dito.

¹⁰Janis Joplin, Mercedes-Benz, em *Pearl* (CBS, 1971).

B2 declarou durante o momento de reescuta das fitas que as respostas curtas de seu interlocutor deixavam-no nervoso. Nota-se, no segmento acima, que os enunciados (1) e (11) de B2 são marcados por unidades como *eu ... ahn ... e ...*, cuja função é preencher o silêncio enquanto ele organiza uma nova pergunta, que introduz um novo tópico. As perguntas (3) e (5), que fazem referência ao tópico em andamento não apresentam as unidades acima.

Esse fato demonstra que uma grande dificuldade para B2 era colocar tópicos, dificuldade confirmada pelo sujeito durante a entrevista. Considerando que A2 absteve-se totalmente de propor tópicos, fez apenas uma pergunta para B2 durante a conversação, e seus enunciados foram curtos, pontuais, de maneira que toda a responsabilidade de garantir o fluxo conversacional recaiu sobre B2. Essa situação foi definida como tendo sido "difícil" por B2.

Análise da conversação entre professor e alunos em sala de aula de LE feita por W. Lörcher (1983) demonstrou que o professor faz as perguntas, e os alunos as respondem. As perguntas feitas pelos professores giram em torno de conteúdos gramaticais, ou em torno de conteúdos de materiais usados durante a aula. Sendo assim, afirma o autor, a estrutura conversacional da sala de aula baseia-se na maior parte das vezes no esquema Pergunta do Professor - Resposta do Aluno - Avaliação da Resposta pelo Professor. O ato de responder a uma pergunta permite, muitas vezes, que parte do enunciado seja utilizado na resposta, o que facilita a tarefa do sujeito aprendiz. Estando, assim, acostumado a responder a perguntas, a grande dificuldade de B2 situa-se em dois níveis: em primeiro lugar, decidir-se pelo tópico, e em segundo lugar, garantir que seu vocabulário lhe permita colocar esse tópico em cena.

A indústria automobilística seria, assim, um tópico que já fora trabalhado com o material de ensino em sala de aula, e, dado que tal material tinha sido produzido na Alemanha, B2 teria teoricamente resolvido suas dificuldades nos dois níveis apontados acima. No entanto, como os

dados o demonstram, esse recurso não foi bem-sucedido, pois A2 limitou-se a responder pontualmente às questões.

O campo econômico

No exemplo acima, vimos a dificuldade de B2 na sua tentativa de demonstrar que os dois países compartilham uma mesma realidade no plano industrial, pois a sua colocação de que a indústria automobilística alemã faz parte do cotidiano brasileiro ficou sem respostas. No plano econômico também houve uma tentativa de alinhamento por parte de B2, que também acabou por ser rechaçada por A2:

Exemplo 34:

(contexto: B2 havia perguntado a respeito do rio Reno, que recebeu o atributo de bonito. Em seguida, ele pergunta a A2 se ele conhece o rio Tietê, e ante a resposta afirmativa, desacompanhada de comentários, B2 dá o atributo ao rio (1) e depois muda de sub-tópico)

1. B 2: *o Tietê é um rio ruim ... e ahn ... você conhece conheceu a Avenida Paulista?*

2. A 2: *ahn ahn ... sim ... ahn lá sim ... nós fomos para lá*

3. B 2: *sim ela ele é ... ela é a ... a lugar mais importante em São Paulo ... e muitas*

4. *... pessoas vão para ahn ... Paulista para passear e trabalhar ...*

5. A 2: *sim ... para trabalhar*

6. B 2: *tinha muitos bancos*

7. A 2: *Bancos ... sim quase só bancos*

8. B 2: *e ... e restaurantes ahn discotecas*

9. A 2: *é? eu quase só vi bancos*

((discussão a respeito da existência ou não de bares e discotecas))

10. A 2: *eu estive uma vez lá durante o dia ... e bem ... nós ficamos vendo os bancos* (riso)¹¹

(B2 muda o tópico, perguntando se A2 trabalha na Alemanha)

B2, após ter colocado o rio Reno em oposição ao rio Tietê, ou seja, após ter contrastado um rio da Alemanha, elogiado pela sua beleza, com um rio brasileiro, que recebe o atributo *ruim*, o que o marca com um atributo negativo, continua tentando contrastar os dois países, colocando agora em foco na posição de sujeito o SN *Avenida Paulista*, à qual ele dá o atributo de ser *o lugar mais importante em SP* (3), e para onde muitas pessoas se dirigem para *trabalhar e passear* (4). Segundo B2, a Avenida Paulista é definida por dois atributos que têm traços positivos: pelo econômico e pelo lazer.

B2 focaliza o aspecto econômico *tinha muitos bancos* (6), e A2 responde com *quase só bancos* (7). A utilização da partícula *só* silencia um dos percursos de significação propostos por B2, que aparecem no enunciado *é o lugar mais importante de SP* (3). O. Ducrot (1981), ao analisar as partículas *somente/apenas*, afirma que elas invertem a orientação argumentativa do enunciado, que é o que ocorre no exemplo acima. O enunciado *tinha muitos bancos*, de B2 serve como argumento a favor de seu enunciado anterior, que atribuiu à Avenida Paulista o LI de ser o lugar mais importante de SP. Esse argumento baseia-se em um critério de avaliação, segundo o qual a presença de bancos indica a presença do poderio econômico. Conforme vimos, a economia forte é um dos atributos positivos com os quais a Alemanha é definida pelos estudantes brasileiros. Ao

¹¹ 1. B2: *Tietê ist ahn schlechte Fluss ... und ahn du kennst ahn du habe Avenida Paulista gekennt gekennen?*
2. A2: *ahn ahn ... ja ... ahn dort ja ... da sind wir hingefahren*
3. B2: *ja die er ist ... sie ist die ... die Platz ahn mehr important in SP ... und viele viele Leute gehen nach ahn Paulista für spazieren und arbeiten*
4. A2: *ja ... zum Arberiten*
5. B2: *hatte viele Banke*
6. A2: *Banken ja fast nur noch Banken*
7. B2: *und ... und Restaurant ahn Diskothek*
8. A2: *ja? ich hab fast nur Banken gesehen eigentlich*
((weiter ob es Restaurants und Diskos gibt))
9. B2: *ich war am am Tag mal ... dort und na ja da haben wir eben die Banken gesehen* (riso)

repetir o enunciado de B2, acrescentando-lhe a partícula *só*, A2 inverte a orientação argumentativa definida por B2, e aquilo que era positivo, a presença de bancos, adquire um caráter negativo.

Essa mudança na orientação argumentativa promovida por A2 é percebida por B2, que salienta a existência de *restaurantes e discotecas*, ou seja, argumenta a favor de sua colocação inicial, segundo a qual a Avenida Paulista teria opções de lazer. Em (9) e (10) nota-se que A2 não aceita os argumentos de B2 e silencia o percurso de significação que atribuiria um caráter positivo à referida avenida. A2, com seu enunciado *e bem ... nós ficamos vendo os bancos*, seguida de um riso, desqualifica a importância dada pelo brasileiro aos bancos (ao poderio econômico), além de insistir que a sua percepção (a ausência de locais de lazer) é a correta. A tentativa do brasileiro de ocupar o LI daqueles que também têm poder econômico, como a Alemanha, é totalmente mal-sucedida. A2, além de não permitir que a existência de muitos bancos em um determinado lugar ganhe o status de poderio econômico, ainda desqualifica essa situação.

Nosso desafio é relacionar o que ocorreu nessa gravação com a conclusão final de B2 "Você foi caçadora de nazistas". B2 atribui o *ser nazista* ao alemão com o qual ele estabeleceu uma relação de contato conversacional. Não podemos dizer se esse atributo se refere também a outros ou a todos os alemães. Mas, por que dar esse atributo?

A grande quantidade de perguntas feitas por B2 a A2 é o aspecto mais marcante quando se ouve essa gravação: são 61 perguntas. Foram levantadas algumas questões que nos pareceram fora de propósito, e nos levaram a questionar o aluno sobre a razão dessa atitude. Sua resposta foi a de que ele estava preocupado em conversar, e que, na verdade, não se concentrava nas respostas de A2, por já estar pensando naquilo que perguntaria a seguir. Conforme discutido anteriormente, B2 sentiu-se desconfortável frente à responsabilidade de garantir o fluxo do diálogo, pois A2 não propôs tópicos conversacionais, não fez perguntas e respondeu pontualmente às questões. Esse

processo de perguntar e responder esconde outras questões que se revelaram no enunciado *você foi caçadora de nazistas*, e cuja explicação só pode ser dada por meio de uma análise que parta das relações históricas entre os sujeitos.

O único a fazer perguntas foi B2, com exceção de uma feita por A2: *quais outras cidades da Alemanha você conhece?* Com essa estruturação, o discurso conversacional entre os dois sujeitos consiste em perguntas formuladas por um e respondidas pelo outro, ou seja, B2 enuncia, é sujeito da enunciação, para permitir que A2 seja sujeito do enunciado. Este, por outro lado, como não formula perguntas a B2, não desloca o eixo da relação de contato de maneira a permitir que o interdiscurso de B2 entre em cena. Com o silenciamento do interdiscurso de B2, sua única função é a de deixar que o interdiscurso de A2 entre em cena.

Isso quer dizer que os dois estão perpetuando uma estrutura de poder que não é nova. Os discursos de B2 são silenciados, e os discursos que estabelecem as margens do dizível são os de A2. O silenciamento de B2 não é, portanto, circunstancial, mas histórico. Assim como relacionar o poder com aqueles que estabelecem limites, também é uma questão histórica. O poder está, portanto, relacionado ao poder de silenciar e de estabelecer, assim, as margens do dizível.

Todos sabemos que o nazismo está associado à Alemanha. A questão agora é saber o que significa "ser nazista". Os nazistas fizeram uma guerra de proporções mundiais, pregaram a superioridade da raça ariana, e em nome dessa crença, perseguiram, torturaram milhões de pessoas de outros grupos étnicos. Fazer uma guerra, pregar a superioridade, perseguir, torturar e matar têm em comum o ato de silenciar, provocar ou tentar provocar o silenciamento de outros discursos incompatíveis com o seu. É isso que o nazismo tentou fazer com muita violência, e talvez seja nesse silenciamento dos seus discursos que o brasileiro tenha encontrado um paralelo com o nazismo.

A ressonância interdiscursiva de significação do silenciamento imposto pelo nazismo

O atributo *nazista* após a II Guerra Mundial.

Após a II Guerra Mundial, com a derrota alemã e a revelação da existência de campos de concentração e dos crimes cometidos, a imprensa e os meios de comunicação de massa assumem o papel importantíssimo de divulgar, esclarecer e criticar os nazistas e o nazismo. Tanto a imprensa alemã do pós-II Guerra Mundial¹², como a imprensa brasileira, nunca deixaram de chamar a atenção de seus leitores para a captura, julgamento e procura de ex-nazistas. Ser nazista é ser tudo o que a humanidade rejeita: é ser assassino, é ser sádico, é ser racista, enfim, é o perfil do indesejável, da maldade. E está definitivamente identificado com a Alemanha.

Analisamos uma relação de contato conversacional, (C. Z. Bolognini, 1994) entre dois sujeitos de nacionalidade brasileira, em que o nazismo é retomado como sendo exemplo da superioridade alemã, pois, como se sabe, ele pregava a superioridade da raça ariana entre todas as outras. Fazer referência a uma superioridade baseada em critérios raciais é estabilizar o discurso nazista, o que é inaceitável e indesejável. Ao pregar a superioridade de uma raça perante outras, o discurso nazista silencia o de outros, já que apenas o discurso da *raça superior* passa a vigorar. As verdades estão no discurso da raça superior, os padrões de avaliação são os seus, os critérios de avaliação são os definidos dentro dos limites desses discursos. Todos os outros são silenciados. E se as outras vozes não calam, elas são silenciadas violentamente.

O maior problema com o qual nos deparamos como professor de alemão como LE é a discussão da questão da *raça superior*, porque ela continua ressoando interdiscursivamente nos mais diversos contextos em que ocorrem as relações de contato entre brasileiros e alemães. Os efeitos de sentido que permeiam as relações de contato entre os dois países já se dão pelo fato de que o

¹² Confira o livro "*Ausländer in Deutschland*" do Goethe - Institut München, (1992).

LI do brasileiro tenha sido constituído através de uma relação na qual o alemão se apresentava com um LI privilegiado, dada a história de colonização do Brasil, apresentada anteriormente. Esse aspecto permite que o atributo *superior* ressoe através dos tempos sob a forma de *ter mais chances* ou *saber mais*. A questão de raça popularizou-se com o nazismo, e a admiração pelo poder econômico e desenvolvimento industrial da Alemanha, se não for tratada cuidadosamente, pode levar a conclusões que envolvem a questão da superioridade de uma raça sobre as outras.

4.3 A3 é alemão, apesar de ser simpático, e A4 é simpático, apesar de ser alemão.

O enunciado acima foi instigante por trazer a relação entre dois atributos que qualificam os alemães para discussão. Um atributo é *simpático*, e o outro é *alemão*. Esse enunciado foi emitido por B3, em um encontro casual, após sua primeira gravação com A3. E aqui fica a questão que B3 colocou: qual é o significado de *o A3 é alemão, apesar de ser simpático*? O que significa ser simpático? E ser alemão? E por que a relação entre esses dois enunciados é estabelecida pela locução concessiva *apesar de*?

Apresentação dos sujeitos

Os segmentos apresentados a seguir fazem parte de duas gravações realizadas entre um brasileiro (B3), estudante do curso de graduação em filosofia, na Unicamp, e um alemão (A3), estudante do curso de graduação em física, na Universidade de Dresden, Alemanha, estagiário na Unicamp, por um período de 3 meses.

Os dados

Conversamos tanto com A3, como com B3 ouvindo as fitas, após terem sido feitas as duas gravações. A3 não se manifestou a respeito do que havia ocorrido, a não ser por meio de

elogios. B3, além do comentário acima, também fez comentários de ordem formal: seus erros, as estruturas que poderiam ter sido usadas e não o foram, ou as usadas e que, segundo sua opinião, poderiam ter sido substituídas por outras, como aconteceu com os outros brasileiros precedentes.

Durante toda a primeira relação de contato conversacional, A3 e B3 conversaram a respeito de um tópico apenas: um filme que haviam visto em uma mostra do novo cinema japonês. Houve um número reduzido de perguntas, pois os sujeitos alternavam os turnos, dando cada um sua própria opinião a respeito do filme. A3 e B3 falam, e esse falar, esse colocar em cena seus interdiscursos, acontece sem que ocorra uma autorização explícita (por meio de uma pergunta). Cada um tem o seu lugar como sujeito da enunciação e do enunciado. As suas opiniões a respeito do filme vão entrando em cena durante a relação de contato conversacional, isto é, cada sujeito apresenta o seu gesto de interpretação e a sua avaliação.

Os idiomas em contraste

Na segunda gravação, A3 introduz o tópico discursivo que trata das semelhanças e diferenças entre o idioma português e o alemão, e como na gravação anterior, os dois sujeitos não se fixam no padrão pergunta-resposta. Há novamente uma alternância de turnos, mas como o tópico tratado é de interesse imediato de B3 (por tratar de aspectos relativos ao idioma alemão), é ele quem faz mais perguntas.

Exemplo 35:

(contexto: A3 havia chegado à sala de gravações antes de B3, e começou a conversar conosco. Perguntamos como estavam indo as coisas para ele no Brasil, ao que ele respondeu com

questões relativas às dificuldades que encontrava devido a barreiras lingüísticas. Com a chegada de B3, A3 praticamente continuou o mesmo tópico com ele.)

1. A3: *desde que ... desde que estou aqui no Brasil ... eu preciso ... já que eu estou*
2. *aprendendo português ... prestar atenção também na minha língua ... no alemão...*
3. B3: *uhnhun*
4. A3: *e ... e também no português ... e por exemplo eu notei ... ahn que existem*
5. *palavras ... que não estão em nenhum livro ...*
- .. 6. B3: *uhnhun*
7. A3: *mas ... que são importantes ... para entender as pessoas*¹³

O que diferencia essa introdução de tópico feita por A3 das que surgiram nas gravações anteriores analisadas aqui, é o fato de ela não se dar por meio de uma pergunta. B1 e B2, conforme vimos, ao introduzirem os tópicos por meio de uma pergunta, criavam o contexto para que o curso da relação de contato conversacional fosse orientado de acordo com a perspectiva dos alemães, pois era a historicidade deles que passava a prevalecer na relação de contato conversacional. Na primeira gravação feita entre B3 e A3, o tópico foi introduzido por B3 por meio de uma pergunta a respeito do filme japonês. Nessa segunda gravação, A3 introduz o tópico colocando-se como sujeito do enunciado.

Exemplo 36:

(continuação do exemplo anterior)

-
- ¹³1. A3: *seit dem ... seit dem ich hier in Brasilien bin ... muss ich ... da ich Portugiesisch lerne* 2. *... auch auf meine Sprache achten ... auf das Deutsche ...*
 3. B3: *uhnhun*
 4. A3: *und ... und auch auf das Portugiesische ... und zum Beispiel ... ist mir aufgefallen ...*
 5. *ahn ... das es Wörter gibt ... die in keinem Buch stehen ...*
 6. B3: *uhnhun*
 7. A3: *aber ... die wichtig sind ... um Leute zu verstehen ...*

1. B3: *ahn ... que palavras ... por exemplo*
2. A3: *sim ... ahn ... uma segunda uma segunda palavra seria ahn ... bosta*
3. B3: (risos)
4. A3: *é muito ... é muito ... é muito importante* (risos)
5. B3: (risos) *uma palavra difícil*
6. A3: *desde então ... eu entendo as pessoas*
7. B3: *ah sim ... ahn ... a propósito ... eu não conheço es ... esta palavra em alemão*¹⁴

A3 iniciou a relação de contato conversacional (Exemplo 35) introduzindo um tópico, por meio de uma narrativa, na qual o subtópico era o idioma português. No entanto, B3 modificou esse subtópico para comentários a respeito do idioma alemão, como o demonstra o enunciado (7) do exemplo acima. Essa mudança foi importante para B3, porque, na condição de aprendiz de alemão como LE, interessava-lhe mais falar a respeito do idioma que estava aprendendo do que a respeito da sua língua materna. Sendo assim, a oportunidade de deixar A3 ser o sujeito do enunciado não implicou um silenciamento de B3, mas um momento no qual B3 entrou em contato com um interdiscurso que fazia parte do seu interesse imediato.

Esse interesse fica claro nas críticas feitas por B3 durante essa gravação ao material didático com o qual estava aprendendo alemão. Ele disse ter percebido que o vocabulário aprendido em 4 semestres lhe foi pouco útil para manter uma conversação sobre assuntos que lhe interessavam. Essa crítica também ressoa na afirmação feita por A3 de que *há palavras que não aparecem em nenhum livro, e que são importantes para entender as pessoas* (6 e 7). Essa observação, que

¹⁴1. B3: *ahn ... que palavras ... por exemplo*
 2. A3: *ja ... ahn ... ein zweites ein zweites Wort wäre ahn ... bosta*
 3. B3: (risos)
 4. A3: *ist sehr ... ist sehr ... ist sehr wichtig* (risos)
 5. B3: (risos) *ein schweres Wort*
 6. A3: *seit dem ... ich verstehe die Leute*
 7. B3: *ah ja ... ahn ... übringens ... ich kenne nicht die ... dieses Wort in Deutsch*

norteou toda uma gravação, parece ser muito interessante, porque ela resume ou é uma simplificação da crítica que B3 teceu ao material didático para o ensino de alemão com o qual trabalhava. É um aspecto de interesse imediato para quem trabalha com o ensino de uma LE, e que merece ser mencionado.

Há dois aspectos que gostaríamos de focalizados. O primeiro diz respeito ao movimento feito por B3, mudando o foco do tópico, ou seja, o subtópico que era o idioma português foi redirecionado para o subtópico que tratava do idioma alemão (7). É durante o período em que os sujeitos falam sobre o idioma alemão que B3 faz a maior parte de suas perguntas. Quem fala mais é A3 durante a relação de contato conversacional, mas fala a respeito de um tópico que interessa a B3, ou seja, o idioma alemão.

O que B3 chama a atenção para profissionais envolvidos no ensino/aprendizagem de uma LE é a sua disposição em topicalizar esse processo durante uma relação de contato conversacional que se caracteriza por ser informal. B3 transforma seu interlocutor em seu informante a respeito do idioma que está interessado em aprender. Sua pergunta (7) é resultante de um interesse no aprendizado de alemão, e colocar seu interlocutor na posição de sujeito da enunciação é colocar em cena um interdiscurso que lhe interessa. Nota-se a diferença entre B3 e B2, por exemplo, que declarou fazer perguntas para garantir o fluxo da conversação, e não se concentrar nas respostas recebidas.

Uma concepção de idioma e um LI.

Exemplo 37:

(contexto: A3 e B3 estão falando sobre o subtópico "o idioma alemão", e o brasileiro comenta que o livro com o qual estava trabalhando em sala de aula não era adequado. Esse comentário

leva B3 a apresentar aquilo que considera como sendo uma característica de sua língua materna).

1. A3 : *eu acho ... que a língua alemã usa muitas imagens*

2. B3: *uuhun*

3. A3: *ahn por exemplo ... há alguns minutos ... eu escutei ... uma descrição de*

4. *caminho ... ahn da cidade de S.Paulo ...*

5. B3: *uuhun*

6. A3: *e a frase era a seguinte*

7. B3: *uhn*

8. A3: *ahn então você atravessa ... você atravessa a rua ... você então ... você é*

9. *atropelado ... e lá ... é o hotel.*

10. B3: *sim*¹⁵

(B3 não entendeu o que A3 lhe contou, e retomou, logo em seguida, o subtópico sobre o qual vinha falando, que era o da inadequação do seu material didático)

A3 dá a sua impressão a respeito do idioma alemão (1), e, em seguida, se propõe a comprovar o que havia dito por meio de um exemplo (3), que é a descrição de caminho que havia ouvido de um outro alemão (8 e 9). A resposta breve de B3 (10) dá indícios de que ele não entendeu o que havia sido dito, fato confirmado na reescuta da gravação.

¹⁵1. A3 : *ich glaube ... die deutsche Sprache lebt sehr viel von Bildern*

2. B3: *uuhun*

3. A3: *ahn zum Beispiel ... vor einigen Minuten ... habe ich eine Wegbeschreibung ... gehört ... ahn für S.Paulo...*

4. B3: *uuhun*

5. A3: *und der Satz lautete*

6. B3: *uhn*

7. A3: *ahn dann gehst du ... dann gehst du über die Strasse ... du dann du wirst überfahren und dort ist das Hotel.*

8. B3: *ja*

Essa explicação de caminho contém um elemento avaliador *então você é atropelado* (9), que faz referência a outros discursos, aos discursos a respeito do trânsito da cidade de S. Paulo. Mas não é só isso. Aqui também entra em questão o LI daquele que fala, que é, no caso, o mesmo que está avaliando as condições do tráfego. A avaliação pressupõe um padrão aceito como ideal, desejável, normal. E o que esse enunciado indica é que, segundo o padrão de A3, que é dado pelo LI a partir do qual enuncia, há um grau alto de "anormalidade" no seu objeto de observação. Essa anormalidade, esse "não ser igual" se materializa no discurso sob a forma de um jogo de linguagem, de um chiste (Freud, 1905). Os chistes, segundo Freud, ocorrem em momentos de relaxamento, nos quais o sujeito não está atento para o que ele está dizendo, refletem aspectos que estão no inconsciente, e só aparecem na materialidade discursiva quando o processo de censura que esse exerce não está em funcionamento.

A3 escutou essa descrição de caminho de outro colega de nacionalidade alemã, que certamente sabia que estava falando com um aliado. Os dois eram alemães, o que cria uma certa cumplicidade, (K. Ehlich, 1986) que permite que determinadas coisas sejam ditas, que alguns chistes sejam feitos. Dada a informalidade dessa relação de contato conversacional, pois eles falam palavrões nas duas línguas, um pede que o outro traduza o que ouviu, o outro pede que lhe seja ensinado o que não sabe, suas risadas e o contexto criado, permitem que um chiste venha à tona. Para essa pesquisa, esse chiste permitiu que ficasse confirmada a questão de que a observação feita por A3 daquilo que é diferente de seu país para o Brasil, não é tratado como tal, mas submetido a gestos de interpretação que produzem efeitos de sentido que atribuem valores às diferenças. Essa avaliação baseia-se no efeito de verdade de que o que é considerado normal é o que existe na sua sociedade, na sua cultura, que se inserem em uma historicidade. É importante ressaltar que o exemplo acima foi tomado por A3 não a partir de sua vivência pessoal, mas sim, a partir do relato de outro colega de nacionalidade alemã. A repetição do exemplo no contexto acima, com a aceitação do efeito de sentido produzido, aponta para a força do discurso, quando

ele segue a orientação argumentativa indicada pela FD na qual o sujeito se insere. Não há contestações.

Considerações

Dado que as relações de contato conversacionais entre B3 e A3 deram certo, que os tópicos discursivos tratados foram do interesse de ambos, como explicar o enunciado de B3? Como explicar a união do enunciado *ele é alemão* e *ele é simpático* por meio da locução concessiva *apesar de*?

O atributo *ser simpático* pode ser interpretado como decorrência da maneira pela qual a relação de contato em que os sujeitos estavam envolvidos transcorreu. Os dados quantitativos levantados indicam que A3 demonstrou ser um interlocutor atento e interessado no tópico discursivo proposto pelo brasileiro, o que se concretizou em 17 sinais de atenção que empregou durante a relação de contato conversacional. Portanto, essa relação de contato conversacional distingue-se claramente das duas primeiras analisadas aqui já na sua própria estruturação: enquanto as relações de contato conversacional entre B1 e A1, e B2 e A2 seguiram basicamente o esquema pergunta dos primeiros e resposta dos segundos, essa gravação seguiu um esquema pelo qual os dois criaram oportunidades para que seus interlocutores colocassem em cena o interdiscurso que os constituiu como sujeitos. Esse tipo de comportamento, em que há espaço para ambos, ressoa no enunciado do brasileiro na forma de *ele é simpático*. O atributo *apesar de ser alemão* e o interdiscurso que ele ressoa, tem relação com um atributo que define os alemães em geral. São atributos que relacionam e ressoam interdiscursivamente enunciados de dois contextos distintos: um que acabara de ser vivenciado, que é o da relação de contato conversacional, aparentemente simétrica e harmônica, e o outro, um fato discursivo presente na memória histórica de B3.

O enunciado *ele é alemão* é a constatação de que o sujeito fala a partir de LI definido pelo atributo *alemão*. O enunciado *ele é simpático* é, aparentemente, a atribuição de um LI feito pelo brasileiro ao alemão após a primeira gravação ter-se concretizado. A utilização de *apesar de* indica que a relação entre *ser simpático* e *ser alemão* de acordo com B3, é atravessada pelo fenômeno da implicação, na qual entra em cena a relação constituída por meio do interdiscurso a respeito de alemães que atravessaram a história das relações Brasil-Alemanha.

O. Ducrot (1981) trabalha com a noção de escala argumentativa para explicar a implicação. O autor afirma que, no caso de dois enunciados serem ligados pelo elemento *se*, o reconhecimento do primeiro enunciado implica no reconhecimento do segundo enunciado. O primeiro enunciado segue a mesma orientação argumentativa do segundo. No caso acima, o pressuposto por B3 é que o enunciado *Se A3 é alemão então ele é simpático*, é falso. O pressuposto é que esses dois enunciados só podem coexistir quando um deles for negativo. Quando esse não for o caso, a relação que se admite entre eles é ligá-los pela concessiva *apesar de*, que mantém a relação de oposição exigida entre os dois enunciados.

A utilização do *apesar de* indica o silenciamento do percursos de significação segundo o qual os alemães seriam simpáticos, silenciamento definido pela FD através da qual se fala, cuja determinação é histórica. Isso implica dizer que há sempre um discurso já presente, há sempre o já-dito, exterior ao sujeito. O enunciado de B3 *ele é alemão apesar de ser simpático* está, portanto, dentro do limite do dizível. Ele é uma ressonância interdiscursiva de outros enunciados exteriores ao sujeito, e que são formulados a partir da mesma FD em que o sujeito brasileiro se insere. Em uma pesquisa feita por nós, em 1992, por exemplo, que objetivava fazer um levantamento de palavras associadas aos alemães, a palavra "simpático" não apareceu, e nem tampouco alguma palavra com a qual produzisse uma vibração semântica mútua, ou seja que a ressoasse. No livro organizado por F. Kampikowski (op. cit.), com trabalhos cujo objetivo era investigar a imagem da Alemanha e dos alemães nos EEUU, tampouco aparece a palavra

"simpático". Aparentemente, ser alemão e ser simpático não está dentro do limite do dizível, fato que torna imprescindível a utilização da expressão *apesar de*.

O que define os gestos de interpretação feitos por A3 e B3 e que alocam atributos a seus interlocutores é a história. O estabelecimento da relação de contato conversacional entre os sujeitos teve pouco efeito sobre o LI atribuído por B3 a A3, e teve pouco efeito sobre o gesto de interpretação de A3 a respeito do Brasil. Esse continua sendo o país fora dos padrões de normalidade, conforme Exemplo 37, independentemente de sua vivência pessoal. Essa aceitação de gestos de interpretação feitos por outros que falam a partir da mesma FD, também permite que enunciados do tipo *Aqui nada é normal*, conforme vimos no exemplo 27, sejam possíveis e sejam aceitos.

4.4 *Sim ... eu sou brasileira*

Os dados que serão apresentados a seguir contrastam com os exemplos anteriores, principalmente pelo fato de que, pela sequência selecionada, pode-se perceber que o atributo *ser brasileiro* tem papel fundamental no LI ocupado pela estudante brasileira nessa relação de contato. Enquanto os dados analisados anteriormente apontavam para uma estabilização de LIs que atravessam as relações de contato entre Brasil e Alemanha, o encontro que será analisado a seguir denota a tentativa, por parte do alemão, de estabilizar seu LI, e a tentativa, por parte da brasileira, de promover um deslocamento no seu LI.

Apresentação dos sujeitos

A relação de contato conversacional analisada a seguir, ocorreu entre uma brasileira (B4), psicóloga, 27 anos, aluna do curso de mestrado da Faculdade de Educação da Unicamp, aprendiz de alemão como LE há 4 semestres, e um estudante alemão (A4) de Engenharia Mecânica, 28

anos, fazendo estágio na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, aprendiz de português como LE, há três meses no Brasil.

Os dados

Durante a relação de contato conversacional os sujeitos foram encontrando aspectos comuns sobre os quais passaram a conversar, e a questão que os ocupou durante um tempo considerável da segunda gravação foi a constituição das famílias brasileira e alemã. Ambos eram casados, e sem filhos.

O casamento

Exemplo : 38

(contexto: A4 havia introduzido um tópico pessoal, perguntando para a B4 se ela era casada.)

1. A4: *eu preciso perguntar uma coisa ahn ... é normal no Brasil que a gente vive junto*
2. *em uma casa? ... porque algumas pessoas me falaram ... sim ... isto é normal ... e*
3. *outras me falaram ... não ... isso não existe no Brasil*
4. B4: *isso não é tão normal*
5. A4: *porque as pessoas aqui são mais religiosas?*
6. B4: *as pessoas aqui são muito ... tra ... tradicionais*
7. A4: *uhn*
8. B4: *e muito católicas*
9. A4: *uhn porisso ... sim (risos)*¹⁶

¹⁶1. A 4: *muss ich was fragen ahn ... ist es üblich in Brasilien dass man zusammen in einer Wohnung lebt? weil einige Leute haben mir erzählt ... ja das ist normal ... und andere haben mir erzählt ... nee das gibt es in Brasilien nicht*

10. B4: (*risos*)

O tópico gira em torno da questão de casar ou morar junto. As experiências pessoais aqui diferem, pois B4 é casada, enquanto que A4 mora com quem ele denomina de "namorada"¹⁷. A4 faz a B4 uma pergunta de nível pessoal: ele quer saber se ela é casada (introduzindo o tópico pelo campo privado). Uma vez definido o perfil de sua interlocutora nessa questão, A3 formula outra pergunta, na qual apresenta dois enunciados que dizem respeito à sociedade brasileira em geral. A3 passa, assim, de uma pergunta de caráter pessoal, na qual o SN da oração é o pronome *ocê*, para uma pergunta de caráter geral, como o demonstra o advérbio *no Brasil*.

À resposta de B4 (4), segue outra pergunta, que encerra um critério de avaliação que justificaria o comportamento dos brasileiros (5). A palavra chave nesse enunciado é *religiosas*, desconhecida por B4 em alemão. Sua resposta, formulada em (6 e 8) confirmou a hipótese formulada por A4. A passagem do domínio privado para o domínio público dá indícios dos processos de atribuição de LIs, já que é a partir de alguns exemplos que os atributos que definem os brasileiro são traçados: os brasileiros são *mais religiosos, muito tradicionais e muito católicos*.

A pergunta de A4 (5) apresenta uma hipótese que encerra uma comparação: *os brasileiros são mais religiosos*. A partir do contexto, a comparação que o sujeito faz é entre o Brasil e a Alemanha. Ser *mais religioso* é um atributo com caráter positivo ou negativo para A3? Há uma avaliação ocorrendo nesse gesto de interpretação, e o critério de avaliação é definido pelo padrão do alemão. Na passagem da questão para o domínio privado, em que o alemão pergunta como foi essa questão para ela (exemplo 37), e coloca o seu posicionamento à questão (exemplo 38, abaixo) encontramos a resposta para a nossa pergunta.

3. B 4: *das ist nicht so normal*

4. A 4: *weil die Leute hier gläubiger sind... oder?*

5. B 4: *die Leute sind hier sehr tra ... traditionell*

6. A 4: *uhn*

7. B 4: *und sehr katholik*

8. A 4: *uhn darum ... ja (risos)*

¹⁷Freudin

Exemplo 38:

(contexto: o segmento a seguir é continuação do exemplo 37)

1. A4 : *uhn antes do casamento você e seu namorado não*
2. B4 : *não não não*
3. A4: *uhn*
4. B4: *mas isto ahn mas para mim foi ahn mais fácil casar do que ... ahn do que ...*
5. *morar*
6. A4: *sim quando a gente casa é mais fácil ... claro*
7. B4: *sim sim sim*
8. A4: *mas*
9. B4: *nós temos um papel*
- 10 A4: *sim ... sim sim*
- 11 B4: *(risos) as pessoas dizem uhn mas na Alemanha.. isto é normal uhn?*¹⁸

A pergunta de A4 (1) dá lugar a uma explicação de B4 (4, 6 e 9). A questão que era do domínio privado (9) volta-se novamente para o domínio público, que é a exigência da sociedade quanto à oficialização institucionalmente reconhecida do relacionamento do casal *nós temos um papel*. A

¹⁸ A 4: *uhn hast du dein Freund auch vor der Ehe nicht zusammen*
B 4: *nein nein nein*
A 4: *uhn*
B 4: *das ist aber ahn für mich war es war ahn leichter verheiraten als ... ahn ... ahn wohnen*
A 4: *ja wenn man heiratet ist es einfacher klar ja*
B 4: *ja ja ja*
A 4: *aber*
B 4: *wir haben ein Papier*
A 4: *ja ... ja ja*
B 4: *(risos) die Leute sagen uhn aber in Deutschland ... das ist normal uhn?*

essa volta para o domínio público segue-se a pergunta sobre como é a questão na Alemanha, que já é formulada com uma hipótese: *na Alemanha isto é normal* (11).

A oposição entre as convenções das duas sociedades é posta em jogo nesse contexto conversacional. E o que está sendo dito é a maneira pela qual os sujeitos fazem seus gestos de interpretação um a respeito do outro, e qual a avaliação que fazem desses gestos de interpretação. Um sujeito ocupando o LI daquele que é *muito tradicional, muito católico e mais religioso*, face a face com um sujeito que não ocupa esse lugar. Ele não precisa apresentar *um papel*. O confronto discursivo se dá entre o que é e o que não é considerado tradicional, sendo que o tradicional, no exemplo acima, é interpretado como sendo um atributo negativo por A4. Esse confronto se dá quanto aos atributos: discutir a conveniência ou não do casamento é discutir o tradicional em oposição ao moderno, ao avançado. É opor um país identificado como tradicional a um país identificado como moderno.

Exemplo 39:

(contexto: é a resposta à pergunta formulada no exemplo anterior).

1. A4: *sim ... eu não posso nem imaginar ... sabe ... quando eu fui morar com minha*
2. *namorada ... tivemos muitos problemas ... no começo*
3. B4: *sim*
4. A4: *e eu posso imaginar ... que muita gente ... com esses problemas ... se separa de novo.*
5. B4: *sim*
6. A4: *então ser casado ... é um risco*
7. B4: *isto é engraçado ... mas sim ... você tem um namorado*
8. A4: *da*

9. B4: *namorada sim (risos)*
10. A4: *(risos) sim sim eu tenho ... já há muito tempo... seis anos e meio*
11. B4: *seis e*
12. A4: *seis seis e meio*
13. B4: *seis anos e meio ... sim sim sim*
14. A4: *nós não somos casados (risos)*
15. B4: *não ... e porque você não casa ?*
16. A4: *por que eu devo casar ... nós vivemos juntos ... eu não sei*
17. B4: *sim*
18. A4: *casar ... eu não saberia por quê*
19. B4: *sim ... mas dá no mesmo*
20. A4: *sim*
21. B4: *não faz ... sim mas você ter tem filhos?*¹⁹

¹⁹1. A 4: *ja ... ich kann das mir gar nicht vorstellen ... weisst du ... als ich mit meiner Freundin zusammengezogen*
 2. *bin ... haben wir viele Probleme gehabt ... zu Anfang gehabt*
 3. B 4: *ja*
 4. A 4: *und ich kann es mir vorstellen ... dass man durch diese Probleme sich unter umständen sehr schnell wieder trennt*
 5. B 4: *ja*
 6. A 4: *dann verheiratet sein ... ist schon ein Risiko*
 7. B 4: *das ist komisch ... aber ja ... hast du ein Freund*
 8. A 4: *din*
 9. B 4: *Freundin ja (risos)*
 10. A4: *(risos) ja ja ich habe ... sehr lange ... sechs und halb Jahre*
 11. B 4: *sechs und*
 12. A 4: *sechs sechs und halb*
 13. B 4: *sechs und halb Jahre ja ja ja*
 14. A 4: *wir sind nicht verheiratet (risos)*
 15. B 4: *nein und weil verheiratest verheiratest du nicht?*
 16. A 4: *warum soll ich heiraten wir leben zusammen ... ich weiss nicht*
 17. B 4: *ja*
 18. A 4: *heiraten ... ich wüsste nicht warum*
 19. B 4: *ja ... aber das ist dasselbe*
 20. A 4: *ja*
 21. B 4: *ist keine ... ja aber haben hast du Kinder?*

Após a pergunta de B4 no exemplo 38 (11), A4 argumenta, no exemplo acima, utilizando a sua experiência pessoal (1, 2 e 4), no sentido de que o não-tradicional é melhor. O enunciado (6), introduzido pela conjunção *então* é a conclusão de sua linha argumentativa. Esse enunciado define o SN *ser casado* pelo atributo *ser um risco*. B4, em (19), apresenta o seu argumento *dá no mesmo (casar ou não)*, com o qual A4 concorda. O jogo da passagem do domínio privado para o público e vice-versa se configura como um duelo travado entre os dois sujeitos, no qual cada um procura manter o seu LI, não cedendo espaços que poderiam implicar uma revisão dos conceitos que, muito claramente nesse exemplo, nortearam a vida de cada um. Dentro do aparato teórico com o qual trabalhamos, a revisão daquilo que cada um considera o comportamento adequado implica uma revisão dos atributos de cada sujeito, pois quando eles estão falando em termos de convicções, falam a respeito de seus países, de sua historicidade, de seu LI. É por esse motivo, pela não-distinção entre o que é do domínio público e privado, pela obscuridade das fronteiras entre um e outro, que se pode observar no segmento conversacional a facilidade com que os sujeitos passam de um domínio para o outro.

A pergunta apresentada por B4 no exemplo 38, fazendo referência a uma questão do domínio público na Alemanha (*as pessoas dizem ... isso (morar junto) na Alemanha é normal*), foi respondida (1) no exemplo 39 com uma questão do domínio privado, (*eu não posso nem imaginar ... quando fui morar com minha namorada...*), fato que pode ser um indicativo de que essas questões não estão bem claramente delimitadas.

A seqüência também demonstra que tampouco está claro o limite entre aquilo que é considerado costume de um país nesse diálogo (casar ou não) e a atribuição do LI aos sujeitos desse país (ser mais religioso, ser muito católico, ser muito tradicional). Notadamente há uma convergência nessa questão entre a atribuição de LIs que A4, e também B4, fazem aos brasileiros. A4 marca bem a sua posição perante o tópico discutido (1, 2 e 4) e conclui *então ser casado é um risco* (6), conclusão que remete novamente ao domínio público, porque ele generaliza a questão. Após

essa conclusão, B4 comenta *isso é engraçado*, e inicia uma linha argumentativa que irá terminar em (19). Ela pergunta (15) por que A4 não casa, após estar morando tanto tempo com sua namorada, e seu argumento final é *mas dá no mesmo (19)*. Portanto, se dá no mesmo casar ou não, porque a opção é não casar?

Vemos nesse segmento que B4, com poucos recursos, argumentou e conseguiu fazer prevalecer o seu argumento, direcionando seu interlocutor para outro argumento por meio de uma pergunta: *você tem filhos?* B4 demonstra ter claramente definida a sua opção e que ocupar o LI dos que são definidos pelos atributos "católicos, religiosos, tradicionais", não lhe é problemático. Muito pelo contrário, ela é capaz não só de sustentar esse LI, como também de defendê-lo. O que foi motivo de riso no Exemplo 37 (9 e 10) constituiu-se, no decorrer da relação de contato conversacional, em motivo de disputa por atributos que definiriam o LI de cada um dos interlocutores. A disputa se deu porque cada interlocutor falava a partir de uma FD diferente, e avaliava seu interlocutor com atributos diferentes dos desejados.

O homem brasileiro

Exemplo 40:

(contexto: o tópico girava em torno de como organizar a vida do casal no caso de se ter filhos)

1. A4: *e não é tão comum assim ... mas às vezes também acontece de o homem ficar em*
2. *casa e olhar as crianças .*
3. B4: *sim*
4. A4: *mas isso não é assim ... eu acho que no Brasil isso não acontece de jeito nenhum*
5. *não é? todos são machos (risos)*
6. B4: *(risos) não não não*

7. A4: *fora seu marido*

8. B4: *meu marido cozinha ... eu não (risos)*

9. A4: *you chose well (risos)*²⁰

Nesse exemplo ocorre novamente o confronto entre os sujeitos, agora quanto aos atributos que definiriam o LI do homem brasileiro. A4 faz oposição entre o homem alemão cujo LI é definido a partir do enunciado *às vezes fica em casa e olha as crianças* (1 e 2) e o homem brasileiro, cujo LI é definido a partir do enunciado *todos são machos* (5), ou seja, entre o país tradicional e o país no qual há outras coisas ocorrendo. A reação de B4 *não, não, não* (6) demonstra que o efeito de sentido que o atributo *macho* produz, contém uma avaliação negativa. O LI que ela dá ao seu marido, que é definido pelo enunciado *meu marido cozinha... eu não* faz novamente uma passagem do domínio público para o privado, serve como argumento contra o atributo *macho*.

B4 não está assumindo os LIs que A4 lhe atribui. Esses LIs estão sendo atribuídos por meio de ressoâncias interdiscursivas de significação de outros discursos, que dão atributos aos brasileiros. Os enunciados *Os brasileiros são muito religiosos* ou *Os brasileiros são machos* estão ressoando como atributos negativos, e, por meio de exemplificações (9), ou por meio de argumentações (Exemplo 40), B4 não quer assumí-los como constituidores de uma realidade absolutamente inquestionável.

Os atributos sempre vêm acompanhados de um processo de avaliação, e por isso essa atribuição de LIs. Afirmar que *os brasileiros são muito religiosos* e argumentar com a realidade do seu país

²⁰1. A 4: ... und so oft ist es nicht ... aber manchmal ist es auch so dass der Mann halt zu Hause bleibt und die Kinder guckt

2. B 4: ja

3. A 4: aber das ist nicht so ... ich glaube in brasilien ist das gar nicht ... oder? jeder ist ein Macho (risos)

4. B 4: (risos) nein nein nein

5. A 4: ausser deinem Mann

6. B 4: mein Mann kocht ... ich nicht (risos)

7. A 4: du hast eine gute Wahl getroffen (risos)

(a Alemanha), dizendo que lá é diferente e que casar *é um risco* é atribuir um valor negativo à religiosidade que leva os sujeitos a casarem. O padrão, portanto, pelo qual A4 avalia é o dele, e a não-inserção de outros padrões nessa norma de avaliação faz com que o padrão do brasileiro, que é diferente, passe a ter um caráter negativo. A tentativa de B4, na sua argumentação, vai no sentido de tentar mostrar que *dá no mesmo*, isto é, se dá no mesmo, por que um deve ser considerado melhor do que o outro?

A questão seguinte, que trata do machismo, também pode ser analisada pelo mesmo ângulo. O padrão de comportamento desejável é o do país em que há homens que ficam em casa e cuidam das crianças, e não o do machismo. B4 contra-argumenta seguindo a mesma linha: se o homem que fica em casa e cuida das crianças não é macho, o homem que cozinha também não o é. O ponto de partida, a FD a partir da qual os dois argumentam, é o mesmo, pois ambos estão considerando cuidar de crianças e cozinhar atividades tipicamente femininas e o homem que as realiza como representante de um grupo de não-machos.

Ser brasileiro

Exemplo 41:

(contexto: A4 havia perguntado a B4 de onde seus pais vêm)

1. B4: *sim ... todos brasileiros ... meu pai vem de Pernambuco ... isso é no norte Recife*
2. A4: *ahn*
3. B4: *mas a minha mãe é de São Paulo*
4. A4: *uhn brasileiros mesmo*
5. B4: *sim (risos)*

6. A4: *na maioria das vezes ... quando a gente pergunta ... então o pai vem da 7. Europa e a mãe de outra parte*

8. B4: *sim*

9. A4: *sim ... você é a primeira que eu encontro que diz ... meus pais vêm do Brasil*

9. *mesmo*

10. B4: *sim ... eu sou brasileira*²¹

Para encerrar essa parte, retomaremos E. Guimarães (op. cit), que diz que a conclusão é o resultado da orientação argumentativa do texto. Nota-se que aqui a conclusão *sim, eu sou brasileira* (10) é exatamente isso, pois B4 ressoa, nos seus enunciados, esse atributo. O *ser brasileira* representa, nessa relação de contato conversacional, defrontar-se com ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos que alocam um LI aos brasileiros que adquirem um caráter negativo. Essa gravação foi muito importante, porque nos deu contra-exemplos. Mostrou que os gestos de interpretação dos alemães, que acabam por alocar um LI ao brasileiro definido por atributos indesejáveis, não precisa ser assumido pelo brasileiro. É não aceitar um padrão sustentando por um efeito de verdade que vem do alemão, mas mostrar que há um padrão diferente, que pode e deve ser aceito como diferente.

É não tentar ser igual, procurando um outro LI, como foi expresso no enunciado de A4 *quando a gente pergunta então o pai vem da Europa a mãe vem de outra parte* (6 e 7). O real é que o Brasil tem a sua história de imigração e a sua história de colonização muito fortemente marcadas

²¹1. B 4: *ja alle brasilianer ... mein Vater kommt aus pernambuco ... das ist in den Nord ... Recife*

2. A 4: *ach*

3. B 4: *aber meine Mutter ist aus Sao Paulo*

4. A 4: *uhn ... richtige brasilianer*

5. B 4: *ja (riso)*

6. A 4: *meistens wenn man die Leute fragt dann kommt der Vater aus Europa und die Mutter kommt woanders her*

7. B 4: *ja*

8. A 4: *du bist die erste die ich treffe die sagt meine Eltern kommen richtig aus Brasilien*

9. B 4: *ja ... ich bin Brasilianer*

no discurso. Essa questão de *vir da Europa*, ou *vir de outra parte* que surge no discurso de A4 é uma ressonância interdiscursiva de outros discursos com os quais ele entrou em contato. A questão que esses discursos trazem é que está presente, no próprio discurso dos brasileiros (com os quais ele estabeleceu relações de contato conversacionais), uma indefinição quanto ao LI que deve ser assumido: o LI do brasileiro ou daquele cujo lugar em algum momento de sua história foi (o mesmo?) o do seu interlocutor (que *vem de outra parte*)?

B4 assume um LI definido pelo atributo *brasileiro*, e que tem a característica de ser positivo. Esse LI foi ocupado durante toda relação de contato conversacional, e sustentado, apesar dos constantes desafios aos quais B4 foi submetida. Esses desafios consolidaram-se na tentativa de A4 em definir, por meio de atributos de caráter negativo, ou avaliados como tal, LIs extensivos a todos os brasileiros. A posição de B4 consistiu em não aceitar a qualificação negativa desses atributos, ou em negar sua extensão a todos os brasileiros.

Outra questão que diferencia a relação de contato entre A4 e B4 das duas anteriores foi a sua estruturação no que diz respeito a perguntas e respostas. Nota-se que A4 e B4 atuam de tal maneira que tanto o interdiscurso de um, como o interdiscurso do outro entram em cena. Essa característica da relação de contato conversacional já indica que o LI ocupado por B4 é o do sujeito que pressupõe que seu interdiscurso merece ser apresentado, mesmo sendo enunciado a partir de outra FD daquela de seu interlocutor. É essa postura perante seu LI que é definitiva, e que orienta a relação de contato conversacional.

CONCLUSÕES PARCIAIS

A análise dos dados feita acima tem várias implicações para o ensino de uma LE. Há um descompasso entre o imaginário constituído nos alunos sobre o que vem a ser “falar uma LE” e o que ocorre na relação de contato conversacional. No momento de reescuta das gravações, os

brasileiros focalizaram os desvios da norma que haviam detectado em seus enunciados, o que indica que, para eles, falar uma LE é falá-la gramaticalmente correto, o que, em parte, é verdade. Mas eles também levantaram, em suas observações, as questões de cunho social, cultural e histórico que permearam as relações de contato conversacionais, orientando-as e definindo-as. Falar uma LE é entrar em um outro campo simbólico, com suas regras, que não são só gramaticais, mas discursivas também. E aqui fica localizado o problema, porque a discursividade está ligada à historicidade.

Os estudantes brasileiros estavam usando, um outro sistema de símbolos, que era o alemão, mas sua memória histórica foi constituída em português. Sua história está escrita em português, e as implicações para esse aspecto ficam claras no LI que ocupam durante as relações de contato conversacionais. Os brasileiros ocupam o LI de um brasileiro que, circunstancialmente, está falando em alemão. Os alemães falam em alemão. Mas também falam alemão.

Essa definição é anterior às relações de contato e se configura nelas. Qual é, assim, a tarefa de um professor de LE? Aparentemente, há uma ilusão sendo vendida aos nossos alunos, e da qual compartilhamos. Estamos ensinando um novo sistema de símbolos, mas isso não basta. Porque os nossos sujeitos-aprendizes, têm um comprometimento com uma história, e os sujeitos falantes da língua-alvo têm um comprometimento com outra história. Essa história é definitiva.

A questão pré-existe à entrada do sujeito em uma sala de aula de LE. Ela existe a partir de sua inserção no campo do imaginário, que é feita em sua LM. Aí ele começa a atuar e a estabilizar os discursos componentes de sua FD. O que o sujeito faz, em LE, é utilizar um outro sistema de símbolos para dizer as mesmas coisas, para falar a partir da mesma FD. A força do seu discurso reside na força do interdiscurso que ele está estabilizando. E aqui fica definido o seu LI.

As relações de contato conversacionais analisadas confirmam essa questão. Os atributos dados aos alemães dão-lhes a identidade de *terem mais chances, provocarem silenciamentos (nazismo)*, enquanto os dos brasileiros lhes atribuem o LI daqueles que *têm menos chances, são machistas, são tradicionais, religiosos*. Esses atributos não são novos. Eles ressoam nos mais diversos contextos, nas mais diversas formas.

Eles são encontrados, por exemplo, nas anotações feitas através de falas, em sala de aula, de outros brasileiros ao compararem seu país com a Alemanha. O imaginário do brasileiro a respeito da Alemanha é que este é um país desenvolvido, com tecnologia avançada, berço de grandes realizações culturais e do nazismo. O Brasil é o inverso disso.

B4 demonstra aqui uma posição claramente marcada quanto a esse aspecto: ela sabe qual é o seu LI e o assume. Argumenta no sentido de impedir que questões que possam desqualificar seu LI sejam tomadas como verdades absolutas, avaliadas a partir de um padrão de normalidade que não é o seu. O ser diferente não significa ser menos. A partir dessa perspectiva, B4 garante a presença em cena do seu interdiscurso.

A relação de contato conversacional entre B3 e A3 só pode ser entendida a partir de um enunciado que não ocorreu durante o processo, mas cuja explicação remete ao mesmo lugar ao qual fomos levados para entendermos as relações de contato anteriores. Esse lugar é a história. É na procura pelas condições de produção dos enunciados que fica claro que os processos são semelhantes, que as suas diferenças são circunstanciais, e não fundamentais.

As condições de produção que estabelecem como dizíveis os enunciados *os alemães têm mais chances, e ele é simpático apesar de alemão, você foi caçadora de nazistas*, estão atribuindo LIs tanto aos brasileiros como aos alemães a partir de efeito de sentido constituído discursivamente, historicamente. Essas condições de produção são as mesmas para os brasileiros. E as condições

de produção dos enunciados dos alemães, que avaliam, estabelecem padrões de normalidade, também são as mesmas. Ou seja, na superficialidade há diferenças entre os enunciados dos sujeitos oriundos dos mesmos países, mas na sua historicidade, eles são iguais.

5. O MATERIAL DIDÁTICO

Como todos os sujeitos envolvidos no projeto estavam em processo de ensino/ aprendizagem da LM dos seus interlocutores, pode-se considerar que eles estavam sendo preparados, dentro de uma determinada perspectiva teórica, para participarem de relações de contato, sejam elas conversacionais ou não.

Pesquisas mais recentes no campo da LA ao ensino/aprendizagem de uma LE vêm apontando para um trabalho que incorpore a figura do sujeito aprendiz na condição de representante de um ambiente sócio-cultural, em situação de *aprender, além do sistema da LA, também os aspectos sócio-culturais que norteiam os seus falantes nativos* (cf. D. Buttjes, 1989). O enfoque dado à preparação de materiais didáticos a partir da década de 80 principalmente, dentro dessa perspectiva, prevê o ensino de aspectos sócio-culturais aos aprendizes de LE, no sentido de familiarizá-los com o país-alvo e seus habitantes, otimizando, assim, as relações de contato. Mesmo assim, em pesquisa realizada a respeito do livro didático para o ensino de inglês na escola pública, J.C.Almeida Filho *et al.* (1991) ressaltam que há uma predominância de foco na forma norteando a sua elaboração.

No entanto, há um pressuposto que envolve a concepção de linguagem ocorrendo nessa discussão que merece ser salientado. Mesmo tendo sido elaborado com foco na forma, ou seja, mesmo um material didático que parta de pressupostos estruturalistas, não exclui, em momento algum, a existência de aspectos ideológicos, sociais, culturais e históricos. O fato é que esses aspectos acontecem independentemente da intenção expressa pelos autores dos materiais didáticos, porque eles são inerentes à linguagem, e sempre acontecem na linguagem. A questão é verificar de que maneira eles estão presentes nos materiais, quais os aspectos realçados, e quais os silenciados.

Quando se fala em incluir aspectos sócio-culturais nos programas de ensino de uma LE, trata-se mais da questão de salientar esses aspectos, e torná-los tópicos conversacionais, e não considerar que eles estão ausentes em qualquer tipo de material.

O material didático de alemão como LE

Utilizarei dois livros, um de ensino de alemão como LE, e outro de ensino de português como LE para a análise. O material denominado *Themen Neu* (1992) foi elaborado na Alemanha, e é utilizado por diversas instituições tanto naquele país, como fora dele, para o ensino de alemão como LE. Ele é composto por um livro de curso, um de exercícios, uma fita cassete, um glossário e um manual do professor. Os autores desse material didático o definem como comunicativo. Trata-se de uma edição revista do material produzido na década de 80, denominado *Themen*, que se tornou desatualizado após a reunificação da Alemanha. O livro *Themen 2* é a continuação do anterior, não-atualizada. Optei por analisar essa versão, por ser com ela que os sujeitos desse trabalho estavam tendo aulas na época das gravações.

A preocupação dos autores em topicalizar a língua, a cultura, a sociedade alemã é visível em todo o livro. Essa preocupação materializa-se em diversos recursos, inclusive na apresentação de fotografias de pessoas, de locais e de desenhos, que são feitos de maneira a realçar, por vezes caricaturalmente, os aspectos típicos do país tratados nos textos. As unidades, tematicamente organizadas, apresentam situações de compras, em restaurantes, lazer, relacionadas à moradias, visitas ao médico, viagens, e apresenta algumas cidades alemãs. Todas as unidades são compostas por textos e simulações de diálogos.

O textos são escritos por alemães, a respeito da Alemanha, e as simulações são de diálogos entre alemães. Esses dois aspectos são problemáticos por dois motivos. Quanto aos textos. A Alemanha é apresentada apenas a partir do olhar do alemão. Os gestos de interpretação feitos a

respeito do país o são pelo próprio alemão. O resultado é que questões tratadas e discutidas apresentam por vezes algum conflito social, mas o que prepondera é a produção de efeitos de sentido que neutralizam os problemas. Um exemplo é o caso da unidade que trata da indústria automobilística alemã, e que apresenta um texto que discute a vida de um soldador empregado na VW da Alemanha. O salário, direitos, padrão de vida são mencionados no texto, intitulado “*O mais importante é que o dinheiro esteja certo*”, e o subtítulo do texto é “*Porque um soldador da VW está contente com seu trabalho monótono*”.

O título do texto aponta para a sua orientação argumentativa, na medida em que o sujeito do enunciado apresenta uma avaliação, que é dada pelo nome *importante*, seguido do advérbio *mais*, e que esse atributo refere-se à palavra *dinheiro*. É apresentado, assim, o efeito de verdade que norteia o critério de avaliação do texto. Considerando que à Alemanha é atribuído o LI daqueles que detêm o poder econômico, um texto com o título acima vem confirmar a memória histórica do brasileiro a respeito da Alemanha.

O subtítulo apresenta dois atributos que produzem efeitos de sentido opostos: *contente* e *monótono*. O primeiro atributo refere-se a um alemão, cuja profissão e local de trabalho são revelados. À profissão é fornecido o segundo atributo, e ele é justificado no texto devido ao caráter repetitivo de um trabalho realizado em uma esteira mecânica de uma indústria automobilística. E a satisfação do trabalhador é justificada pelo aspecto econômico, e por todas as vantagens que a firma lhe oferece.

É nessa situação que são silenciados os conflitos da sociedade alemã, porque eles não se colocam no texto. O salário e os direitos do soldador, filiado ao sindicato dos metalúrgicos alemão, são imediatamente comparados, em sala de aula de alemão como LE, com salários e direitos de um metalúrgico, e até mesmo de um engenheiro no Brasil. Como consequência, a memória histórica

constituída de que na Alemanha as coisas são melhores, é confirmada, ocorrendo, portanto a estabilização dos efeitos de sentido que lhe alocam esse LI.

Há uma unidade que trata da questão dos estrangeiros no país. Um texto apresenta o relatório de uma classe de crianças de 15 anos que moraram durante 11 dias em casas de famílias turcas, na Turquia. Algumas diferenças são ressaltadas, e a questão de que há problemas nas situações de contato entre os sujeitos dos dois grupos surgem em dois enunciados: “*Eles são bons trabalhadores, bons colegas. Nós não temos nada contra eles*”. O fato de negar “*não temos nada contra eles*” aponta para a possibilidade de que alguém tenha algo contra os turcos. E o enunciado final “*Será que essa viagem ajudará, que também na Alemanha os contatos melhorem*”? indica que há algo nessas relações de contato que merece atenção especial, e que o que os alemães estão fazendo é dar essa atenção especial, ao organizarem essas viagens, por exemplo.

A mesma unidade, por outro lado também apresenta um texto intitulado: *Fora daqui - a qualquer preço*, que apresenta alemães querendo imigrar para outros países. Mas esse texto, apesar de apresentar os motivos que levam os alemães a sair, por exemplo, medo de uma guerra, termina apresentando os problemas que os alemães tiveram em outros países, e o enunciado final de um alemão que desistiu de viver no Canadá é : *Hoje eu vejo, que a vida dos alemães é muito boa* .

As simulações de diálogo, por outro lado, não apresentam situações de confronto ou de conflito ocorrendo entre os alemães. A possibilidade de que ocorram conflitos é apresentada em um diálogo, caricatural, entre um vendedor e um comprador.

O que fica reforçado, no material, por meio das fotografias, é que o país tem regiões muito bonitas; pelos diálogos, que as pessoas são corteses umas com as outras; e que há alguns conflitos com estrangeiros, mas que eles estão sendo devidamente abordados. A produção desses

últimos efeitos de sentido é, em parte, contestável pelas notícias publicadas pela imprensa brasileira e alemã, a respeito de conflitos com estrangeiros no país. A questão do grande desenvolvimento do país, e a questão do alto padrão de vida ressoam interdiscursivamente também nas publicações da imprensa. Faz parte dos atributos destinados aos alemães o seu desenvolvimento, e a sua riqueza.

Os alemães se atribuem o LI daquele que é rico, desenvolvido. O material didático reforça esses atributos, que se projetam nas relações de contato entre brasileiros e alemães, conforme vimos aqui. O que o material didático silencia são os problemas que ocorrem com os estrangeiros no país, ou até mesmo nas relações de contato entre estrangeiros e alemães. Os aprendizes de alemão como LE são defrontados com diversas situações nas quais os alemães estabelecem relações de contato entre si. A maneira pela qual o alemão atua quando ele se vê em uma relação de contato conversacional com um estrangeiro não é apresentada. Tampouco há um texto escrito por um estrangeiro na Alemanha a respeito de sua situação. Todo o material apresenta os gestos de interpretação dos alemães a seu próprio respeito.

O material didático de português como LE

Os autores do livro *Avenida Brasil*, em sua apresentação, afirmam que *optamos por um método, digamos, comunicativo-estrutural (...). Informações e considerações sobre o Brasil, sua gente, e seus costumes permeiam todo o material, estimulando a reflexão intercultural*. Esse texto indica que os autores estão comprometidos com um ensino/aprendizagem que incorpora aspectos culturais. O material é composto por um livro de curso, um livro de exercícios, e fitas cassetes, e como material de apoio há um glossário e o manual do professor.

As unidades são divididas por temas, que se desenvolvem em contextos brasileiros. Há fotografias e desenhos, que apresentam também as grandes diferenças entre as classes sociais no

Brasil. Assim, ao lado da fotografia de uma mansão, há a fotografia de uma casa do sertão como exemplos de *casa própria*, ou o cotidiano de uma mulher de classe média em oposição ao de uma empregada doméstica.

Diferentemente, do material alemão, duas questões que causam problemas para as relações de contato com estrangeiros são abordadas no livro: a pontualidade e as promessas. Essas questões em enunciados do tipo "te telefono amanhã", são discutidas por M. Rall (1994) ao trabalhar relações de contato entre mexicanos e alemães. A autora demonstra que a questão da pontualidade gera diversos pontos de atrito entre mexicanos e alemães em suas relações de contato, tanto informal, quanto profissional, e que diversos enunciados são tratados como "promessas" pelos alemães, mas que têm outro valor para os mexicanos. Os autores do material elaborado no Brasil lidam com essa questão ao abordarem um enunciado como *Vamos tomar um café lá em casa qualquer dia*.

Tratam o LI do Brasil como o de um país colonizado, apresentando a história da imigração japonesa no país, sem, no entanto, tecer considerações sobre os conflitos surgidos para ambos os lados nas suas relações de contato.

Considerações sobre os materiais

A preocupação dos autores em apresentar os dois países com suas características é evidente. Os aspectos tanto positivos, quanto negativos são mostrados e abordados em discussões. Os autores também preocupam-se em se anteceder a possíveis problemas e/ou constrangimentos sofridos pelos estrangeiros causados por desconhecimento de regulamentos (horário de silêncio), ou de convenções (atrasos). Esse aspecto indica que há percepção de que as relações de contato sofrem sua influência, e é a partir dessa percepção que o ensino comunicativo ganhou força. Não são

abordados os problemas nas relações de contato decorrentes desses diferentes regulamentos, diferentes normas, diferentes gestos de interpretação.

É a partir dessas diferenças que as situações de contato ganham contornos. As questões de confronto, ou problemáticas apontadas nas relações de contato conversacionais originam-se a partir do fato de os sujeitos terem sido constituídos a partir de histórias diferentes, que se revela em gestos de interpretação diferentes. Nesse sentido, a ausência de situações que discutam situações de conflito nas relações de contato entre estrangeiros é merecedora de atenção. A tentativa de prevenir algumas situações não é suficiente para discutir o aspecto que realmente é o causador dos confrontos: a questão dos gestos de interpretação feitos a partir do LI do sujeito.

Considerando que materiais são elaborados no sentido de preparar os sujeitos para estabelecerem relações de contato, a apresentação de confrontos e a sua discussão é tão fundamental quanto a discussão dos aspectos dos países tratados nos materiais a partir da perspectiva do falante nativo. Porque em uma relação de contato, são duas as perspectivas que entram em jogo: a do falante nativo e a do estrangeiro.

Em se tratando de relações de contato entre brasileiros e alemães, como é que fica a questão do atraso? Os brasileiros mantêm a sua percepção de tempo, ou os alemães tentam impor a sua? A necessidade de ajustes leva a negociações, que podem ser bem-sucedidas ou não. Em situações institucionais, por exemplo em indústrias multinacionais, nas quais os LIs são pré-definidos, ocorrem imposições por parte de um dos lados. No entanto, as relações de contato conversacionais analisadas aqui não têm esse perfil, e mesmo assim, há a imposição dos gestos de interpretação e da produção de efeitos de sentido a partir da perspectiva do alemão.

É necessário ressaltar, para efeito de ensino de LE, que tampouco o trabalho com os materiais didáticos, nem as aulas alteraram os LIs dos sujeitos. Os alemães, apesar de estarem no Brasil, de

terem viajado pelo país, de terem trabalhado com um material didático que lhes deu diversas informações, não promoveu deslocamentos nos seus LIs: eles continuaram a falar a partir do LI que lhes foi dado pela história. O mesmo se aplicou aos brasileiros, com uma exceção, conforme vimos.

6. CONCLUSÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que as relações de contato conversacionais entre sujeitos oriundos de países diferentes, no caso, do Brasil e da Alemanha, podem ser entendidas como sendo relações de contato definidas pela história das relações entre esses dois países.

Elegemos enunciados de um texto datado de 1625 como sendo a nossa SDR. Esse texto, escrito por um alemão no Brasil indicou, na sua análise, que brasileiros e alemães eram definidos por atributos que indicavam aos primeiros o LI daqueles que estão em um estágio de desenvolvimento aquém dos segundos. Os gestos de interpretação que produziram esse efeito de sentido alocaram também aos alemães o LI daqueles que definem padrões a serem alcançados quando em suas relações de contato com brasileiros. Esses padrões são aqueles definidos pela FD na qual se insere o alemão. As consequências das ressonâncias interdiscursivas de significação dos atributos que apontam para esses LIs foram investigadas nesse trabalho.

Há dois fatores que colaboraram fortemente para a estabilização desses LIs. O primeiro diz respeito aos gestos de interpretação feitos pelos europeus em geral a respeito do Brasil, já que o país teve a sua história escrita a partir do olhar do europeu. O Brasil foi colonizado por nações européias, que produziram os efeitos de sentido que nortearam e ainda orientam os habitantes do país. Esses efeitos de sentido foram importantes no que diz respeito às relações de contato com a Alemanha, porque, sendo esta uma nação européia, trazia consigo toda a memória histórica já constituída no Brasil a respeito do Velho Mundo.

Outro fator a ser considerado foi o LI da Alemanha frente à Europa. A Alemanha se destacou, na sua história, das demais nações européias por sua preocupação em ocupar um LI que a diferenciasse dessas nações. Essa diferença consolidou-se institucionalmente com o sonho de

supremacia da raça ariana. Em termos de relação de contato com o Brasil, os alemães, imigrantes ou não, notabilizaram-se por um suposto "saber mais", e por sua pouca aceitação do atributo "brasileiro". Os alemães em geral falavam a partir do atributo "estrangeiro", estabilizando, assim, sua língua, sua cultura, sua história, mesmo vivendo no Brasil. Vimos que essa situação gerou conflitos principalmente durante as duas Grandes Guerras Mundiais.

Nosso objetivo foi demonstrar que os LIs constituídos com o perfil acima foram estabilizados no discurso, de tal maneira que eles podem orientar relações de contato conversacionais até hoje. A análise das conversações demonstrou que havia diferenças nos tópicos abordados durante as relações de contato conversacionais, mas que, na maioria das vezes, a conclusão das unidades, ou a conclusão das próprias conversações eram definidas pelos LIs dados pela história.

As consequências a serem tiradas em termos de ensino de alemão como LE, e em termos de ensino de português como LE para alemães, indicam para uma necessidade de reorientação dos cursos motivada por discussões que tenham em seu bojo uma concepção de sujeito-aprendiz historicamente determinado. Essa concepção de sujeito-aprendiz implica trazer para discussão, dentro da LA, questões ideológicas, aparentemente pouco abordadas; implica trazer para discussão, a maneira pela qual a direção dos percursos de sentido se configura em relações de contato entre sujeitos que passaram por um ensino formal de uma LE, e quais silenciamentos ali operados.

É importante retomar, nesse momento, a concepção de linguagem com a qual trabalhamos: a ideologia está na linguagem. Materiais e aulas com perfil estruturalistas são tão ideologicamente determinados quanto aqueles com perfil comunicativo. M. Foucault, em seu livro A história da sexualidade ilustra essa questão. Ele afirma que a sexualidade está presente na arquitetura de conventos, mosteiros, com suas paredes altas, ou seja, sua presença é notada pelo seu silenciamento. Nos materiais com perfil estruturalista, nos quais a forma é topicalizada em todos

os momentos, há um silenciamento operando, na medida que percursos de sentido não são discutidos. Fala-se da estrutura, da gramática, da forma, para não se falar de história, ideologia, poder.

O ensino com perfil comunicativo trouxe para a cena da sala de aula a discussão de aspectos sócio-culturais e até mesmo históricos a respeito do país-alvo. Eles são estudados, debatidos, o que implica dizer que, por meio de materiais didáticos, fazem-se presentes em sala de aula os gestos de interpretação dos falantes nativos do idioma-alvo a respeito de seu país. Os aprendizes de uma LE recebem, assim, uma grande quantidade de informações a respeito dos falantes nativos e do seu país-alvo, que, em conjunto com as informações que ele traz para a sala de aula, deveriam ajudá-lo nas relações de contato.

Mas as relações de contato entre falantes nativos de LM diferentes não se caracterizam por serem determinadas por informações trazidas pelos sujeitos da sala de aula. Não foi, por exemplo, o fato de saber que a indústria automobilística é importante na Alemanha, e topicalizá-la na relação de contato conversacional, que definiu a orientação argumentativa dos enunciados. Essa orientação argumentativa, que é a ideologia, foi definida, conforme vimos, pelo LI de cada um dos sujeitos. LI que, conforme vimos também, foi dado pela história.

A questão não gira em torno de saber quanto que um metalúrgico na Alemanha ganha, quais seus direitos e deveres, mas sim, trabalhar o que isso significa para uma relação de contato entre um brasileiro e um alemão. Os sujeitos-aprendizes já apontam timidamente para essa direção, ao tecerem comparações entre o padrão dos trabalhadores dos dois países. O ato de comparar sempre implica em falar a partir de um LI. Compara-se a partir de um padrão, que é dado na LM.

Observamos que a força da LM na constituição histórica e ideológica dos sujeitos analisados é determinante. Retomamos, assim, a questão inicial. Não é por chegar pontualmente a um

compromisso com um alemão, que ao brasileiro deixará de ser atribuído o LI definido pelo atributo "brasileiro", e por tudo aquilo que isso representa. O mesmo pode ser dito a respeito de um alemão, ao não ir "tomar um cafezinho lá em casa". O que define a relação de contato conversacional, conforme vimos também, é a aceitação ou não de atributos que apontam para os LIs ocupados pelos sujeitos. E isso é ideologia. E isso é história.

7. SUMMARY

The need for the investigation of social, cultural, historical and ideological aspects by researchers working in the field of foreign language teaching and learning has been a constant concern in the literature. This essay is inserted within this trend and aims, by analyzing contact relations between Germans and Brazilians, to build up theoretical support for professionals involved in the preparation of students in their contact relation with people from different countries. We argue within a framework that sees the subject as constituted through discourse, a subject that speaks from an Interlocutionary Position (IP). This IP has been described through the analysis of historical archives, which have supplied the attributes with which has been woven the historical memory that Brazilians and Germans have about themselves and about each other. We have shown the interdiscursive resonances of meaning that these attributes share in the different discourses permeating contact relations between Germans and Brazilians. We sustain that it is this historical memory that defines the meanings of enunciations in conversational contact relations. If one considers that the ultimate goal of a foreign language course is to form students, and given the evidence, supported by data analyzed here, that subjects' Interlocutionary Positions are kept historically unaltered, we question what is being done in these foreign language courses for they apparently reproduce ideology and make no real changes in the Interlocutionary Positions of the subjects.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. As Origens do Totalitarismo, vol. II. Ed. Documentário (1957).
- Almeida Filho, J.C. et alii "A representação do processo e aprender no livro didático nacional de língua estrangeira moderna no 1º Grau" em TLA 17 (67:97) (1991).
- Aufderstrasse, H. et alii Themen Max Hueber Verlag (1993).
- Aurélio, B.H.F. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Nova Fronteira, 2ª ed. (1986)
- Becker, J.P. "'Oh, Lord, won't you buy me a Mercedes-Benz': Der Mercedes-Mythos in der amerikanischen Automobilwerbung" em Amerikanischer Deutschlandbild und deutsches Amerikabild (F. Krampikowski Org.) Pädagogischer Verlag Burgbücherei Schneider (1990) pp. 211-230.
- Bilac, O. (1916) "A Língua Portuguesa" em Últimas Conferências e Discursos. Livraria Francisco Alves S.P. (1927).
- _____. (1917) "Alluções aos Meninos" em Últimas Conferências e Discursos. Livraria Francisco Alves S.P. (1927).
- _____. (1917) "Nec nos Labor iste Gravabit" em Últimas Conferências e Discursos. Livraria Francisco Alves S.P. (1927)
- Breen, M. & Candlin, C. "The essentials of a Communicative Curriculum in Language Teaching" em Applied Linguistics, 1 (2), (1980).
- Buttjes, D. (1989) "Landeskunde-Didaktik und landeskundliches Curriculum" em Handbuch Fremdsprachenunterricht Bausch/Christ/Hüllen/Krumm (Org.) 2ª ed. 1991.
- Byrnes, H. "Interactional style in German and American conversations" em Text 6 (2) pp. 189-206 (1986).
- Canale, M. & Swain, M. "Theoretical Bases of Communicative Approaches to Second Language Teaching and Testing" in Applied Linguistics, nº 1/1 (1980)
- Carone, E. O Estado Novo Difel, R.J. (1976)

- _____. A Terceira República. Difel, R. J. (1976)
- Carr, W. A History of Germany 1815-1985. Edward Arnold. G.B. 3ª ed. (1987).
- Cassirer, E. O Mito do Estado Zahar R.J. (1976).
- Cavalcanti, P. (1918) A Presidência Wenceslau Braz (1914-1918) Ed. Universidade de Brasília Brasília, Coleção Temas brasileiros, vol. 33 (1983).
- Cervo, A.L. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889). Ed. Univ. Brasília Brasília, Coleção Temas Brasileiros (1981).
- Courtine, J.J. "Analyse du discours politique" em Langages, 62 (1981)
- Cunha, A.G. Sertões e Fronteiras do Brasil: notícias da época colonial. Lisboa (1945).
- Délouche, F. Europäisches Geschichtsbuch Ernst Klett Schulbuchverlag Stuttgart (1992).
- Ducrot. O Provar e Dizer: linguagem e lógica. Global Ed. S.P. (1981).
- Dulles, J. W. F. Getúlio Vargas (Trad. S. Bath e M. Bath) Ed. Renes Ltada. R.J. (1967).
- Duroselle, J. B. (1970) A Europa de 1815 aos nossos dias (Trad. Olívia Krähenbühl) Livraria Pioneira Editora S.P. (1976).
- Eberlein, E. O. F. L. et alii Avenida Brasil. E.P.U. S. Paulo (1992).
- Ehlich, K. "Xenismen und die bleibende Fremdheit des Fremdsprachensprechers" em Integration und Identität Hess-Lüttich, E.W.B. (Org.) Gunter Narr Verlag Tübingen (1986) pp- 43-54.
- Elias, N. O Processo Civilizacional 1º vol. Dom Quixote Lisboa. 1ª ed. 1989 (1939).
- _____. O Processo Civilizador 2º vol. Jorge Zahar R.J. 1993 (1939).
- Foucault, M. A Arqueologia do saber Ed. Forense - Universitária, R.J. 3ª ed. 1987. (1ª ed. 1969. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves).
- _____. Microfísica do Poder (2ª ed. 1981 Org. Roberto Machado) Graal Ltda. R.J. (1979).
- Franchetti, P. "Ora (dizeis), ouvir Bilac ..." in mimeo Unicamp (1996).
- Freud, S. (1905) Chistes e Sua Relação com o Inconsciente vol. VIII (Trad. Jayme Salomão) Imago R.J. (1976).

- Guilhaumou, J. & Maldidier, D. "Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise do Discurso" em História e Sentido na Linguagem. Pontes Campinas (1989) pp. 61-70.
- Guimarães, E. "Enunciação e História" em História e Sentido na Linguagem. (E. Guimarães, Org.) Pontes, Campinas (1989) pp. 71-79.
- _____. "Os sentidos de cidadão no Império e na República do Brasil " em Signo e Sena, nº 1 (1992)
- _____. "Independência e Morte" em Discurso Fundador (E. Orlandi Org.) Pontes Campinas pp. 27-30 (1993).
- _____. "Enunciação, Argumentação e Interdiscurso" comunicação no Grupo de Análise do Discurso da ANPOLL, 1994.
- _____. Os Limites do Sentido. Pontes Campinas (1995).
- Gumperz "Contextualization and Understanding em Rethinking context: Language as an interactive phenomenon. A. Duranti & C. Goodwin (eds) Cambridge. Cambridge University Press. pp. 229-252 (1992).
- Herbert, T. (1967) "Observações para uma teoria geral das ideologias" em RUA 1. pp 63-89. (1995).
- Henry, P. (1990) "Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)". (Trad. Bethania S. Mariani) em Por uma Análise Automática do Discurso. (F. Gadet & T. Hak Org.) Ed. Unicamp Campinas (1990).
- _____. "A história não existe?" em Gestos de Leitura. Orlandi, E. (org.) Ed. Unicamp, Campinas pp. 29-53 (1994). (Tradução: José Horta Nunes).
- Holanda, S.B. de Do Descobrimento à Época Colonial 1. vol. 2º. Ed. Difusão Européia do Livro S. P. (1963).
- Jupp et alii. "Language and disadvantage: the hidden process" em Studies in Interactional sociolinguistics 2 Language and social Identity. (J. Gumperz org.). Cambridge University Press pp. 232-256 (1982 b).
- Krampikowski, F. "Möglichkeiten und Grenzen der Fremdbildvermittlung im amerikanischen Deutschunterricht" em Interkulturelle Erziehung in Praxis und Theorie Amerikanisches Deutschlandbild und deutsches Amerikabild 10. pp. 316-347 (1990).
- Krashen, S. Principles and Practice in Second Language Acquisition, Oxford, Pergamon, (1982).

- Lörscher, W. Linguistische Beschreibung und Analyse von Fremdsprachenunterricht als Diskurs Gunter Narr Verlag Tübingen (1983).
- Magalhães, M.D.B. Sentimento e perda de identidade; o pequeno-burguês nazificado. in Mímeo, Unicamp (1993).
- Martins, J. S. A Imigração e a crise do Brasil Agrário em Pioneira S. P. (1973).
- Mendes Junior, A., Roncari, L. & Maranhão, R. BRASIL HISTÓRIA: TEXTO E CONSULTA. Brasiliense S.P. (1976).
- Moraes, F. Olga Ed. Alfa-Omega, S.P. (1985).
- Figueiredo, M.R.M. O Averso do bom-aprendiz: Uma tentativa de intervenção sistemática no processo de aprendizagem de L2. Dissertação de mestrado. Unicamp Campinas (1989).
- Neuber, W. "Amerika in deutschen Reiseberichten des 16. und 17. Jahrhunderts" em Das Bild Lateinamerikas im deutschen Sprachraum ein Arbeitsgespräch an der Herzog August Bibliothek Wolfenbüttel. Tübingen: Niemeyer (1992) pp. 37-54.
- Oberacker, K.H. "Die Deutschen in Brasilien" em Die Deutschen in Lateinamerika Schicksal und Leistung (H. Fröschle, Edit.) Erdmann Tübingen (1979).
- Oertel, K. "Third Reich'n Roll: Deutschland in der amerikanischen Popmusik" em Interkulturelle Erziehung (Org. F. Krampikowski) Pädagogischer Verlag. _____ Burgbücherei Schneider (1990) pp. 231-252.
- Orlandi, E. Discurso e Leitura Cortez-Ed. Unicamp, S.P. (1988).
- _____. "Silêncio e Implícito (Produzindo a monofonia)" em História e Sentido na Linguagem Pontes Campinas. (1989) pp 39-46.
- _____. Terra à Vista. Cortez Ed. S.P. (1990).
- _____. "Entremeio e Discurso" Conferência apresentada na U F Santa Maria, Congresso Interdisciplinar (1992).
- _____. (1992) As Formas do Silêncio. Ed. Unicamp 2ª. ed. (1993).
- _____. (1993) "Texto e Discurso" in Mímeo Unicamp.
- _____. "Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica" em Gestos de leitura Ed. Unicamp Campinas pp. 9-14 (1994).

- _____. "Dispositivos da Interpretação" in mimeo Unicamp (1995)
- _____. "Autoria e interpretação" em Revista de Psicanálise PUC-S.P. no prelo (1995b).
- _____. "Dispositivos da Interpretação" in mimeo Unicamp (1995 b).
- Pêcheux, M. (1969) Análise Automática do Discurso. (Trad. E. Orlandi) em Por uma Análise Automática do Discurso. (F. Gadet & T. Hak Org.). Ed. Unicamp Campinas (1990).
- _____. (1983) "A Análise de Discurso: Três Épocas" (Trad. Jonas de A. Romualdo) em Por uma Análise Automática do Discurso (F. Gadet & T. Hak Org.). Ed. Unicamp Campinas (1990).
- _____. & Fuchs, C. (1975) "A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas" (Trad. Péricles Cunha) em Por uma Análise Automática do Discurso (F. Gadet & T. Hak Org.) Ed. Unicamp (1990).
- _____. La Lengua de Nunca Acabar Fundo de Cultura Econômica México (1981) (1ª ed. 1981) (Trad. Benuriz Jor).
- _____. et all (1982) "Apresentação da Análise Automática do Discurso" em Por uma Análise Automática do Discurso, (F. Gadet & T. Hak) Ed. Unicamp Campinas (Trad. S.S. Serrani & S. Langazzi) (1990).
- Pêcheux, M. Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Ed. Unicamp Campinas, 1988 (1ª ed. 1975) (Trad. E. Orlandi, L. Chacon, M. Corrêa e S. Serrani).
- _____. O Discurso Estrutura ou Acontecimento (1ª ed. 1983) (Trad. E.Orlandi), Pontes Campinas (1990).
- _____. "Ler o Arquivo Hoje" em Gestos de Leitura (1ª ed. 1981). (Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral). Ed. Unicamp Campinas (1994) pp. 55-64.
- Rall, M. "Te telefono amanhã" Conferência ministrada no VIII Congresso Latinoamericano de Estudos Germanísticos", na Universidade Autonoma do México. (1994).
- Ribeiro, D. O Povo Brasileiro Companhia das Letras 2ª ed (1995).
- Ribeiro de Souza, C. H.M. Retratos do Brasil Hetero-imagens alemãs. Ed. Arte e Cultura S.P. (1996).
- Seitenfuss, R.A.S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos Blocos 1930-1942. Companhia Editora Nacional S.P. (1985).
- Serrani, S.M. Colóquio apresentado no Departamento de Linguística Aplicada (1989).

_____. "Transdisciplinaridade e Discurso em Linguística Aplicada" em TLA 16. pp. 39-45 (1990).

_____. A Linguagem na pesquisa Sócio-cultural Um estudo da repetição na discursividade. Ed. Unicamp Campinas (1993).

_____. "An encounter between the ethnographic approach and discourse analysis" em Historical and Theoretical Discourse 1 (1994) pp. 121-128.

Vargas, G. Diário Siciliano/FGV (1995).

Zink Bolognini, C. "Tópico discursivo na aula de LE; desfazendo a assimetria" em TLA 18 (1991) pp. 61-75.

_____. "A interação, o nazismo e seus mitos" em Letras & Letras 10/1, 2 (1994) 59-70.